

Vanilda Salignac de Sousa Mazzoni

ARQUIVO 37

A história das monjas beneditinas no Brasil

editions
Editora da UESC

Arquivo 37:

**A história
das monjas
beneditinas
no Brasil**



Universidade Estadual de Santa Cruz

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

JAQUES WAGNER - GOVERNADOR

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

OSVALDO BARRETO FILHO - SECRETÁRIO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ

ANTONIO JOAQUIM BASTOS DA SILVA - REITOR

ADÉLIA MARIA CARVALHO DE MELO PINHEIRO - VICE-REITORA

DIRETORA DA EDITUS

MARIA LUIZA NORA

Conselho Editorial:

Maria Luiza Nora – Presidente

Adélia Maria Carvalho de Melo Pinheiro

Antônio Roberto da Paixão Ribeiro

Dorival de Freitas

Fernando Rios do Nascimento

Jaênes Miranda Alves

Jorge Octavio Alves Moreno

Lino Arnulfo Vieira Cintra

Marcelo Schramm Mielke

Maria Laura Oliveira Gomes

Marileide Santos Oliveira

Paulo Cesar Pontes Fraga

Raimunda Alves Moreira de Assis

Ricardo Matos Santana

Vanilda Salignac de
Sousa Mazzoni

Arquivo 37:

**A história
das monjas
beneditinas
no Brasil**



Editora da UESC

Ilhéus-Ba
2009

©2009 by VANILDA SALIGNAC DE SOUSA MAZZONI

Direitos desta edição reservados à
EDITUS - EDITORA DA UESC
Universidade Estadual de Santa Cruz
Rodovia Ilhéus/Itabuna, km 16 - 45662-000 Ilhéus, Bahia, Brasil
Tel.: (73) 3680-5028 - Fax: (73) 3689-1126
<http://www.uesc.br/editora> e-mail: editus@uesc.br

PROJETO GRÁFICO E CAPA
Álvaro Coelho

REVISÃO
Maria Luiza Nora
Aline Nascimento

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M478 Mazzoni, Vanilda Salignac de Souza
 Arquivo 37 : a história das monjas beneditinas no Brasil /
 Vanilda Salignac de Souza Mazzoni. – Ilhéus : Editus, 2009.
 114p. : il.

ISBN

1. Ordens monásticas e religiosas para mulheres – Brasil -
História. 2. Mosteiros – Brasil – História. 3. Beneditinas.
I. Título.

CDD – 255.09

Às monjas de todos os Mosteiros de São Bento do Brasil, em especial a Madre Veras Hortas, por terem acompanhado as minhas leituras, me auxiliado na escrita, e amenizado minhas angústias.

A Isadora Mazzoni, por sempre compreender minhas constantes ausências e pelo amor incondicional que ela me proporcionou: o de ser mãe.

Aos meus sobrinhos Marcelo e Felipe Brasil; Isabela, Rafaela, Tiago e Yuri Mazzoni, na esperança de que, no futuro, algum deles também se torne um pesquisador.

A Wagner Mazzoni, por todos os anos que me incentivou nos caminhos da pesquisa e por ser um excelente pai, substituindo-me nas horas necessárias.

Meu enorme carinho ...

A Dom Clemente e Dom Gregório Paixão, por terem me apresentado o *Livro das Monjas* e pela confiança de que eu levaria a pesquisa a sério; Ao Abade Dom Emanuel D'Able, por ter permitido o acesso ao *Livro das Monjas* no arquivo histórico; a Dom Adriano, por ter permitido que, na sua gestão, eu continuasse a pesquisa.

Às Abadessas Madre Vera Lúcia, Madre Verônica e Madre Estefânia, pelo carinho da acolhida em seus Mosteiros.

A Alícia Duhá Lose, sempre amiga e presente na minha vida, por ter me levado ao Centro de Documentação e Pesquisa do Livro Raro do Mosteiro de São Bento para, junto a ela, coordenar as pesquisas (muito amiga mesmo!!!).

À Profa. Dra. Constância Lima Duarte, pelo incentivo à pesquisa sobre as monjas e pela orientação no pós-doutoramento.

À Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado da Bahia (FAPESB), pelo apoio financeiro

A Baísa Nora, Jorge Moreno e toda a equipe da Editus, pelo incentivo à pesquisa e publicação (inclusive você, Maria Schaum)

A João Encaciel (BukJones), pela paciência e companhia nas visitas aos mosteiros e por sempre estar comigo em todos os momentos da minha vida, apoiando o tempo inteiro e ajustando o texto com seu jeito poético, dando dicas na entrevista, e por ter tornado a pesquisa um enorme prazer.

E a todos aqueles que me desejaram um grande bem na pesquisa.

Penso que o "feminismo" poderia ser compreendido em um sentido amplo, como todo gesto ou ação que resulte em protesto contra a opressão e a discriminação da mulher, ou que exija a ampliação de seus direitos civis e políticos, seja por iniciativa individual, seja de grupo. Somente então será possível valorizar os momentos iniciais desta luta – contra os preconceitos mais primários e arraigados – e considerar aquelas mulheres, que se expuseram à incompreensão e à crítica, nossas primeiras e legítimas feministas.

Constância Lima Duarte (2003)

Sumário

Apresentando	13
Iniciando	17
1 As primeiras ordens religiosas femininas no Brasil Colônia	19
1.1 A Igreja no Brasil do Pós-Império	24
2 Trajetória das religiosas e o Mosteiro beneditino feminino no Brasil	31
2.1 Formação Religiosa de uma Monja Beneditina	35
3 Mosteiro Nossa Senhora das Graças – as monjas de Belo Horizonte	42
3.1 Madre Mectildes Vilaça Castro	49
3.2 Abadessa Madre Estefânia Vieira	54
3.3 Irmã Agostinha Vieira de Moura	58
3.4 Irmã Agnes	60
4 Mosteiro Nossa Senhora do Monte – as monjas de Olinda	63
4.1 Abadessa Madre Verônica de Sousa	69
4.2 Irmã Maria Regina – Priorosa	74
4.3 Irmã Eustóquia	79
4.4 Irmã Maria José	82
5 Mosteiro do Salvador – as monjas de Couto	84
5.1 Abadessa Madre Vera Lúcia	92
5.2 Irmã Maria Benita e Irmã Fátima	102
5.3 Irmã Marta Beatrice	103
6 Finalizando	108
Referências	109

Apresentando...

Com satisfação, apresento ao público a pesquisa da Professora Vanilda Salignac de Sousa Mazzoni sobre a vida monástica feminina nos mosteiros da Congregação Beneditina do Brasil. Vanilda Mazzoni privilegia a expressão histórica do protagonismo da mulher, aqui, da monja beneditina. Coloca-a no tempo presente. Vai contra a corrente que, no mais das vezes, mostra uma história construída a partir da ótica masculina, de homens que mudaram o curso dos acontecimentos. O conhecido adágio de que “por trás de um grande homem há sempre uma grande mulher” quer justificar um silêncio hoje não mais aceito. A mulher, sujeito da sociedade, ocupa cada vez maiores espaços, com índole e sensibilidade próprias. O gênio feminino fala! Vanilda Mazzoni ousa explorar este gênio em sua modalidade de vida monástica, forma de consagração ao ambiente cristão desde seus primeiros séculos até nossos dias. Trata-se da resposta à inquietação primeira do ser humano, a saber, a busca do sentido da vida e o encontro com o absoluto que, para as pessoas de fé, chama-se Deus. Admiro sua coragem ao adentrar um mundo que lhe é desconhecido, ao pinçar a realidade claustral através das monjas entrevistadas. Oferece-nos um prisma no qual os raios de luz incidem e revelam diferentes matizes em múltipla refração. No dizer da própria autora, entra neste mundo com ciência e sentimento.

Ao entrevistar monjas de alguns dos mosteiros femininos da Congregação Beneditina do Brasil, Vanilda percorre estradas. Traz ecos que cruzam o Brasil por regiões diversas. O fenômeno monástico, sempre enraizado no contexto em que se implanta, é o mesmo e é diverso. O método escolhido coloca a autora em pano de fundo. Cede a cena a outras vozes, questiona, interpela, interpreta. Rostos delineiam-se, são contempladas pessoas que, via de regra, permanecem nos bastidores. O fio condutor é o de compreender a vida das mulheres no ambiente religioso; estudar a questão de gênero sobre a condição feminina em vida de consagração; a dedicação à oração e ao conhecimento interior; a relação com as mudanças de época e de mentalidade. Que pensam as monjas? Dentro da longa tradição da versão monástica feminina dos primeiros séculos, as chamadas mães de deserto; das monjas que seguiram a Regra de S. Bento, desde Santa Escolástica, irmã de Bento, às monjas medievais que fizeram nome, como Hildegardis, Gertrudes Magna, Líoba, Walburga, e tantas outras, chega-se a sua concretização em nossos tempos. No Brasil desde 1911, quase um século, as monjas beneditinas da Congregação Brasileira conhecem figuras marcantes:

Madre Luzia Ribeiro de Oliveira e Madre Joana Calmon Villas-Bôas, para falar apenas de duas, são inspiração constante para as atuais gerações.

O enfoque de Mazzoni torna sua obra algo novo e de vivo interesse. Reflete a grande mudança na sociedade latino-americana enquanto sociedade secular e enquanto Igreja. Reflete a mulher que recupera a posição de sujeito da história, assume lugar na vida pública e familiar e incide sobre o comportamento não apenas seu, mas igualmente do mundo masculino. Vale recordar a atual literatura sobre o modo de Jesus Cristo se relacionar com as mulheres, ao instaurar um novo modo de ser e agir. Longe de qualquer reivindicação feminista, trata-se de uma nova consciência, como expressam documentos atuais da Igreja. Veja-se, por exemplo, o documento pós-sinodal, “Exortação Apostólica Vita Consecrata”: A nova consciência feminina ajuda também os homens a reverem seus esquemas mentais, o modo de se autocompreenderem, de se colocarem na história e de a interpretar, de organizarem a vida social, política, econômica, eclesial. VC 57.

O papel da mulher já era abordado na antiguidade cristã por alguns dos Padres da Igreja, como Gregório de Nissa, século IV, ao dizer “Que a mulher não diga: ‘Sou débil!’ Porque a debilidade é coisa da carne e, ao contrário, é na alma que está o vigor!”. O autor entende ser a fonte do vigor a mesma para homens e mulheres. É verdade que a literatura do monaquismo primitivo traz inúmeros exemplos de preconceito contra a mulher, vista como fonte de tentação a ser evitada. Verdade ainda que em obras do porte da “Vida de Santa Macrina”, seu biógrafo e irmão, Gregório de Nissa, exalta-a a partir de chaves de leitura masculina. Podemos perceber que houve épocas – se é que de fato tenham passado – em que a própria mulher avaliava-se por critérios masculinos, como no “Apoftegma de Ama Sara”, em que declara ser por natureza mulher, mas não por pensamento. No entanto, o fato de ser conferido a Macrina, irmã de Gregório de Nissa e Basílio Magno, o título de Grande, reservado a poucos na história da Igreja; o fato de Gregório considerá-la mestra e mãe espiritual e ainda o de os ditos das Mães do Deserto constarem da coleção dos Apoftegmas em pé de igualdade com o dos Pais sinalizam a direção que hoje vemos mais bem avaliada. Como disse Basílio, “Existem mulheres que não se distinguiram menos que os homens neste combate espiritual. Algumas, inclusive, adquiriram mais glória.”

O trabalho de Vanilda Mazzoni entra nesta grande corrente e traz uma contribuição particular de grande relevância para a história monástica de nossos tempos e de face brasileira. Abre e deixa abertas portas de futuro estudo sobre o papel da mulher que entra nas fileiras da vida cenobítica. João Paulo II reforça a posição ao escrever sobre a dignidade da mulher. Verdade que muita estrada há

de ser ainda percorrida para concretizar a atuação feminina em várias instâncias. Dando uma pincelada para além dos muros claustrais, não se pode deixar de ver e mencionar grandes vultos religiosos, de vida claustral ou mais inserida no mundo. Recentemente, Chiara Lubich, Madre Teresa de Calcutá, perto de nós, Ir. Dulce. Pessoas ou comunidades femininas fazem história.

Sim, as próprias comunidades femininas podem influenciar em grande escala o modo de relacionar-se, de estar no mundo, saindo da estrutura piramidal, com base no poder, na competição, na racionalidade, para dar o salto de qualidade na relação: assumir a forma “circular”, inclusiva, de amor e acolhida. Esta relação circular é fruto da contemplação do Deus comunhão, de ter um olhar teologal. Deus Uno e Trino, igual na diferença, Deus Pai e Mãe, como tantas imagens da Bíblia o representam, é a nossa fonte e inspiração. Lembramos diversas imagens femininas de Deus, hoje mais valorizadas, como a da galinha que junta seus pintinhos, do Deus-Sabedoria, da águia que incita seus filhotes a voar, da mulher que amassa seu pão. Poderíamos enumerar outras. Desta chave de leitura bíblica, que equilibra masculino e feminino, dependerá nossa prática comunitária e presença no mundo para que possamos atingir a vivência de comunhão apresentada como ideal e testemunho que se espera da vida monástica hoje. A Instrução “Partir de Cristo” chama-nos a ser *peritos em comunhão*. Isto requer “pessoas espirituais, forjadas interiormente pelo Deus da comunhão amorosa e misericordiosa”, características eminentemente femininas. O mundo tem sede de comunidades maduras, células em que a comunhão seja norma de vida. Esta é a “via régia do futuro de vida e testemunho [...] onde as relações aparecem menos formais [...] onde se descobre o valor divino do estar juntos gratuitamente, como discípulos e discípulas ao redor de Cristo Mestre, em amizade”.

Citamos o mesmo parágrafo 57 da Exortação Apostólica “Vita Consecrata”:

As mulheres consagradas estão chamadas de modo absolutamente especial a serem, através de sua dedicação vivida em plenitude com alegria, um sinal da ternura de Deus para com o gênero humano e um testemunho particular do mistério da Igreja que é virgem, esposa e mãe.

O parágrafo se fecha afirmando que o futuro da evangelização depende da redescoberta do papel da mulher consagrada na Igreja e no mundo. As mulheres, aquelas que na Igreja latino-americana sustentam em sua maioria o cotidiano das famílias, das comunidades e sua vida de oração, seriam um especial sinal da ternura de Deus.

Para nós, esta insistência ecoa no coração do patriarca S. Bento, que, jo-

vem, realiza o primeiro milagre motivado pela compaixão, diante das lágrimas da ama. Episódio aproximado ao do evangelho das Bodas de Canaã narrado pelo evangelista João, revela a sensibilidade de sentimentos de Bento, que, apesar de omitir na regra a menção ao amor de mãe que o abade deve ter, na realidade, demonstra-o de inúmeras formas ao longo de disposições como o cuidado feminino que tem com as vestes de seus irmãos - RB 55,8. Não está longe dos Pais do Deserto que ofereciam seu colo ao irmão adormecido durante a salmodia, para que dormisse melhor – Poimén 92.

A insistência sobre a ternura em muitos textos atuais ressalta o papel da mulher consagrada, ao trazerem uma resposta à aspiração pela paz neste Milênio aberto em meio a tanta violência. A Conferência de Aparecida em 2007 no Brasil, estruturado ao redor do tema Comunhão, convoca-nos a criar espaços de comunhão. O desejo das igrejas particulares de contar com comunidades monásticas femininas em sua região, expressa a missão construtiva do gênio feminino, especialmente quando dedicado à busca de Deus. Células irradiadoras de valores perenes, que primeiro trabalham a personalidade de cada pessoa e de lá, como círculos concêntricos, espalham a Boa Nova do Cristo Salvador.

A chave de leitura feminina, a questão de gênero, poderá nos abrir e reforçar caminhos desta terna comunhão experimentada, ou melhor, conquistada a cada dia no interior de nossas comunidades, para daí ser partilhada com os irmãos e irmãs. O trabalho cuidadoso e sensível de Vanilda aqui apresentado é, sem dúvida, uma contribuição de alto significado que merece leitura atenta e que suscitará outras pesquisas deste mundo ainda por ser mais lido e interpretado. Possa o objetivo da autora ser bem acolhido e incentivar aquelas que vivem o ideal monástico a vivê-lo com intensidade sempre maior e a partilhar esta graça com quem as rodeia. Que a misteriosa irradiação da vida silenciosa sobre a consciência coletiva, para as pessoas de fé, comunhão dos santos, continue pelos tempos. É o nosso voto, ao apresentar o estudo da Professora Vanilda Salignac de Sousa Mazzoni.

Vera Lúcia Parreiras Horta OSB
Abadessa
Mosteiro do Salvador

A vida religiosa feminina tem uma importância ímpar na história do Brasil, pois as Irmandades e Ordens estiveram presentes prestando auxílio na área médica, social e pedagógica. Ainda que sua presença fosse tardia em relação aos religiosos masculinos (justificada pelos interesses da Colônia), houve uma contribuição efetiva na construção do pensamento feminino no país. Pronto. Estava definido o tema de estudo. Necessitava, então, decidir o viés da pesquisa sobre a mulher, e o escolhido foi a Ordem Beneditina feminina.

Aliado à importância e relevância do tema, alguns outros motivos pessoais me levaram a escrever sobre a vida das monjas beneditinas no Brasil: o interesse nos estudos de gênero sobre a condição feminina; por ter sido oportunizado pela professora Dra. Constância Lima Duarte, da Universidade Federal de Minas Gerais, fazer um estudo de pós-doutoramento na perspectiva dos estudos feministas, dando continuidade ao meu trabalho anterior de mestrado e doutorado na respectiva área; pelo apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) na pesquisa denominada *De vita mulierum: estudo das regras das monjas beneditinas (1744)*, quando tive a oportunidade de pesquisar mais profundamente sobre as religiosas no texto conhecido como *Livro das monjas*, publicado em Lisboa, em 1744, pelo monge irlandês Gabriel Talbot, que é uma versão feminina da *Regra dos Mosteiros* (escrita originalmente pelo monge italiano São Bento e mais conhecida como *Regra de São Bento*), edição de 1586, o qual serviu de base para a construção desta pesquisa, e financiamento também a este trabalho.

Após as primeiras leituras do *Livro das monjas*, algumas inquietações sobre a compreensão da vida das mulheres neste ambiente religioso foram surgindo: A *Regra dos Mosteiros* é conhecida por seu rigor na dedicação das orações e do claustro para o conhecimento interior, tal rigor seria o mesmo quando se trata da regra das monjas? Qual a diferença da vida entre o mosteiro feminino e o masculino? Sabe-se que os mosteiros foram centros difusores de cultura e monopólio de ensino pedagógico, haja vista seus acervos bibliográficos, mobiliário; por que os mosteiros femininos se dedicaram à função feminina de assistência social? Seria verdade que, ao contrário de outras congregações religiosas, os mosteiros beneditinos só aceitavam mulheres em sua congregação que apresentassem vocação religiosa? O que as levou a entrar na Ordem? E hoje, como elas vivem? O que pensam das conquistas femininas na

contemporaneidade? Como o mundo laico é visto por elas? Busquei responder a todos esses questionamentos durante a pesquisa.

O título *Arquivo 37* foi decidido depois de uma conversa com Madre Vera Hortas, OSB, quando ela relatou que 37 era o número da caixa encontrada nos arquivos do Mosteiro de Stanbrook, Inglaterra, que guardava documentos referentes à fundação da Ordem feminina no Brasil.

Com este estudo, pretendi dar maior visibilidade às mulheres religiosas da Ordem Beneditina através da circulação de informações documentais de grande relevância e interesse para os estudos de gênero no Brasil, uma vez que traz à cena verdades poucas vezes reveladas pelas protagonistas dessa vida tão cheia de mistérios e encantos e, com isso, preencher mais uma lacuna na história das mulheres no Brasil. Espero ter conseguido.

Por ter nascido de uma tese acadêmica, este livro tem um significado especial para mim, pois em muitos momentos não consegui separar a pesquisadora da mulher que se deleitava com os depoimentos das monjas. Desejo que esse sentimento seja compartilhado com todos aqueles que o lerem.

As bases necessárias à pesquisa brasileira em relação às religiosas são muito escassas. Segundo Azzi (1983), no livro *A vida religiosa no Brasil*, ao mapear a vida religiosa feminina foi percebida a dificuldade para encontrar referências e estudos sobre essas instituições destinadas à mulher no Brasil colonial, o que comprova o descaso com a historiografia feminina. Quando uma ou outra pesquisa é encontrada, debate-se sem correlacioná-las a um contexto social e histórico que justifique seu estudo, normalmente apenas é descrita a vida piedosa ou moralista delas.

Entretanto, mesmo com todo obstáculo à pesquisa, a história pode ser remontada a partir dos primeiros cem anos da colonização, pois já no século XVII chegaram ao Brasil as primeiras “Casas de Recolhimento”, a pedido das famílias abastadas, objetivando – como o nome sugere –, entre outras coisas, recolher as filhas que não se casassem. A atitude era vista como uma forma mais “honrosa” da “vergonha” de não casá-las. Mais tarde essas casas evoluíram para conventos, e os primeiros a serem fundados foram os das monjas clarissas, carmelitas e concepcionistas¹.

As Casas de Recolhimento tinham várias funções:

- Educar meninas indígenas; acolher meninas órfãs ou separadas dos pais por algum motivo familiar.
- Hospedar mulheres rejeitadas pela sociedade ou as decaídas que gostariam de se regenerar (as chamadas “madalenas”).
- Acolher mulheres piedosas e desejosas de penitência, mas que não aspiravam à vida religiosa com hábitos, sendo que muitas delas eram viúvas ou abandonadas pelos maridos.
- Destinar as moças que queriam ingressar na vida religiosa, em clausura e com vestes de hábitos.
- Servir para acolher mulheres adúlteras e aquelas que fugiam da violência dos maridos.

¹ As clarissas pertencem a uma Ordem fundada por São Francisco e Santa Clara de Assis, são contemplativas e vivem na clausura; as carmelitas tiveram a Ordem reformulada por Santa Teresa D’Ávila e são missionárias; já as concepcionistas franciscanas vivem em estrita clausura, pobreza, oração e dedicação aos pobres, seguindo os ensinamentos de Santa Beatriz.

Para Azzi, a vinda das Ordens e Congregações femininas para o Brasil foi tardia, principalmente se comparada com outras colônias na América:

Desde 1526 teve início o primeiro recolhimento, em Santo Domingo [...] Quando em 1677 se erigiu no Brasil o primeiro mosteiro de mulheres, já havia na América espanhola mais de 70 conventos canonicamente estabelecidos, sendo 28 deles somente no México. Por volta de 1690, nos próprios domínios portugueses, havia já treze conventos femininos nas Ilhas dos Açores e quatro na Madeira (1983, p. 25).

Ainda na visão de Azzi, isto ocorreu não sem motivo, pois nos tempos coloniais a Igreja dependia das decisões da Coroa portuguesa e esta não favorecia a criação de conventos; a intenção era impedir que a mulher branca vivesse no celibato, uma vez que a permissão poderia levar a uma onda de miscigenação entre os colonos e as africanas e indígenas que aqui se encontravam. Havia escassez de mulheres brancas até meados do século XVIII e, pelo que se sabe, as primeiras só chegaram ao Brasil após 1530.

Não era do interesse da Coroa liberar recursos para manter conventos de vida contemplativa (a única possível à mulher portuguesa que desejasse adentrar na vida religiosa na época) porque essas instituições mantinham as mulheres distantes da sociedade e eram espaços isentos de pagar impostos, o que onerava demasiadamente os custos da Coroa. A permanência desses conventos só era permitida se a comunidade do entorno pudesse mantê-los.

Outro problema a ser gerado pela chegada e permanência de conventos era a preocupação permanente das famílias abastadas com as heranças, pois ao mesmo tempo em que desejavam a chegada de instituições religiosas femininas também apoiavam a proibição por parte da Coroa acerca das doações monetárias feitas aos conventos e às religiosas, uma vez que, para que as filhas ficassem nessas instituições, os pais tinham que arcar com as despesas.

Embora oficialmente a primeira fundação de vida contemplativa feminina tenha ocorrido no século XX no Brasil, uma tentativa já havia sido feita no século XVI sem lograr sucesso: No ano de 1576, já havia, na cidade de Olinda, Pernambuco, uma Casa de Recolhimento feminina pertencente à Ordem Terceira Franciscana, dirigida pela Irmã Maria Rosa, viúva de Pedro Leitão. Todavia, em 1585, o prédio foi doado aos frades franciscanos para a fundação do convento deles. Dez anos depois, em 1595, Irmã Maria Rosa inaugurou o Recolhimento da Conceição. Esta casa oferecia educação às jovens órfãs.

Já em 1601, exercendo a função de Superiora, Irmã Maria Rosa solicitou à Ordem Beneditina a transformação da Casa em Mosteiro feminino.

Ainda nesse ano, conseguiu que a Casa passasse a se chamar Mosteiro Nossa Senhora da Conceição. Em 1725, devido ao costume de usarem a instituição como prisão para mulheres, entrou em decadência. Em 1746, foi reformado, mas não recebeu o título de Mosteiro. Em 1778, contava com 20 religiosas em regime de clausura.

Segundo Castro (1996), no ano de 1644, a Câmara de Salvador solicitou à Coroa portuguesa autorização para a fundação do Recolhimento do Desterro, e imediatamente iniciou os preparativos, mas só a conseguiu em maio de 1677, com a chegada de quatro clarissas vindas do Mosteiro de Évora. Para recebê-las, começou a construção de um mosteiro para elas em 1665, o qual foi finalizado em 1796. Houve dois motivos para a solicitação – o primeiro, o grande número de mulheres que iam a Portugal ingressar nos conventos; o segundo, a decadência dos engenhos de açúcar, empobrecendo os fazendeiros e dificultando bons casamentos para suas filhas. Em 1853, havia 53 religiosas e 40 educandas; e em 1870, 22 religiosas servas, 125 agregadas e 13 educandas. Contudo, a permanência das clarissas na Bahia foi permeada por graves acusações de mundanismo:

Sobre essas freiras pesam as mais fortes acusações, em determinado período, lamentações e medidas dos bispos metropolitanos, sobre o luxo, o mundanismo em modos e vestes e celas. Namoros de apaixonados por elas, os ‘freiráticos’, as festas e danças, na ocasião de festas ligadas a estranhos ou agregados – as mulatas e escravas, por exemplo – tornam, em certa época, tal convento em ponto de escândalo para os católicos e motivo de chacotas e generalizações por parte de quantos não eram partidários do celibato (p. 25).

Em São Paulo, no ano de 1685, foi fundado o Recolhimento de Santa Teresa, destinado às jovens de famílias abastadas, e no ano de 1798 contava com 31 religiosas professoras. Em 1773, fundou-se o Recolhimento da Luz, que também no ano de 1798 estava com 23 mulheres recolhidas. A última fundação do período colonial do Estado foi do Convento de Santa Clara, em Sorocaba, instalado em 1811, com a presença de Frei Galvão, fechando-se em clausura e com a recitação do Ofício Divino em latim. No ano de 1828, já havia 20 mulheres internas.

No Rio de Janeiro, em 1687, foi fundado um recolhimento para mulheres. Neste local foram residir Cecília Barbalho, suas três filhas e outras mulheres que desejavam viver recolhidas; em 1750, foi erigido o mosteiro, com a participação de cinco freiras clarissas chegadas da Bahia. Em 1742, foi a vez do Recolhimento do Desterro, que começou como educandário para

meninas e, em 1780, foi transformado no Convento de Santa Teresa com regra carmelita.

As dificuldades de manutenção dos mosteiros e conventos religiosos femininos aumentaram com a resolução do Marquês de Pombal, após um embate com os religiosos nas colônias portuguesas e, na Bahia, deixou sequelas:

Para com os religiosos, o Marquês de Pombal nutriu geral ojeriza. Em 1762, um aviso expedido pelo ministro de D. José proibia a entrada de noviços nas corporações religiosas. Em 1768, estendia-se a proibição aos que se destinavam a ordens sacras e que desejavam ser sacerdotes seculares, excetuando-se aqueles que já haviam recebido as ordens menores. Até para os conventos de religiosas se aplicava a proibição, pois em maio de 1790 se concedia à superiora do Convento da Soledade a faculdade de aceitar quarenta religiosas. Em outubro de 1783, se fixou o quantitativo para cinquenta (conventos das Mercês e do desterro) e vinte para o Convento da Lapa, todos em Salvador. Tais medidas contribuíram para agonizar as ordens religiosas, e muitas 'secularizações' do clero regular sintomaticamente se deram até o século XX (CASTRO, 1996, p. 23).

A situação de fragilidade econômica do Estado facilitou a chegada das Irmãs Ursulinas da Soledade à Bahia em 1735, a instituição serviu de educandário e em 1741 já possuía 40 religiosas.

No ano de 1744, foi fundado o Convento das Irmãs Ursulinas das Mercês, construído por Úrsula Luiza de Montesserrate, com 50 vagas. Porém, em 1853, foram reduzidas de 24 para 17 professoras; e em 1870, estavam com 17 educandas e 70 servas. No entanto, em 1895, chegaram novas ursulinas dando um novo fôlego à Congregação e foi aberta a Escola Santa Ângela para crianças desfavorecidas.

As irmãs franciscanas fundaram o Convento da Conceição da Lapa em 1744, com 30 vagas (hoje, Convento da Lapa), que foi habitado pelas concepcionistas. Entretanto, um infortúnio veio entristecer o convento: em 20 de fevereiro de 1822, o prédio foi invadido por soldados lusitanos e a Abadessa Joana Angélica assassinada com um golpes de baioneta transpassando seu corpo. Em 1853, eram somente 16 religiosas, e em 1870 esse número se reduziu para 9.

O Recolhimento de São Raimundo, para mulheres arrependidas em busca de regeneração, teve sua construção iniciada em 1752 e foi fundado em 1755. Recebeu 12 mulheres que buscavam abrigo para penitências de suas vidas.

O grande número, segundo Azzi, de permissão para abertura de instituições religiosas na Bahia foi o fato de o número de mulheres sozinhas ter aumentado muito com a escassez de homens que fugiram do Estado por causa da migração para Minas Gerais em busca do ouro.

Em 1797, a baiana Ana Joaquina da Conceição de Jesus solicitou à Coroa permissão para fundar um convento de moças mestiças, uma vez que elas não podiam professar nos mosteiros existentes, mas não recebeu autorização da Igreja.

Sobre a discriminação da manutenção de ordens religiosas para mestiças, Azzi comenta:

Esse caráter discriminatório da vida religiosa parece ter correspondido a uma necessidade específica da colônia brasileira. Nos mosteiros de Portugal e das ilhas portuguesas do Atlântico aceitavam-se normalmente mulheres de cor, e muitas delas saíram do Brasil para os conventos de além-mar justamente por essa razão (1983, p. 47).

E continua afirmando que no Brasil Colônia o problema era que o poder político e eclesiástico não reconhecia a essas mulheres o direito à vida monástica, o que provocava a criação de instituições escusas.

Iniciar uma fundação religiosa é uma tarefa muito difícil, até mesmo árdua, porque isto significa partir do marco zero, logo, a necessidade de adquirir terreno, construir, incentivar e receber vocacionistas, manter-se financeiramente, atender às necessidades da comunidade externa e interna, administrar e gerir a instituição. Por esse motivo, a instalação de religiosas(os) é muito caro para a Igreja Católica e, como foi dito, nos primeiros séculos da colonização custava ainda mais para a Coroa portuguesa.

Por questões meramente financeiras, o direito de professar nos conventos coloniais era unicamente de mulheres brancas e abastadas; as pobres, mesmo brancas, entravam como serviçais. No Convento do Desterro, em Salvador, conviviam duas classes de religiosas – as de “véu preto” (aquelas que faziam profissão solene e participavam do Ofício. Praticamente todas essas mulheres eram filhas de senhores de engenho) e as de “véu branco” (que eram as de famílias pobres ou que levavam consigo dotes bem menores do que aquelas). Depois de alguns anos as segundas deixaram de ser aceitas por falta de vagas e as mulheres negras só puderam ser aceitas, mesmo como servas, após 1720.

O espaço religioso nem sempre correspondia aos anseios de uma vida celibatária e temente a Deus, pois muitas mulheres foram enviadas para os Conventos, Mosteiros e Casas de Recolhimento apenas porque não podiam satisfazer a um desejo familiar: casarem-se, mesmo contra a própria vontade, ou simplesmente por desobediência aos pais.

Dada a situação de clausura familiar vivenciada pelas mulheres no período colonial, as instituições religiosas também serviram como espaço libertador, embora isto pareça paradoxal. Dentro ou fora da casa familiar, a vida

– para essas mulheres sem tendência à vida celibatária e devota – era de prisão. O cerceamento existia e elas estavam condicionadas tanto à limitação intelectual quanto à pública (uma vez que não podiam sair); os trabalhos manuais e a oração eram suas únicas atividades. Portanto, tanto fazia para elas estarem presas a um Convento ou em seus lares.

O recinto religioso ao menos as socializava, pois podiam repartir com outras mulheres suas angústias e, mesmo por trás das muralhas desses espaços, havia sensação de liberdade – provocada pelo distanciamento dos pais represores; dos possíveis maridos autoritários e bem mais velhos; dos sofrimentos pelos inúmeros partos; da submissão feminina na sociedade laica, além de estarem protegidas de ser humilhadas por escravas concubinas de seus respectivos maridos. O ambiente religioso as estimulava, e muitas aproveitaram para escrever poesias e diários, aprender música e ler. Note-se que, por outro lado, elas sequer trabalhavam, pois, pela lei, tinham direito de levar suas escravas, porque não se admitia que essas moças realizassem tarefas domésticas no claustro. A exceção era apenas para as religiosas professoras.

Não se pode deixar de mencionar a importância das instituições religiosas dirigidas pelas mulheres na formação pedagógica brasileira do período. Primeiro, pelo vertiginoso número de religiosas que chegaram ao país; segundo, porque inauguraram escolas primárias e colégios de formação para moças nos cursos de Magistério e Enfermagem (que era um atrativo para elas), e se caracterizavam por funcionar em regime de internato.

1.1 A Igreja no Brasil do Pós-Império

Para Azzi, o ano de 1889 foi marcado politicamente por dois grandes eventos no Brasil: a queda do Império e a declaração da separação entre a Igreja e o Estado, e essa independência permitiu a vinda de inúmeros institutos e congregações religiosas femininas, e as primeiras que chegaram ao Brasil foram as carmelitas e franciscanas.

O ano de 1922 é o ano de oficialização do movimento de renovação litúrgica denominado *Ação Católica*, que objetivava reafirmar o poder da Igreja Católica na sociedade, uma vez que a separação com o Estado a enfraqueceu bastante, e a Ordem de São Bento teve papel importante nesse processo porque foi um evento religioso desencadeado pelos monges beneditinos do Rio de Janeiro, confirmando a influência católica no país. Vários intelectuais também participaram do movimento, a exemplo de Alceu Amoroso Lima, e

religiosos de forte atuação no país, como Dom Hélder Câmara, que teve papel importantíssimo nas discussões sobre o Nordeste e a Amazônia.

As inúmeras revistas publicadas por congregações, o Movimento das Marianas e Filhas de Maria difundiram a necessidade de uma conscientização da devoção religiosa. O catolicismo e o movimento da *Ação Católica* foram impulsionados, em 1931, com a inauguração da estátua do Cristo Redentor, no Rio de Janeiro.

Em 1962, a Igreja Católica sofreu uma profunda reavaliação de sua postura diante do mundo moderno na reunião entre o Papa e seus bispos: o Concílio Vaticano II, convocado pelo Papa João XXIII e finalizada pelo Papa Paulo VI, em 1965, quando participaram cerca de 2.200 bispos de todo o mundo. Esse encontro religioso foi muito importante para a Igreja Católica e mudou seu rumo em direção à contemporaneidade:

Os grandes embates cristológicos, que movimentaram a história eclesial durante séculos, tiveram seu suspiro derradeiro no Concílio Vaticano II, na década de 60, embora vez por outra um teólogo tresloucado da América Latina procure “humanizar” a figura de Cristo, ao transformá-lo num Che Guevara da Judéia (SABINO, 2007, p. 72).

Para Cavallari (2007), a dúvida entre aderir à modernidade ou superá-la divide a Igreja Católica desde o Concílio Vaticano II. O último Concílio, o Vaticano I, ocorreu em 1870, e houve uma necessidade do Vaticano II porque a Igreja precisava evoluir, pois o mundo havia avançado muito desde então:

A pílula anticoncepcional desencadeara a revolução sexual. As drogas e o rock-n-roll plantavam os germes da contracultura. Nesse cenário efervescente, a reunião de todos os bispos do mundo tinha como meta superar a divisão entre a Igreja e o mundo moderno instalada desde a Revolução Francesa (p. 98).

A partir do Concílio, houve várias mudanças nas Ordens e Congregações:

- a aceitação do casamento por amor, não apenas como meio de procriação;
- o fim da missa com o padre de costas para o púlpito;
- a abolição do latim como língua oficial da liturgia e a liberdade das línguas fizeram com que as comunidades monásticas tivessem a opção de elaborar seu próprio Ofício, o que levou à existência de inúmeras variantes;
- os religiosos não podiam assistir a programas de televisão e apenas o acesso a algumas revistas era permitido;
- não podiam visitar os familiares, que só poderiam ver seus parentes religiosos durante 3 dias de visita ao ano.

No Pós-Concílio, os religiosos podiam aceitar convites para visitas, jantares, espetáculos; mudou-se o vestuário, cada Mosteiro ou Convento, em função de sua localização, podia adequar suas vestes ao clima, e as religiosas não precisariam mais dormir com os hábitos que usavam durante o dia, podendo, assim, trocar de roupa. Alterações foram feitas em outros setores, como a alimentação e a ordem dos salmos na Liturgia das Horas (o *Opus Dei* para as beneditinas).

Porém, quatro assuntos não foram discutidos por não interessarem à Instituição:

- a possibilidade de um divorciado voltar a se casar no religioso dentro da Igreja Católica;
- o questionamento da autoridade total do Papa;
- o casamento dos sacerdotes, o que implicaria no fim do celibato (uma das maiores resistências da Igreja Católica); e
- o direito da mulher ao aborto, pois entende que a mulher não deve abortar uma vez que no embrião já foi gerada a vida.

Os anos que se seguiram ao Concílio Vaticano II foram de abalo à Igreja Católica. Houve um êxodo muito grande de religiosos de todas as Congregações, inclusive entre as beneditinas. No entanto, não deixou de ser um marco para o catolicismo, uma vez que a Igreja refletiu sobre sua identidade e a necessidade de renovar seu discurso a fim de adequá-lo aos novos desempenhos que objetivavam integralizar o homem jovem e pobre em sua totalidade.

Também após o Vaticano II houve uma reavaliação na Ordem Beneditina em relação à participação da mulher no Congresso dos Abades, pois, a partir de 1965, ficou evidenciada a necessidade de se fazer algo para as beneditinas. Em 1968, o Abade Primaz Rembert Weakland, através de votação, decidiu que deveria ser formada uma Comissão para monjas e irmãs, dividida em dois setores, ambos com uma só secretaria, com o mesmo número de mulheres que há no grupo masculino, sendo que as mulheres seriam recebidas separadamente pelo Abade Primaz. Em 1972, a Comissão de Monjas e Prioras foi convidada para o Congresso dos Abades como ouvinte. No ano de 1988, as duas Comissões se fundiram.

O Concílio Vaticano II permitiu que a Igreja se renovasse na teologia e na atividade pastoral, criando um novo modelo de Igreja que a aproximasse mais do povo. Sem dúvida, as Congregações femininas tiveram papel de fundamental importância pós-Vaticano II, porque ajudaram a difundir novos ideais advindos do Concílio – foram vanguardistas ao reestruturarem as ações pastorais, pois uma das características do período foi a volta da chamada Igre-

ja-povo, que revalorizou o catolicismo e criou a base de um outro movimento dentro da religião, a Teologia da Libertação, surgida no Concílio e fortalecida na América Latina entre as décadas de 1970 e 1980. Ela defendeu os direitos humanos dos índios, operários, migrantes, pobres, todos aqueles que representassem minoria social, mas não agradou a todos os religiosos de Roma pela relação do movimento religioso com a teoria marxista.

Segundo Padilla (2007, p. 40), a Teologia da Libertação até hoje não é bem vista pelo Vaticano porque, para o Papa Bento XVI, a evangelização deve vir separada do trabalho social: “O papel da Igreja em relação às questões sociais deve ser ‘indicar as linhas guias para uma política justa’ e não ‘promover revoluções’, como diz, em sua opinião [o Papa Bento XVI], a Teologia da Libertação”. E diz que, na visão de Leonardo Boff, um dos expoentes do movimento e condenado na década de 80 ao silêncio, o Papa nunca entendeu a Teoria da Libertação.

Bucker (1995) define que a vida da Igreja no Brasil pode ser estudada através de três grandes períodos: o primeiro, que vai de 1952 (coincide com a fundação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB) até 1968, quando é promulgado o AI-5:

É o tempo da organização institucional, ainda que com pouca consciência da realidade e da missão profética, até o golpe de 64, quando prevalecia uma concepção de Cristandade. Inicia-se um processo onde os leigos têm um papel importante, Às vezes não suficientemente apoiado pela hierarquia (p. 42).

O segundo período é quando a Igreja começa a ter dificuldades de relacionar-se com o governo e inicia-se o período de repressão pós-Golpe com o sequestro e a tortura do Bispo Dom Adriano, de Nova Iguaçu, os assassinatos de religiosas e padres, assim como de vários leigos engajados em trabalhos nas Pastorais em defesa dos direitos humanos.

O terceiro, iniciado em 1976, foi marcado por conflitos intraeclesiais, pelo fato de alguns membros optarem pelas ações entre os pobres, objetivando a renovação da Igreja na busca de fortalecer a religião católica e facilitar ações e trabalhos sociais.

Ainda que movida por interesses particulares, entre eles o auxílio à mulher na manutenção dos ideais religiosos na formação da família e sociedade, um avanço pôde ser notado na Igreja Católica na década de 70: Irmã Tierny (1975) mostra que, nos anos de 1973 a 1975, a Igreja abriu-se para vários encontros nacionais a fim de debater sobre a condição da mulher, associando-se à programação do Ano Internacional da Mulher, proclamado pela Organização das Nações Unidas

(ONU) após o XXV Aniversário da Comissão da Condição da Mulher e culminando com a Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB).

A discussão no interior do movimento católico surgiu a partir de uma conscientização de que a repressão à mulher estava relacionada ao desejo masculino de evidenciar força, implementando domínio em relação ao que se entendia como gênero fraco e frágil, que por isso necessitava da proteção do homem, um ser, ao contrário dela, mais forte e mais viril. Entretanto, essa “proteção” transformou-se em subalternidade, servidão e escravização, com a retenção da mulher em um ambiente pré-determinado e sem opção de escolhas, e que a instituição, defensora de direitos iguais a todos os seres, deveria opinar nesse debate.

Esta participação da Igreja foi marcada, também, pela CNBB, quando elaborou três projetos em seu III Plano Bial visando à participação nos festejos do Ano Internacional da Mulher: Projeto 5.1.14 – levantou as paróquias mantidas por religiosas e leigas; Projeto 5.1.29 – levantou a opinião dos Bispos, Presbíteros e leigos a respeito da participação da mulher no planejamento e decisão pastoral; Projeto 5.1.30 – refletiu sobre o papel da mulher na sociedade e na Igreja, sendo que, deste, não houve registro de avaliação final publicada.

Como resultado das pesquisas, o primeiro projeto (5.1.14) mostrou que no Brasil não há discriminação de direitos, isto quer dizer que, na prática, qualquer vocacionada disponível pode desempenhar este papel nas Dioceses, embora exista um número maior reservado para a Eucaristia: havia 46,6% de leigas e 90,3% de religiosas para Comunhão Eucarística; para Ministério da Palavra, 33,3% de leigas e 54% de religiosas; para o Ministério do Batismo, 11,8% de leigas e 29,6% de religiosas; para a Assistência Oficial do Matrimônio, havia 1,4% de leigas e 8% de religiosas; e, por fim, como Ministras Oficiais de Enterro, havia 11,1% de leigas e 28,1% de religiosas. Mas uma dúvida permeou essa pesquisa em relação aos números bem menores dos Ministérios – havia discriminação ou não havia número de religiosas preparadas o suficiente para exercerem o cargo? Na época, percebeu-se, então, que haveria a necessidade de preparar melhor as religiosas e isto significaria proporcionar-lhes estudos específicos.

O segundo projeto (5.1.29) trouxe um dado interessante sobre a participação da mulher na Igreja: no questionamento específico sobre a necessidade de uma maior participação da mulher no planejamento pastoral, o resultado afirmativo foi de 97,8% entre as religiosas; 96,1% de leigas; 92,4% entre os Bispos; leigos concordam em 89,1%; presbíteros, 87,1%; presbíteros diocesanos, 86,3%; e Irmãos, 80%. Contudo, quando se tratou da questão de maior participação nas decisões pastorais, o resultado foi surpreendente: as leigas e os leigos juntos concordaram em 70,2%, e os religiosos e religiosas

opinaram positivamente em cerca de 80%.

Ainda que sem grande relevância, ficou uma dúvida (que não foi respondida em função de a pesquisa não abordar o motivo que levou a tal consideração): qual o motivo de dificultar a resistência às mulheres maior participação efetiva nas decisões e de ser maior essa participação entre os leigos do que entre os membros da própria Igreja?

Após o encerramento dos debates, algumas críticas foram feitas pelas religiosas: “As religiosas notam que as mulheres são as próprias responsáveis por esta situação, pois algumas estão acomodadas na sua dependência dos homens. Tanto as religiosas como as leigas ainda não sentiram a responsabilidade de maior participação [...]” (TIERNY, 1995, p. 24).

Também há críticas dos padres e Bispos:

A mulher parece temer tomar posição. Isto acarreta uma diminuição de seu encanto, da fraqueza que precisa ser protegida. É sério obstáculo à participação [...]. As mulheres devem participar tanto quanto os homens, inclusive com acesso ao presbiterato. Está na hora de estudar com toda abertura se há direito divino que impeça à mulher ser investida de algum Ministério na Igreja [...]. Sou daqueles que julgam que a mulher possa receber até o sacerdócio ministerial. Para mim é isso problema apenas de condicionamento histórico e não teológico (TIERNY, 1995, p. 27).

O que se percebe é que a Igreja, ao mesmo tempo em que pensa na participação maior da mulher nos Ministérios, demonstra que a culpa pela não ocupação de espaço ou pela dificuldade de o mesmo ser preenchido por uma mulher é de corresponsabilidade dela. Entretanto, sabe-se que a resistência é histórica, e que não há receio da mulher, e sim, cautela nos espaços que deve ocupar, pois a mulher reconhece que a presença feminina é obtida por lutas *pari passu*, para que as conquistas sejam definitivas e não paliativas.

Em 1995, o Papa João Paulo II escreveu uma carta às mulheres se desculpando, em nome da Igreja Católica, pelo tempo em que a instituição contribuiu para a manutenção do cerceamento feminino: “Também a Igreja se propõe oferecer a sua contribuição para a defesa da dignidade, do papel e dos direitos das mulheres [...]” (p. 5). Reporta-se à mulher mãe, mulher esposa, mulher filha, mulher irmã, mulher trabalhadora e mulher consagrada (leia-se religiosa). Logo depois, explica o motivo da carta:

Infelizmente, somos herdeiros de uma história com imensos *condicionalismos* que, em todos os tempos e latitudes, tornaram difícil o caminho da mulher, ignorada na sua dignidade, deturpada nas suas prerrogativas.

gativas, não raro marginalizada, e, até mesmo, reduzida à escravidão (PARA, 1995, p. 8).

Reconhece que, ao longo da história, as mulheres deram contribuição não inferior à dos homens e em condições muito menos favoráveis, por isso talvez sua importância seja maior. Outro assunto discutido na carta é o olhar masculino sobre as mulheres:

Relativamente a esta grande, imensa “tradição” feminina, a humanidade tem uma dívida incalculável. Quantas mulheres foram e ainda continuam sendo valorizadas mais pelo aspecto físico que pela competência, pela profissionalidade, pelas obras da inteligência, pela riqueza da sua sensibilidade e, numa palavra, pela própria dignidade do seu ser! (PARA, 1995, p. 9).

Também discorre sobre as lutas feministas:

Urge conseguir onde quer que seja a *igualdade efetiva* dos direitos da pessoa e, portanto, idêntica retribuição salarial por categoria de trabalho, tutela da mãe-trabalhadora, justa promoção na carreira, igualdade entre cônjuges no direito de família, o reconhecimento de tudo quanto está ligado aos direitos e aos deveres do cidadão num regime democrático (PARA, 1995, p. 10).

Não deixou de mostrar outros crimes praticados contra a mulher: o estupro, quando o homem a vê apenas como objeto sexual; a prostituição infantil; o aborto, que é entendido não apenas como uma responsabilidade feminina, e continua sim, sendo um pecado grave, mas deve ser atribuído também ao homem e à “cumplicidade do ambiente circundante”.

Termina com um apelo a todas as pessoas: para que se devolva à mulher a dignidade e o respeito à luta feminista. Essas mulheres lutaram por conquistas sociais, econômicas e políticas, em uma época que não as favorecia isto porque era considerado um ato de transgressão, sinal de falta de feminilidade e de exibicionismo.

2 *Trajectoria das religiosas e o Mosteiro beneditino feminino no Brasil*

No livro *Pré-história das monjas da Congregação Beneditina do Brasil – de Stanbrook, Inglaterra, a Santa Maria, Brasil*, Madre Vera Lúcia Parreira Horta faz uma pergunta que, creio eu, norteia o trabalho de quem pretende estudar a vida das monjas beneditinas: “Por que os mosteiros beneditinos femininos só foram fundados no Brasil no século XX se os mosteiros masculinos já estavam aqui desde o século XVI?”. Segundo Horta, baseada nos estudos de Azzi (1985), não somente para as beneditinas, mas para qualquer religiosa a vida nas Ordens e Congregações foi tardia no Brasil:

Não só para as beneditinas, mas para toda a vida religiosa feminina a presença no Brasil foi tardia e rara, comparada com a das colônias espanholas na América. Já em 1526, se assinala a presença do primeiro recolhimento feminino na América, em Santo Domingo. Em 1540, funda-se no México o Real Convento de la Concepción e, em 1677, quando se erige no Brasil o primeiro mosteiro para mulheres, a América espanhola conta com mais de 70 conventos canonicamente estabelecidos (1990, p. 30).

A fundação do primeiro mosteiro beneditino feminino brasileiro, o Mosteiro de Santa Maria, está relacionada à história das monjas inglesas de Stanbrook, uma vez que se reconhece a importância das mesmas na formação das nossas monjas.

Sobre a história da fundação da Abadia de Santa Maria, Madre Vera Hortas (1990) conta que a jovem paulista Ana Abiah da Silva Prado procurou Dom Miguel Kruse² (1864-1929), OSB, em 1901 (à época ele ainda era Prior do Mosteiro de São Bento em São Paulo), desejosa de se tornar monja beneditina. Após acompanhar por quase sete anos a frequência de Abiah ao Mosteiro, Dom Miguel percebeu que a vocação dela era natural, portanto, verdadeira.

Depois de Abiah, outras jovens se interessaram pela vida monástica, fato que o motivou e o entusiasmou com a possibilidade de fundar no Bra-

² Dom Miguel Heinrich nasceu em Stukenbrock, Alemanha, e, aos 33 anos, decidiu vir ao Brasil para ingressar no Mosteiro de Olinda. Em 1900, foi enviado para o Mosteiro de São Paulo e lá, anos depois, tornou-se Abade. Por ter dado o passo inicial para a fundação do mosteiro brasileiro, Dom Miguel Kruse é considerado o inspirador da primeira fundação beneditina feminina no Brasil.

sil um mosteiro beneditino feminino. E assim, no dia 8 de abril de 1907, Dom Miguel escreveu uma carta para a Abadessa de Stanbrook, Worcester, Inglaterra, Madre Cecília Agnes Heywood, solicitando a formação britânica do noviciado para Abiah. Depois diz que a ida da jovem incitará um grupo de moças brasileiras com o mesmo objetivo, o que demonstra a necessidade de fundação da Ordem feminina no Brasil. A justificativa da escolha da Abadia de Stanbrook para fundar a brasileira, segundo Dom Miguel, era a de que essa Abadia prezava pelo espírito monástico, pela sólida manutenção das tradições beneditinas, reconhecida em todo o mundo pelas maneiras inglesas de educação, que superava as dos franceses e germânicos.

Em nova carta, de 15 de abril, Dom Miguel esclarece que o Mosteiro brasileiro deverá ficar sob a jurisdição da Abadessa inglesa até que se possa ter uma brasileira na direção; também que a fundação brasileira não poderá se afiliar a outras comunidades monásticas femininas na Europa a fim de garantir a uniformidade de disciplina e de costumes.

Dando resposta positiva ao pedido, a fundação brasileira nasceu sob a égide de sete condições. Que:

- as Constituições sejam as mesmas da abadia inglesa, com as modificações necessárias a partir de uma autorização da Congregação Beneditina do Brasil;
- a formação será conforme os Costumes e Constituição de Stanbrook;
- a fundação ocorrerá em poucos anos, e a data será combinada entre os superiores;
- nenhuma postulante destinada à fundação brasileira poderá ser formada em outro mosteiro;
- a escolha da superiora será feita pela Abadessa, porém, quando a mesma for independente poderá eleger a sua Abadessa ou Priora;
- a Abadia inglesa poderá enviar algumas irmãs, que não as brasileiras, se houver necessidade;
- se a fundação falir, a Abadia inglesa não responderá pelas dívidas que, por ventura, houver.
- os horários e as atividades deveriam ser os mesmos da Declaração de 1867, e modificados apenas em 1935 em todos os mosteiros femininos: 5:00 – levantar-se; 5:30 – as Laudes, meia hora de meditação, prima e Missa, seguidas de café e trabalho; 9h – Terça e Missa Conventual, Sexta e trabalho manual; 11:00 – almoço e 1 hora de recreio; 14:00 – aulas do noviciado, ou trabalhos ou leitura; 15:00 – Noa, Vésperas e trabalhos manuais; 17:30 – Conferência; 18:00 – Jantar e recreio; 19:30 – Completas e trabalho manual; 20:30 – Vigílias.

Assim, Ana Abiah da Silva Prado tornou-se a primeira postulante da Congregação Beneditina feminina brasileira. Nasceu em São Paulo, em 4 de março de 1878, filha de uma família bastante conhecida e abastada: os Prado. Desde a adolescência, mostrou-se inclinada para a vida religiosa. Quando ela tinha 11 anos de idade, o pai, Antônio Caio da Silva Prado, faleceu vítima de febre amarela, e a mãe, Maria Sofia Hughes, foi, juntamente com as duas filhas, morar com a sogra, Veridiana Valéria da Silva Prado, que dificultou a vida de Ana pressionando-a bastante para que ela se casasse. Entretanto, Ana segue para a Inglaterra com a mãe e a irmã, Maria. Em Paris, pela primeira vez estudará em um colégio, uma vez que toda a sua formação intelectual foi feita em casa, sob a orientação de uma governanta suíça.

Abiah voltou ao Brasil em 1901 motivada pela morte do tio Eduardo Prado, aos 41 anos, e a necessidade de consolar a avó. Nesse mesmo ano passou a frequentar o Mosteiro de São Bento. Aos 27 anos comunicou à mãe o desejo de tornar-se monja beneditina e a ida à Inglaterra para o noviciado. Maria Sofia, embora tivesse chorado muito, aceitou a decisão da filha e a acompanhou ao Mosteiro de Stanbrook. Da primeira visita ao Mosteiro, em 28 de maio de 1907, e a permanência levou quase 4 meses, pois ficara sabendo que deveria permanecer por pelo menos 5 anos, viver em total clausura, e o local era muito isolado, o ambiente era austero, faziam jejum, e ela teve dúvidas se conseguiria manter-se lá ou não. Além das incertezas pessoais, a mãe adoecera de congestão pulmonar, e Abiah ficou cuidando dela. Uma discussão interna no Mosteiro do Brasil previa que ela fosse para a Espanha, mas a decidida jovem preferiu a Inglaterra. No dia 11 de setembro de 1907, Ana Abiah ingressou na comunidade das monjas inglesas, recebendo o nome de Irmã Gertrudes.

Os primeiros dias foram muito difíceis para a Irmã: saudades da família, a solidão e a incerteza do cumprimento da missão.

Em 1911, ao término dessa formação monástica, no dia 28 de setembro, as jovens brasileiras (Irmã Gertrudes, Irmã Mectildes Gurjão e Irmã Plácida), juntamente com mais três monjas inglesas (Irmã Mectildes Knight, Irmã Domitilla Tolhurst e Irmã Agnes Wood), responsáveis por auxiliar as brasileiras durante cinco anos, foram de trem de Worcester até Southampton, e no dia 29 embarcaram no navio Aragon, com destino ao Brasil.

Ainda no navio Aragon ocorreu um infortúnio: o falecimento daquela que seria a fundadora, a Priora inglesa Dame Domitila Tolhurst. Madre Domitila foi uma das primeiras passageiras a sentirem os sintomas de uma pneumonia dupla, que inicialmente parecia ser uma crise de amidalite. A

Madre foi vítima de uma epidemia no navio, seu estado agravou-se e quase à meia-noite do dia 15 de outubro ela faleceu. Houve uma parada no porto do Rio de Janeiro, dia 16, e o corpo foi retirado da embarcação sob muita angústia e tensão por parte das monjas, pois se cogitou a possibilidade de ter seu corpo lançado ao mar caso não fosse retirado nas próximas horas após a morte. Por interferência de Dom Gerardo van Caloen e do Abade do Mosteiro do Rio de Janeiro, Dom Crisóstomo de Saegher, o corpo da Priora foi levado em um caixão envolto com a bandeira inglesa para o Mosteiro São Bento e lá foi velada. No dia 17, enterraram-na no Cemitério São João Batista, permanecendo por cinco anos, e depois seus restos mortais foram trasladados para o Mosteiro de Santa Maria, onde permanece.

Após o enterro, Dom Miguel Kruse continuou a viagem até Santos com as monjas. De lá, tomaram um trem até São Paulo e elas ficaram hospedadas no Sanatório de Santa Catarina por mais de um mês. Neste mesmo ano, Dom Miguel Kruse adquiriu um terreno na Rua São Carlos do Pinhal e fundou o Mosteiro de Santa Maria. No dia 24 de novembro, as monjas beneditinas se estabeleceram no Mosteiro e Madre Gertrudes Cecília da Silva Prado tornou-se a nova Priora.

Em 25 de janeiro de 1918 o papa Bento XV elevou o Mosteiro à categoria de Abadia e Madre Gertrudes a primeira Abadessa. A Madre faleceu em 10 de março de 1944. A segunda Abadessa foi Madre Rosa de Queiroz Ferreira (1897-1981). A atual Abadessa é Madre Teresa de Amoroso Lima.

Em 1939, o Prior do Mosteiro de San Benito, de Buenos Aires, Dom André Azcárate, solicitou à Abadia que recebesse um grupo de jovens argentinas objetivando a formação monástica e posterior fundação de um mosteiro naquele país. A solicitação foi atendida e naquele mesmo ano elas foram enviadas. Em 1941 as moças argentinas e outras três brasileiras que voltaram para o país de origem lutaram por realizar o seu intento.

Em 1976, a comunidade do Mosteiro de Santa Maria teve que se transferir para outro local mais distante porque, como é de costume, ao redor do Mosteiro – que antes era uma mata virgem, isolada –, agregaram-se edificações gigantescas, tirando a privacidade das monjas.

Além de ter dado origem ao Mosteiro de Santa Escolástica (1941), na Argentina, o Mosteiro de Santa Maria deu origem ao Mosteiro de Nossa Senhora das Graças (1949), em Belo Horizonte; ao Mosteiro da Santa Cruz (1960), em Juiz de Fora; e ao Mosteiro de Nossa Senhora da Paz (1974), em São Paulo. Após esses quatro Mosteiros, surgiram outros seis na Argentina e mais treze no Brasil.

Em ordem cronológica, no Brasil, foram fundados o Mosteiro de Nossa Senhora da Glória (1948), Uberaba (MG); Mosteiro de Nossa Senhora das Graças (1949), Belo Horizonte (MG); Mosteiro de Santa Cruz (1960), Juiz de Fora (MG); Mosteiro de Nossa Senhora do Monte (1963), Olinda (PE); Mosteiro de São João (1964), Campos do Jordão (SP); Mosteiro da Virgem (1967), Petrópolis (RJ); Mosteiro da Mãe do Cristo (1973), Caxambu (MG); Mosteiro de Nossa Senhora da Paz (1974), Itapeçerica da Serra (SP); Mosteiro do Salvador (1977), Salvador (BA); Mosteiro da Mãe de Deus Conquistadora, Santa Rosa (1979) (RS); Mosteiro de Nossa Senhora da Vitória (1982), Juazeiro do Norte (CE); Mosteiro de Santa Maria da Esperança (1993), Rio Branco (AC); Mosteiro da Virgem de Guadalupe (1994), São Mateus (ES); Mosteiro da Visitação (1994), Fortaleza (CE); Mosteiro Nossa Senhora do Seringueiro (1997), Guajará-Mirim (RO).

2.1 Formação Religiosa de uma Monja Benedictina

Quando uma jovem decide pela vida monástica, a iniciante escolhe, primeiro, em qual mosteiro quer servir, pois ela deve fazer votos de estabilidade naquela comunidade.

A formação das monjas tem início com o postulado³, que é de um ano; segue-se o noviciado⁴, que são dois anos; e três de profissão treinal⁵, depois disso, faz-se o voto perpétuo ou a profissão solene, que é o compromisso da monja de conservar e aprofundar, continuamente, a sua vocação.

Antes dos votos, todas já recebem o título de monjas, mas aquelas de votos perpétuos são reconhecidas pelos leigos porque usam uma aliança no dedo da mão esquerda, que é o símbolo da entrega à profissão religiosa.

Após fazerem os votos perpétuos, as monjas beneditinas devem fazer uma lista de três nomes de santas com as quais gostariam de ser identi-

³ Postulado é o período em que a candidata fica sob forte observação e acompanhamento para perceber se possui características, maturidade e vocação para a vida religiosa. Deve ter uma idade mínima de 17 anos e não ter impedimentos jurídicos.

⁴ Noviciado é uma provação objetivando uma profissão, por isso a profissão religiosa é precedida de fases preparatórias. A candidata deve conhecer melhor a vida beneditina e fazer leituras evangélicas. Na época de São Bento, a preparação durava apenas 1 ano, e consistia na leitura da *Regra dos Mosteiros* e na aceitação do texto; depois de 2 meses, deveria ouvir a leitura da Regra e prometer sua estabilidade; após 6 meses, ouvia novamente, se continuasse na certeza do noviciado, aguardava mais 4 meses e relia novamente, agora prometendo observar tudo a sua volta e abdicar ao mundo exterior. A iniciante deveria ficar em uma cela separada, fazer refeições separada, afastada da comunidade e, para cuidar dela, era designada uma monja mais velha.

⁵ Profissão treinal é a consciência da obediência à *Regra*, estuda línguas e canto gregoriano, além de Liturgia e a Sagrada Escritura.

cadás. Depois devem entregar essa lista à Abadessa, que tem o poder de decidir qual o nome que ela adotará a partir daquela data. No entanto, isto não é regra rígida, os critérios dependem da Superiora, existem Mosteiros em que não se escolhe, a Madre decide qual será o nome da monja.

Depois dos votos de estabilidade, uma monja só pode ser transferida se essa for a sua vontade: é-lhe perguntado se ela deseja ser transferida para outro lugar objetivando a fundação de outra comunidade da Ordem. Ela tem um tempo para pensar, não é necessário responder no momento em que lhe é questionado. Mesmo quando ela é transferida, poderá retornar ao seu Mosteiro de origem, desde que ainda não tenha feito o voto de estabilidade. Após observar se o mosteiro já tem casa própria, se consegue sobreviver com os próprios recursos, se há vocacionistas no local, se a comunidade local aceitou a permanência delas ali, e, depois de três anos de instalação, essas monjas são convidadas a se definir se querem ficar ou voltar. Ao tomar a decisão, é feita uma cerimônia íntima que transfere o voto de estabilidade, se for o caso, para aquele último Mosteiro onde ela está e vai permanecer.

Posterior aos votos perpétuos, as monjas podem desistir da vida religiosa: neste caso, ela comunica seu desejo à Abadessa, que dá ciência do fato ao Abade-Presidente; a Madre dá à desistente um tempo de cerca de um ano para refletir se a decisão é consciente. Esse tempo poderá ser maior e se decidir sobre sua saída, ela, juntamente com a Abadessa, escreve oficialmente para o Vaticano e pede a licença ao Papa para sair da Ordem. Não importa o tempo que leve o processo, ela não precisa retornar para o Mosteiro de origem: pode aguardar no local para onde se recolheu.

Alcançar o maior posto religioso na Ordem Beneditina, o de Abadessa, está apenas relacionado a merecimento, uma vez que é a própria comunidade quem escolhe sua candidata através de voto secreto, e isto significa que a democracia é o regime escolhido pela comunidade. Deve existir um consenso sobre aquela que reúne as qualidades exigidas para o cargo, e isso independe da idade. Além disso, segundo as monjas, elas sentem a presença do Espírito Santo em torno de um membro e isto tem valor espiritual, além de interferir na votação. Depois de eleita, a Monja recebe o título de Abadessa e deixa de ser chamada de Irmã para ser chamada de Madre.

Após três anos no cargo de Abadessa, ela deve comunicar ao Abade-Presidente que já está no período da visita canônica: todas os membros são ouvidos, incluindo as postulantes; é investigada a parte financeira; observa-se, após ouvir as queixas/elogios, se algo precisa ser melhorado; se a Abadessa está cumprindo seu papel – auxiliar a comunidade, não perturbar a paz monástica,

dar atenção aos idosos; por último, o Abade-Presidente a chama, registra tudo o que ouviu, dá conselhos (se for necessário), e encerra a visita.

Segundo a Constituição, a eleita permanece no cargo até completar 70 anos (para os homens, a idade é 75 anos), período em que tem o dever de apresentar uma carta de renúncia, que é lida no Capítulo, e apresentada ao Abade-Presidente. Mesmo após a aposentadoria, a monja não perde o título de Madre nem deixa de usar o crucifixo que a diferencia das outras monjas, pois ainda que ela deixe de exercer o cargo, o título continua por ela ter sido consagrada enquanto tal.

Após a aposentadoria, a Madre pode optar por permanecer no Mosteiro de voto de estabilidade, voltar para o de origem (se for o caso) ou escolher onde deseja descansar. Mas é de praxe que ela escolha aquele onde tem raízes familiares.

A Regra de São Bento é muito rígida, mas, no final dos capítulos, diz que, na verdade, são apenas normas para quem quer iniciar uma vida monástica, e que fica ao critério do Abade fazer as modificações, contanto que ele não fuja e não deixe perder o essencial – a vida de silêncio, de oração, de disciplina, e de obediência. No entanto, no que diz respeito ao comportamento, o século XX trouxe inovações – antes do Concílio Vaticano II (1963), elas não podiam entrar em contato físico com as pessoas que não fossem da comunidade interna, havia uma grade para separar o mundo religioso do mundo laico; as visitas médicas no Mosteiro eram obrigatórias porque elas não tinham permissão para sair em função da obediência da clausura; hoje elas já podem ir ao consultório.

As monjas, diferentemente dos monges, não rezam missas, não celebram batizados e nem casamentos e tampouco se interessam ou gostariam de exercer essas funções. Primeiro, porque a Igreja não dá permissão a Ordem ou Congregação feminina alguma para celebrações oficiais; segundo, porque elas acreditam que isto atrapalharia sua vida, que é muito diferente da vida dos monges, porque eles são menos reservados do que elas.

A vida de fé e oração diária (no total de seis) também foi preservada, embora sofra alterações de mosteiro para mosteiro: As Laudes (6:20) são as orações ao romper da aurora, a Ressurreição do Cristo; a Hora de Terça (9:00) lembra a descida do Espírito Santo; a Hora de Sexta (11:20) é para lembrar Jesus Cristo na cruz; a Hora de Noa (15:05) é a morte de Cristo; as Vésperas (17:25) são celebradas ao cair da tarde e louvam ao Senhor pelo dia que finda; e as Completas (19:30) são a última oração coral do dia, encerrada com um canto a Maria Santíssima. Além das Vigílias (4:55), que são rezadas antes do amanhecer, ainda no escuro. É algo parecido com uma

meditação, pois lê-se a Bíblia, textos avulsos de Padres, santos ou autores eclesiásticos; e celebra-se a Missa oficial, que ocorre às 7:00 durante a semana e às 8:00 aos domingos.

As monjas beneditinas também fazem as orações com cantos ou melodias gregorianas, e nos Mosteiros, nesses horários, a Igreja fica aberta para que os visitantes possam ouvi-las⁶.

Cada Mosteiro tem sua característica peculiar, que é respeitada pela *Regra de São Bento*. Estas são as mesmas para qualquer Mosteiro, no entanto, podem ser adaptadas desde que não firam os princípios básicos de comportamento e de vivência da vida monástica. Diferenças no tipo de vida podem existir, a exemplo de um Mosteiro ter hospedaria, permitir visitação ou não, ser mais rural ou mais urbano, mais dedicado à cultura ou às artes, todavia, a clausura ainda é respeitada porque se compreende que foi uma opção de vida, e a monja deverá estar preparada para tal.

Não existe uma Arquibadia para os monges e outro para as monjas, isto quer dizer que, em cada país, são existe uma Arquibadia para ambos.

A vida dos monges difere da vida das monjas basicamente pela forma de vida – os monges podem visitar amigos, estudar fora do Mosteiro, aceitar convites para almoçar e jantar, sair para qualquer necessidade pessoal, e elas, em função da clausura, não.

Quanto   clausura, é hoje vista como uma necessidade orgânica e não mais como regra oficial: como qualquer instituição ou empresa, o funcionário não pode sair a qualquer hora e nem as pessoas podem visitar a parte interna desses espaços.

Na vida monástica nascente, a clausura era obrigatória em função do roubo e das fugas de mulheres colocadas contra a vontade em internatos dentro dos mosteiros. Também o Concílio Vaticano II deu por encerrada a clausura papal para as monjas, ou seja, aquela em que as monjas poderiam sair apenas com a autorização do Papa, mesmo para ir ao médico. A partir da , a Abadessa pode autorizar mediante a necessidade da monja de se

⁶ Sabe-se que o canto gregoriano é a mais antiga manifestação musical do Ocidente e tem suas raízes nos cantos das antigas sinagogas, desde os tempos de Jesus Cristo. O nome é uma homenagem ao Papa Gregório Magno (540-604) que fez uma coletânea de peç as, publicando-as em dois livros: o *Antifon rio*, conjunto de melodias referentes às Horas Can nicas, e o *Gradual Romano*, contendo os cantos da Santa Missa. Após a realização do Concílio Vaticano II (1965), o latim deixou de ser a língua oficial da liturgia da Igreja, e as celebrações litúrgicas passaram a ser realizadas na língua vernácula de cada país e a prática do canto gregoriano ficou restrita aos mosteiros e a grupos de admiradores. As principais características do canto gregoriano, também conhecido como “canto chão”, são: as melodias serem cantadas em uníssono (mon dico), sem predominância de vozes, ou seja, rigorosamente homof nico; de ritmo livre, sem compasso, baseado apenas na acentuação e no fraseado; cantado   capela, suas letras são em latim, tiradas, em sua grande maioria, dos textos bíblicos, sobretudo dos salmos. O canto gregoriano ainda exerce forte apelo melódico.

ausentar. Cada Mosteiro pode ter sua convenção sobre as regras da clausura, isto é, alguns são mais severos, outros, não. Mas, pela pesquisa, no Brasil não existe sequer um mosteiro beneditino feminino de clausura total.

Os mosteiros masculinos, em sua grande maioria, são centros difusores de cultura, possuem escolas, faculdades, bibliotecas, museus, já os mosteiros femininos são dedicados a trabalhos manuais; elas fazem círios, biscoitos e vinhos. Eles realizam ritos de sacramento em sua Igreja, as monjas, não. Ambos têm oblatos e dão apoio assistencial à comunidade onde se localizam. Mas isto é explicado pelas monjas: elas não têm bibliotecas ou museus porque os mosteiros femininos são muito recentes, e os móveis e livros são frutos de doações, assim, não possuem acervo relevante. Isto também ocorre no mosteiro masculino quando ele é muito jovem.

Em quase todos os mosteiros, há venda de licores e dos famosos biscoitos *bricellets*. O *bricellet* é um biscoito artesanal, que se produz em uma máquina específica, suíça ou alemã, por causa do seu formato, e também com receita peculiar – ele é fino, crocante, feito com farinha de trigo, margarina, açúcar, leite, ovos, sal e um toque especial que dá o sabor azedo no final da degustação: limão.

Alguns mosteiros possuem serviço social para a comunidade, mas nem todos são obrigados ou se sentem obrigados a prestar este tipo de atividade, pois há mosteiros em que as monjas optaram apenas pela vida contemplativa.

Mosteiros não pagam Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), apenas uma pequena taxa quando possuem assistência social, e muitas vezes recebem ajuda financeira externa, poucos são os que não buscam auxílio, a exceção é para aqueles que, inicialmente, foram financiados pelos familiares das monjas. As Irmãs de famílias abastadas, ao falecerem, deixam suas heranças em bens imóveis para os Mosteiros. As Monjas aposentadas vivem da pensão do INSS. Embora sobrevivam sem dificuldades financeiras, elas têm uma vida simples, como prega o Patriarca São Bento.

Ao contrário do que se pensa, a vida monástica feminina permite a visitação de amigos e familiares, bem como receber telefonemas e cartas, e responder a *e-mails*. Pede-se apenas cautela na frequência em que essas situações podem ocorrer – não se deve manter contato todos os dias ou todas as semanas, pois deve haver a consciência monástica, uma vez que a escolha foi pessoal – e não imposta – por um estilo de vida que prioriza a contemplação.

No que diz respeito à vida civil, monja vota, portanto, tem título

de eleitor; CPF, carteira de identidade; e só não declara imposto de renda porque o teto das aposentarias não alcança o mínimo valor estipulado pela Receita Federal para descontos. Já a Igreja não é isenta, pois um mosteiro é uma sociedade civil sem fins lucrativos, assim, deve declarar impostos, ter conta corrente jurídica, o que implica na existência de contrato social, atas de reunião, estatutos e associadas, não devendo a Abadessa ser chamada por esse título, e sim, presidente, tesoureira, secretária, ou qualquer outro cargo que exerça.

O título “Dom” é um apelativo muito antigo dado aos monges, desde a época em que as monjas também eram chamadas de “Dona”, e equivale a Senhor e Senhora, respectivamente. O Concílio do Vaticano II entendeu que chamar as monjas de Dona não era conveniente porque o título já estava obsoleto. Antigamente, para serem chamados de Dom ou Dona, era necessário o curso superior em Teologia, atualmente basta fazer o voto solene. Quando iniciam, são postulantes, porém, elas são chamadas de Irmã após os votos, e eles passam de Irmãos para Dom.

Enquanto os monges podem sair do mosteiro para estudar, caso esses não possuam curso superior, as monjas não devem sair, embora isso dependa da constituição de cada mosteiro em particular. Elas preferem fazer cursos intensivos, dados pela Conferência dos Religiosos do Brasil, que mantém um curso de Teologia para as contemplativas de qualquer Ordem ou Congregação. Cada época ocorre em uma cidade diferente, seja Belo Horizonte, Petrópolis ou São Paulo. São dois módulos por ano, onde elas ficam, no máximo, três semanas, assistem às aulas, levam para casa as atividades e depois as enviam. Elas preferem dessa forma porque já tentaram aulas diárias, em cursos presenciais, no entanto, acham que isto atrapalha a vida monástica.

Percebe-se uma discussão contemporânea no interior da assembleia da Ordem, o Capítulo Geral⁷, que, entre outras atribuições, se reúne a cada três anos para escolher o presidente da congregação – as monjas, atualmente, são maioria na congregação, e, segundo Ricarto (2002), estão exigindo maior participação na votação, pois, embora elas sejam em número de 26 associadas, somente 13 delas têm direito à votação, porque os abades associados são em número de 13. O Abade Dom Emanuel D’Able (eleito o nono e atual Presidente da Ordem dos Beneditinos), embora reconheça

⁷ O Capítulo Geral é uma assembleia democrática que reúne Abades e Abadessas e delegados dos Mosteiros Beneditinos. Recebeu este nome porque, na época desta reunião, lia-se um capítulo da *Regra de São Bento*, seguido de um comentário do Abade. O nome “Capítulo” indica qualquer reunião de monges e “Capítulo Geral”, a reunião dos Abades(as)

que elas são maioria, isto seria uma forma de equiparar os votos. Madre Eugênia Teixeira⁸ (do Mosteiro das Virgens de Petrópolis e antiga Coordenadora da Assembleia das Monjas) negou que existisse uma discussão maior sobre o assunto, mas a Madre Paula Iglésias (do Mosteiro de Santa Cruz e Primeira Conselheira da Assembleia) reconhece que esse desejo está latente e precisa ser observado.

O Presidente da Ordem dos Beneditinos, após um mandato de seis anos, poderá ser reeleito para mais três anos, no entanto, depois de nove anos é vetada sua reeleição. Por sua vez, as monjas não podem ser eleitas Presidente, pois a Ordem é clerical e só o padre pode ser Abade-presidente.

Nas reuniões do Capítulo Geral são organizadas comissões e essas se dividem em femininas e masculinas, porque declaram que, embora haja uma discussão geral, ou seja, aquela em que se discutem itens relativos a toda a Congregação Beneditina, há itens que só interessam a um dos ramos, por isso a necessidade de comissões específicas.

Na atualização do Diretório Litúrgico de 2007/2008, as monjas beneditinas brasileiras são maioria na Congregação – são 305 monjas e 210 monges, omitindo-se apenas os postulantes; são 12 mosteiros masculinos para 17 femininos, incluindo a Arquibadia, as Abadias e os Priorados, Simples e Conventual.

Dois fatos chamam a atenção: a fisionomia do monaquismo feminino no Brasil ser jovem, e a vida monástica feminina continuar a atrair muitas mulheres desejosas da vida religiosa. A explicação mais plausível talvez esteja no fato de os mosteiros beneditinos virem dos primórdios da Igreja e guardarem apenas aquilo que é essencial, sem muito devocionismo.

⁸ A Madre Eugênia Teixeira faleceu em 9/10/2002. Atualmente, a Madre Maria Auxiliadora é a Abadessa.

3 *Mosteiro Nossa Senhora das Graças - as monjas de Belo Horizonte*

Entre as décadas de 1930 e 1940, Belo Horizonte viveu os reflexos do movimento de restauração da Igreja Católica que já estava em ascensão no Rio de Janeiro desde os anos 20: a *Ação Católica*, uma proposta de renovação litúrgica liderada pelo monge alemão Dom Martinho Micheler (1901-1988). Sendo um homem devoto, de orações, fez verdadeira revolução espiritual no Rio de Janeiro, tendo visitado a capital mineira algumas vezes juntamente com Dr. Alceu Amoroso Lima, Dom Timóteo Amoroso Anastácio, Dom Clemente Isnard e Dom Basílio Penido.

Em 1937, Dom Martinho foi convidado para fazer uma conferência aos congregados marianos, em Belo Horizonte, mas não agradou aos ouvintes, que a consideraram muito coloquial, com muitas gírias, impróprias ao discurso, a pronúncia alemã era acentuada e difícil, e o assunto não interessou. Entretanto, em meio aos congregados, um grupo da *Ação Católica*, presidido pela Sra. Lourdinha Ribeiro de Oliveira, saiu empolgado e convidou Dom Martinho para ministrar uma semana de estudos sobre renovação da vida cristã. Tal minicurso foi um sucesso, chegando mesmo a chamar a atenção de Padre Agnaldo Leal, que apenas sugeriu que aquele grupo fizesse reuniões com portas e janelas fechadas porque as pessoas já estavam comentando acerca do entusiasmo e das “novidades” dos encontros.

A *Ação Católica Feminina* foi um berço de vocações suscitadas por Dom Martinho, que era muito dedicado e levou várias integrantes a ingressar na vida religiosa. Cerca de 30 dessas jovens mineiras optaram pela vida contemplativa beneditina e seguiram para o Mosteiro de Santa Maria, em São Paulo, até então o único no país.

Ao perceber a ebulição religiosa das mulheres, em Belo Horizonte, o Arcebispo da Cidade, Dom Antônio dos Santos Cabral, solicitou à Abadia de Santa Maria que auxiliasse na fundação de um mosteiro beneditino feminino na Cidade. A Abadia paulista enviou, em 1949, um grupo de 12 monjas, algumas delas mineiras, para iniciar a vida monástica em Belo Horizonte.

A primeira Priora foi Luzia Ribeiro de Oliveira (1901-2004) e, em 1953, quando o Mosteiro tornou-se uma Abadia, ela foi eleita a primeira Abadessa. Madre Luzia era uma intelectual que empregava todo o dinheiro

que recebia da família em livros franceses (língua que dominava), enriquecendo a biblioteca do mosteiro em uma época em que a literatura estrangeira era muito escassa.

Ao serem as monjas enviadas para Belo Horizonte, elas se hospedaram em uma casa cedida por uma família abastada, cuja matriarca era Lanari Guatimosim, no bairro da Serra. Os Guatimosim haviam construído duas casas grandes para toda a família. Porém, os filhos foram casando e uma das casas ficou para receber os familiares que moravam no Rio de Janeiro. Por não terem muita necessidade da residência e influenciados pela chegada das monjas, eles a doaram à comunidade beneditina, que lá permaneceram por cerca de quatro anos, até sua transferência para o atual mosteiro, que, à época, estava em fase de construção.

Assim nascia o Mosteiro Nossa Senhora das Graças, o segundo mosteiro de monjas beneditinas fundado no Brasil, datado de 12 de novembro de 1949, cujo lema era *Secundum Verbum* (Segundo a Palavra).

A Irmã Eustóquia⁹ relata que a Prefeitura doou uma parte do terreno em função do Projeto de Ação Social, e a outra parte foi doada pelas famílias das monjas, e cada uma que tinha sua filha na Congregação ajudava na compra para ampliação do terreno. Esse ato fez com que o Mosteiro possuísse várias escrituras, pois, na época de sua construção, as famílias abastadas de Minas Gerais mantinham o costume do antigo “dote”.

Em 1953, as monjas mudaram-se para o local onde fora construído o Mosteiro cujo projeto é de autoria de um renomado arquiteto, Francisco Bolonha, e foi construído aos poucos, tendo como engenheiro a acompanhar toda a construção, o monge do Mosteiro do Rio de Janeiro, Dom Inácio Accioly. Nesse mesmo ano, no dia 21 de março, foi elevado à Abadia.

O Mosteiro cresceu muito entre as décadas de 1950 e 1960, alcançando um número recorde de 72 monjas, o que lhe permitiu fundar outros mosteiros: em 1963, o Mosteiro do Monte, em Olinda (PE); em 1973, o Mosteiro de Maria Mãe do Cristo, em Caxambu (MG); em 1977, o Mosteiro do Salvador, em Salvador (BA). Hoje todos já são Abadias.

O conjunto arquitetônico e paisagístico do Mosteiro de Nossa Senhora das Graças foi tombado pela Lei Municipal n. 3.802, publicada em 6 de julho de 1984, e ainda mantém características modernistas da década de 50, que prezava a simplicidade, funcionalidade, formas e organização de espaços nas construções.

O Mosteiro está localizado em um enorme terreno no topo de uma en-

⁹ Antiga monja que morava no Mosteiro Nossa Senhora das Graças e que hoje se encontra no Mosteiro Nossa Senhora do Monte, em Olinda.

costa no bairro Vila Paris, na proximidade dos bairros Santa Lúcia, São Bento e Conjunto Santa Maria. A área atual é de, aproximadamente, 36 mil m², sendo 32 mil deles de área verde (que é o chamado conjunto paisagístico), há muitos eucaliptos, pinheiros, abacateiros, mangueiras, laranjeiras, bananeiras, jambeiros, limoeiros, paineiras, quaresmeiras, e muitas aves e animais de pequeno porte, como gambás e micos.

O Mosteiro mantém desde o início uma obra de ação social que atende aos mais carentes da vizinhança, sobretudo do Conjunto Santa Maria e das favelas próximas. Os diversos trabalhos ali realizados contam com voluntários e também com a Prefeitura da Cidade quanto à cessão de médicos e serviço odontológico. Nos fins de semana, há maior movimento em função das reuniões de crianças, mães, cursos diversos, reforço escolar e catecismo. Não há escola formal, apenas atendimento aos necessitados com vários cursos livres, como dança e costura.

Quanto à parte administrativa, a instituição religiosa segue o modelo de todos os Mosteiros – o trabalho é dividido, porém tem como responsável a Abadessa e inúmeras corresponsáveis nas diversas áreas, entre elas a parte financeira, que é executada por três Irmãs, que fazem todo o trabalho de contabilidade e são chamadas celeireiras.

A *Regra* de São Bento orienta as monjas para o *ora et labora* (oração e trabalho). A oração, considerada primordial, é constituída pela Liturgia das Horas (sete vezes ao dia) e há uma missa conventual diária. É quando cultivam o canto gregoriano. Há, ainda, a *lectio divina* na cela, na biblioteca, no oratório ou em lugar propício para essa meditação (que é de cunho pessoal). É missão rezar pela Igreja e por toda a humanidade. O trabalho é partilhado por todas, segundo as aptidões e capacidades de cada uma, mesmo físicas. De dois em dois anos, ocorre uma mudança de cargos, o que não impede que algumas Irmãs possam ser confirmadas na função que já exercem. Entretanto, permanece o dever da obediência, uma vez que, no mosteiro, todas se comprometem a essa submissão à Abadessa, que exerce sua autoridade ouvindo a comunidade e seu conselho particular. É este um dos capítulos importantes da *Regra* beneditina.

Quanto à manutenção do mosteiro, São Bento deseja que esta seja feita do “trabalho das mãos”, o que não impede, sendo mesmo necessário, contar com doações de pessoas que estimam a vida monástica, com aposentadorias do INSS e eventuais heranças que hoje se tornam cada vez mais raras.

Por ocasião da sua fundação, o Mosteiro contou muito com o auxílio financeiro das famílias das próprias fundadoras e de pessoas interessadas por um mosteiro em Belo Horizonte, e não com entidades estrangeiras.

Manter uma comunidade com 49 membros, entre monjas e noviças – há muitas jovens que procuram o mosteiro – não é fácil nos tempos de hoje. A pobreza monástica consiste, sobretudo, em uma vida simples, vivida na obediência, na qual se procura que não falte o necessário. Consiste também, e a *Regra* insiste neste ponto, em partilhar com os mais pobres que sempre batem à porta do Mosteiro.

Não há registro de atentados violentos à Congregação, talvez porque possuam muros altos e alarmes. No máximo, os invasores pegam frutas no terreno abaixo. Nunca houve um caso de invasão ao Mosteiro.

Entre os trabalhos de manutenção da comunidade, há os diversos *ateliers*: de paramentos para sacerdotes e bispos; de desenho, caligrafia, impressão de textos litúrgicos e mesmo traduções em geral. Ultimamente está surgindo um novo *atelier*, o de peças artísticas em cerâmica. Todo o trabalho de manutenção da casa, limpeza, é feito pelas Irmãs, contando com dois funcionários para o que for mais pesado e outras funcionárias para a cozinha. Há ainda a enfermaria para as doentes, onde recebem os cuidados necessários da parte das Irmãs e das enfermeiras contratadas.

A hospitalidade é outra característica dos beneditinos: as monjas recebem todos os que chegam ao mosteiro no parlatório, oferecendo uma simples palavra, uma oração para as angústias e necessidades pessoais ou uma simples amizade, porque a *Regra* repete o que diz o Evangelho: “Fui hóspede e me recebeste”.

Próximas à portaria do Mosteiro, há algumas celas destinadas aos que desejam fazer alguns dias de retiro ou participar da liturgia da comunidade, sejam leigos, religiosos ou sacerdotes; e uma Casa de Oração e encontros espirituais, chamada “Poço de Jacó”, situada mais abaixo, dirigida por duas “eremitas” que optaram por uma vida de oração após 26 anos como catequistas voluntárias em Mato Grosso.

Até 1982, liderou a Abadia a fundadora Madre Luzia, cujo lema era *Credidimus caritate* (Cremos no Amor), sucedendo-lhe Madre Inês Cançado Bahia, que escolheu como lema *Magis prodesse* (Sobretudo Servir), que ficou até 2000. A atual Abadessa é Madre Estefânia Vieira, com o lema *Sicut ancilla Domini* (Como serve do Senhor).

Atualmente moram 49 monjas no Mosteiro, entre postulantes, noviças e monjas (ativas e aposentadas). É um Mosteiro peculiar pelo grande número de idosas que mantém, inclusive uma das fundadoras ainda está viva, Irmã Maria Teixeira de Lima, com 96 anos.



Fotografia 1 - Jardim da entrada do Mosteiro.



Fotografia 2 - Entrada principal do Mosteiro.



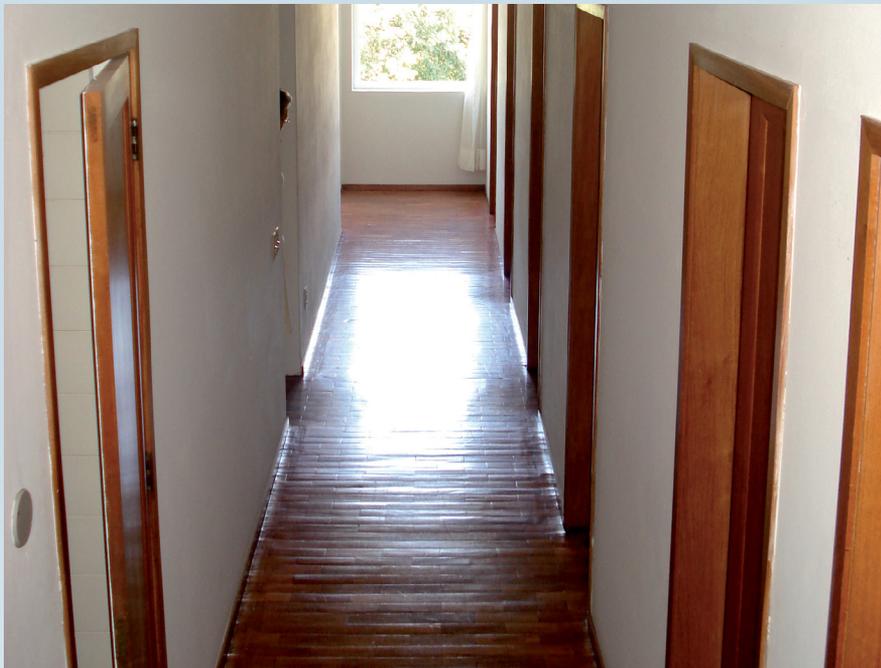
Fotografia 3 - Igreja do Mosteiro.



Fotografia 4 - Lojinha do Mosteiro.



Fotografia 5 - Sala de Leitura da Hospedaria.



Fotografia 6 - Detalhe da Hospedaria.

3.1 Madre Mectildes Vilaça Castro

Madre Mectildes, mineira, 82 anos, cujo nome civil é Elza Maria Vilaça de Castro, foi a fundadora e primeira Abadessa do Mosteiro do Monte, em Olinda. Renunciou a seu cargo em 24 de maio de 1997, e voltou para a casa de origem, o Mosteiro de Nossa Senhora das Graças.

Embora tenha nascido em uma família cristã, de pais piedosos, não aspirou tornar-se religiosa. Entretanto, aos 23 anos, trabalhando como assistente social e dirigindo a Ação Católica (Juventude Católica Feminina – JICF) em Belo Horizonte, sentiu o chamado para uma vida contemplativa.

Madre Mectildes era uma jovem que participava de festas e de tudo que dizia respeito a sua idade: esporte, estudos, canto coral, e até mesmo namorado. Estudou em colégio religioso, passando depois ao Instituto de Educação, um espaço laico, onde havia um curso de Pedagogia, com uma imensa biblioteca de livre acesso, época em que desenvolveu seu hábito de leitura, voltado mais para literatura, história e rudimentos de filosofia. Após ler a *História da Filosofia*, de W. Durand, ficou decepcionada, descobrindo que não havia uma única verdade, mas sim várias verdades. Para uma menina de 17 anos, na década de 30, foi uma fase complicada porque não havia a quem expor suas dúvidas e debater suas dificuldades

Nesta época, foi convidada a integrar a Ação Católica e o fez por encontrar ali um espaço mais livre do que o das Filhas de Maria. Por estar em um ambiente religioso, foi convidada a participar de um retiro de três dias pregado por um monge, Dom Inácio Accioly (1914-1992). A pregação a impressionou tanto que se sentiu vivamente tocada, ao ponto de sonhar, em todas as três noites, que era uma espécie de borboleta saindo do casulo, imagem esta que lhe vinha do museu de História Natural do Instituto de Educação. Entusiasmou-se com o exemplo da vida beneditina vista em Dom Inácio e pensou que aquele tipo de vida estava mais próximo e mais parecido com o desejado por ela. De fato, saiu do retiro sentindo-se outra pessoa, com uma visão nova do cristianismo, na qual Jesus Cristo dava novo sentido a sua vida. Novos interesses, novas leituras. Daí despontou sua vocação contemplativa e seu amor ao Cristo e à Igreja.

Destarte, solicitou sua entrada ao Mosteiro de Nossa Senhora das Graças, porém, teve de esperar por seis anos, pois havia um grande número de candidatas à sua frente e o mosteiro estava em início de construção.

Não lhe foi mais difícil essa expectativa por estar empenhada na Ação Católica e fazendo o curso na Escola de Serviço Social, chegando a exercer a profissão na Legião Brasileira de Assistência (LBA) e depois no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), defendendo a tese “A pessoa humana no Serviço Social dos casos”. Em 1956, entrou no Mosteiro. Não manifestava suas intenções de vida monástica, nem mesmo à família. Perdera sua mãe aos 10 anos de idade, e seu pai, profundamente religioso (era vicentino), levou-a ao Mosteiro. No dia de sua entrada, ao abraçá-la, à porta da clausura, disse apenas: “Sê muito santa”.

Como toda monja tem funções e tarefas, apesar de muito pouca habilidade para os serviços domésticos, aprendeu a cozinhar e, de auxiliar, passou a ser responsável pelo setor, depois de passar pela formação monástica inicial, como postulante, noviça e professora temporária.

Em 1962, o Mosteiro recebeu a visita no novo Abade de Olinda, Dom Basílio Penido (1915-2003), monge do Rio de Janeiro. Muito entusiasmado, trazia consigo belas fotografias de Olinda e, em conversa com a Madre Abadessa Luzia Ribeiro de Oliveira, surgiu a ideia de implantar ali a vida monástica feminina. Madre Luzia, pensando no grupo fundador, convidou Irmã Mectildes para ser membro desse grupo. Isto aconteceu no dia 1º de janeiro e, no dia 25, festa da Conversão de São Paulo, designou-a, para sua grande surpresa, Priora da mesma fundação. Hoje ela pensa no “absurdo” de ter assumido esta missão, com apenas dois anos e meio de profissão perpétua. Só a fé de uma Abadessa como Madre Luzia o explica. Foram sete a formar o grupo de fundadoras.

Em 15 de agosto de 1963, na solenidade da Assunção de Nossa Senhora, fundou-se o Mosteiro de Nossa Senhora do Monte. Inicialmente, o cargo ocupado por Madre Mectildes foi de Priora Claustal, pois a fundação de Olinda era dependente do Mosteiro de Nossa Senhora das Graças (Belo Horizonte). Após quatro anos, quando o mosteiro tornou-se autônomo, a Madre passou a ser Priora Conventual. Ao completar o número de 12 monjas, em 1974, o Mosteiro tornou-se Abadia, e ela foi eleita pela comunidade a primeira Abadessa, tendo como SubPriora a Irmã Eustóquia. Ficou no cargo por quase 30 anos, e só em 1997, aposentou-se. Mais tarde, deste mosteiro, nasceriam outros dois: o Mosteiro de Nossa Senhora da Vitória, em Juazeiro do Norte, e o Mosteiro da Visitação, em Fortaleza.

Ao fazer 70 anos, como é costume na Ordem, ela apresentou sua renúncia (também chamada de Carta de Demissão do Cargo ou Resignação) ao Abade Presidente, mas, a pedido da comunidade, ainda permaneceu por

dois anos. Porém, ao completar 73 anos, e estando, a Visita Canônica, próxima sentiu que já estava no momento de resignar-se e assim o fez. Após um período de discernimento, com o direito de permanecer em Olinda ou voltar para seu mosteiro de origem e terra natal, ela optou por sua volta definitiva ao Mosteiro de Nossa Senhora das Graças. Entretanto, sempre continuou ligada de coração aos mosteiros do Nordeste. E lá tem voltado em ocasiões significativas.

Hoje ela trabalha em duas áreas: formação de noviciado, dando aulas sobre História da Bíblia, e na parte de Assistência Social; e, como outras irmãs, faz atendimento aos que procuram o Mosteiro desejando retiros ou orientação espiritual.

Perguntada sobre as mudanças ocorridas em vários setores, inclusive no Capítulo Geral, e as conquistas femininas relacionadas dentro da Ordem, incluindo a autonomia das Abadessas, Madre Mectildes respondeu:

Quando entrei para o Mosteiro, a clausura era muito rigorosa. Nas vésperas de minha entrada no Mosteiro, passando pela Avenida Afonso Pena, pensava que nunca mais pisaria naquele chão. No entanto, as coisas mudaram. A rigidez fora coisa de uma longa época, a partir do século XII. Interessante é que São Bento (sec. VI), em sua *Regra*, só se preocupa que os monges não andem vagando fora e, por isso, o mosteiro deve ter em seu recinto tudo o que lhes for necessário. Compreende-se que isso se tornou cada vez mais impossível. Aquela era uma época de civilização agrária. É longa a história da legislação da clausura que teve início só no século XII. No desejo de restaurar o espírito beneditino, fomos obtendo uma clausura mais de acordo com nossa época, que tem por finalidade guardar uma vida de oração e nossa própria privacidade. Quanto às vestes tradicionais, tornou-se possível adaptá-las ao nosso clima quente do Brasil e mesmo simplificá-las. Assim também muitos de nossos usos e costumes foram alvos de debates entre nossos mosteiros, pois havíamos herdado muito dos mosteiros europeus. Foi mais reconhecida a autonomia dos mosteiros femininos, passaram a participar dos Capítulos Gerais, junto com os masculinos, e foi-nos dada a oportunidade de elaborar nossas próprias Constituições, que foram depois aprovadas por Roma. Cabe à Santa Sé dizer a última palavra, uma vez que somos Igreja que se interessa e zela por toda a vida religiosa, como de outros setores (informação verbal).

Há muita curiosidade em saber se as monjas já pensaram algum dia em celebrar missas e, sobre o assunto, a Madre revela: “Isto não passa pela nossa cabeça e não vemos tal reivindicação como promoção femini-

na. Basta sermos o que somos, como autênticas mulheres”.

Questionada sobre as novas vocações, quando uma mulher decide ser uma vocacionista, Madre Mectildes diz:

Decide-se pelo mesmo motivo de sempre. Sente-se chamada por Deus a tudo por Ele. Não há maior amor. Temos de reconhecer que a vida hoje é muito mais complexa; e é maior a liberdade da mulher. Há ainda possibilidade maior de profissionalização, e tudo isso é muito bom. Há também problemas sérios de desintegração familiar etc. Deus continua chamando para esta missão. De nossa parte, trata-se de, com a candidata, fazermos o discernimento e para isso lhe é dado tempo mais longo, contando também com o auxílio da psicologia. É preciso que conheçamos a candidata e ela conheça a vida do mosteiro com sua espiritualidade própria. Resta-lhe a liberdade de opção, e a nossa de recebê-la (informação verbal).

Sobre o futuro da Igreja Católica e a concorrência com as seitas e igrejas protestantes, a Madre fala:

Há diferença entre uma Igreja secular, como a católica, que não perdeu suas origens. Há as igrejas protestantes históricas, com seu valor. O preocupante são as seitas que se multiplicam, fenômeno muito peculiar do Brasil e América Latina. O problema é muito complexo e na verdade falhamos em nossa ação evangelizadora. Aparecida veio nos chamar a atenção. O abandono dos campos, a perda de identidade vivida nas favelas e outros aglomerados, têm aí uma de suas causas. O futuro da Igreja Católica não corre risco. Em todos os tempos, houve desafios sérios à nossa Igreja. Não se trata de desvalorizar as igrejas evangélicas, mas de buscar o caminho do ecumenismo, mais de acordo com o Evangelho e com a nossa cultura atual. E não nos esqueçamos da promessa de Jesus a Pedro: “Eis que estarei convosco até o fim dos tempos” (informação verbal).



Fotografias 7 - Madre Mectildes no Parlatório.



Fotografias 8 - Madre Mectildes no Parlatório.

3.2 Abadessa Madre Estefânia Vieira

A Abadessa Madre Estefânia (1937) tem como nome civil Maria Marta Vieira, nasceu em Itamarandiba, Minas Gerais, de uma família pequena: além dos pais, apenas uma irmã e um irmão, Dom Geraldo Gusmão, Bispo de Tocantins. A troca do nome civil para o religioso foi uma surpresa, pois ela não escolheu, uma vez que, naquela época, não era costume se fazer a própria sugestão, como já ocorria em alguns Mosteiros. Recebia-se o nome como vindo de Deus, o que é válido até para os nossos dias.

A descoberta da vida religiosa, de certa forma, foi influenciada pela família, uma vez que seus pais eram extremamente religiosos e piedosos, dando exemplo de cristianismo aos filhos. Estudou em colégio de freiras clarissas franciscanas em Curvelo, formando-se em Magistério, fato que só incrementou sua vontade de se tornar uma religiosa. A família mudou-se para Belo Horizonte e foi morar na paróquia de Padre Eustáquio, onde ela descobriu o movimento das Filhas de Maria. Lá, conheceu outra jovem, Ubaldina, que depois entrou na Ordem dos Carmelos, e foi quando Maria Marta a substituiu nos trabalhos pastorais.

Ubaldina a apoiou no seu desejo de vida religiosa. Falou-lhe do Mosteiro das monjas beneditinas, o que a levou a conhecer o Mosteiro de Nossa Senhora das Graças, onde foi recebida por Madre Regina (à época Irmã Regina), que a iniciou no Ofício Divino.

Madre Estefânia entrou no Mosteiro aos 29 anos, ou seja, há 42 anos, em 1966. Este foi o primeiro e único Mosteiro em que a Madre viveu por causa do voto de estabilidade feito pelas monjas.

Antes de se tornar monja, Madre Estefânia levava uma vida como qualquer outra jovem e trabalhava como professora, mas o chamado religioso sempre esteve latente, mas não queria ter vida ativa, missionária, e sim, contemplativa. Os pais, embora a apoiassem, sofreram muito pelo fato de a clausura das monjas não lhes permitir visitas com maior frequência. Na década de 60, nos mosteiros beneditinos femininos, ainda existiam as grades separando as monjas dos visitantes nos parlatórios, não havia contato direto, simbolizando um maior distanciamento familiar, o “deixar pai e mãe” segundo o Evangelho.

Tendo passado por todos os períodos de formação monástica, postulado, noviciado, profissão temporária e finalmente profissão solene e consagração, Madre Estefânia foi eleita Abadessa pela comunidade há nove anos, em 2000. Tendo exercido a missão por sete anos, apresentaria, em 2007, por ocasião de uma Visita Canônica, ao Abade Presidente da Congregação Beneditina do Brasil, Dom Emanuel D’Able do Amaral, seu pedido de renúncia

ao cargo abacial. Entretanto, a comunidade se antecipou desejando que ela ainda permanecesse no cargo até os 75 anos de idade, como é previsto nas Constituições das monjas.

Questionada se alguma vez pensou em alcançar o maior cargo da Ordem, a Madre respondeu:

Nunca, ainda mais que eu não tinha estudos além do segundo grau. Sentia-me muito realizada como simples monja. Trabalhava muito na portaria, função que muito me fazia sofrer, pois entrara pensando em uma vida de oração, mais escondida. Depois, com a graça de Deus, fui aceitando na fé, o que é fundamental para se ficar no mosteiro. Mas foi aí que descobri uma dimensão importante da vida beneditina, a hospitalidade, a graça de receber o Cristo que bate à nossa porta (informação verbal).

O cargo de Abadessa exige muita responsabilidade. Na *Regra*, São Bento é muito exigente com quem ocupa o cargo, mas a Madre demonstra muita segurança e tranquilidade na função que exerce:

Realmente, São Bento é muito exigente para com os Abades, demais, até. Lembro-me, de que, na primeira reunião, eu disse, brincando, que achava que nenhum Abade ou Abadessa iria para o céu, porque tinha de ser perfeito. O fato é que a gente tem mesmo de ter atitude de fé, colocar-se a serviço da comunidade, com todas as limitações e pobreza. Assim vamos servindo a Deus, dando o máximo à comunidade, mesmo aos temperamentos difíceis que sempre existem, fazendo a vontade d'Aquele que nos chamou (informação verbal).

Ser Abadessa significa ser a “mãe” do Mosteiro, conforme a *Regra*, no entanto, presume-se que deva ser muito difícil exercer o cargo porque, em função do celibato, elas nunca exerceram essa função biológica. Paciência, tolerância e obediência ao cargo são as principais características da candidata:

Sim, é difícil, mas eu percebo, em uma visão de fé, que, na medida em que vou me entregando, Deus faz o trabalho. Com minha experiência, cheguei à conclusão de que ninguém muda ninguém. Tudo depende se a pessoa quer ou não mudar. A gente faz o que pode, conforme as circunstâncias, contando com a luz do Alto, buscando o Cristo nos Evangelhos, que nos mostra o caminho a seguir. Atenta a uma e a outra, principalmente às mais idosas e às mais jovens que são mais carentes. Procuo dar atenção e ser mesmo carinhosa para fazer todas felizes na Casa de Deus. Conto com a graça de Deus para bem administrar, mesmo sabendo que não tenho tanta competência (informação verbal).

Ao ser questionada se era comum as pessoas estranharem o motivo que

levou uma jovem a se tornar monja, Madre Estefânia respondeu:

Sim, e muito. No entanto, deve ficar claro que nós somos mulheres como as outras. Nos parlatórios, recebemos perguntas que você não acreditaria. Há quem pense que aqui estamos por motivos puramente humanos, por frustrações. Nada disso! Vocação é um chamado de Deus, é descoberta de um Deus-Amor e recebemos dele a graça da fidelidade. Há quem não tem alcance para isto compreender e não adianta insistir. Geralmente, as pessoas instruídas e as de fé nos veem como pessoas saudáveis (informação verbal).

O mundo não religioso oferece às mulheres inúmeras oportunidades de trabalho, estudos, formar famílias, mas também as expõe a muitas dificuldades do dia a dia, inclusive a manutenção pessoal e financeira, o que nos faz pensar, inicialmente, que um dos motivos que leva uma jovem, hodiernamente, a querer entrar na vida religiosa seja o fato de “resolver” seus problemas “fugir” deles. Sobre o assunto, a Abadessa concorda que é uma preocupação constante:

Sim, temos esta experiência, o que tem determinado dispensarmos candidatas, do que não me arrependo. No momento, temos jovens buscando o mosteiro, e procuramos fazer com elas um sério discernimento, uma vez que, mesmo inconscientemente, pode haver motivações, conforme você disse. Pensar que a vida aqui é fácil, “só de rezar”, é ilusão. É vida de oração, de trabalho que leva ao encontro com Deus e consigo mesma, o que é muito questionador e nos ajuda na busca da santidade. É vida de muito trabalho, assumindo as necessidades de uma casa muito grande que deve sempre estar em ordem, para o bem de todas. Vida de atendimento às doentes que estão na enfermaria, e o noviciado deve logo viver esta realidade, sem prejudicar sua formação, estudos etc., o que nos fez admitir algumas auxiliares. E cabe-nos assumir, o que fazemos com muito gosto, uma vida de oração litúrgica exigente, sete Horas canônicas e Missa diária. Há ainda a vida de pobreza, no sentido de tudo partilhar e usar sob a obediência, cabendo à abadessa administrar o mosteiro, quer na vida material, quer na espiritual. Por aí você vê que, quem não tem mesmo vocação não aguenta permanecer. Quem tem, cresce e é feliz em sua opção que é antes chamado de Deus (informação verbal).

Madre Estefânia tem como Priora Irmã Myriam e como SubPriora Irmã Maura. O Mosteiro segue a norma de mudar a cada dois anos as funções, mas não é rígido, ou seja, mesmo existindo o rodízio, quem está bem na sua função não precisa ser deslocada. Isto significa que a mudança de cargo ocorre levando em consideração o bem das pessoas e a conveniência da vida monástica.

Madre Estefânia merece o cargo que alcançou: é muito generosa, serena, consciente da função que precisa exercer, que é administrar o Mosteiro.



Fotografia 9 - Madre Estefânia.



Fotografia 10 - Madre Estefânia.

3.3 Irmã Agostinha Vieira de Moura

Maria José Vieira de Moura é o nome civil de Irmã Agostinha (1935), nascida nas redondezas de Belo Horizonte, Minas Gerais, é a segunda filha em um total de 12 irmãos. Desde criança, era fascinada pelas histórias sagradas contadas pelos pais, que eram católicos.

Em relação à vida religiosa, Irmã Agostinha já pensou em ser missionária e conheceu outras congregações, mas, ao ouvir falar no Ofício Divino, ficou encantada, por isso optou pela Ordem Beneditina aos 20 anos. Seus pais, ainda que já esperassem que a escolha da filha fosse pela vida religiosa, se assustaram quando ela lhes comunicou, mas, mesmo assim, ajudaram-na na opção, e ela é quem sentiu falta da família no início:

[...] eu tive problemas porque era muito apegada à minha família, e emotiva, tudo superei e continuo aqui, há 14 anos. Passados alguns anos, eu perdi minha mãe. Eles cumpriram sua missão, empenharam-se. E eu combinei com Deus: eu fico aqui e o Senhor lá. E Ele também cumpriu sua missão (informação verbal).

O começo é sempre difícil para qualquer pessoa que deseja entrar na vida religiosa, principalmente as mulheres, pois em torno delas são criadas expectativas familiares, como casamento, filhos, cuidar da casa, marido, estudar, ter profissão, tudo é muito cobrado, é como se isto significasse ou representasse o ideal “comum”, “normal” de vida, e se não acontece dessa forma, elas são vistas como alguém que não se encontrou fora dos muros religiosos e foi para lá em busca de solução, o que, em nada, absolutamente nada, corresponde à realidade. Todas as monjas beneditinas entrevistadas confirmaram a vida religiosa como opção pessoal de vida e se mostraram muito seguras, determinadas e felizes com a escolha. Quanto ao possível arrependimento pela vida na clausura, ela assim se expressou:

No início, sim, eu passei por muitas crises que fazem parte do crescimento, mas algo lá no fundo me segurava. Nunca me arrependi, realmente. Seguravam-me, sobretudo o Ofício Divino e o estar presente diariamente à Santa Missa, sabendo que Deus me procura insistentemente e quer me revelar o seu mistério. Insiste também que d’Ele nos aproximemos, e acontece um jogo de busca e de encontro, como diz Santo Agostinho. Isso acontece comigo também. Ele é muito exigente, cobra muito, mas é uma vida que vale a pena ser vivida, muito gratificante! (informação verbal).

É muito comum as monjas falarem sobre contemplação, e é difícil a compreensão para quem não vive essa vida, o real significado talvez seja abstrato para entender, e como é um assunto que sempre surge porque é dito que as monjas beneditinas vivem “uma vida de contemplação”, Irmã Agostinha explica:

Essa vida contemplativa é a comunhão com os mistérios de Deus. É essa vida de intimidade com Deus Pai e Filho pelo Espírito Santo, comunhão com a Trindade Santa em um verdadeiro diálogo. Então eu acho que a contemplação é você ter a ousadia de aceitar, participar, dessa coisa maravilhosa. É claro que não se trata de nenhuma visão especial, nada de extraordinário, é o dia a dia vivido na presença de Deus. É o dia a dia onde você deixa que o Espírito Santo faça seu fogo arder dentro do coração, a partir da Palavra de Deus, lida, encarnada em nossa vida. Para nós, a leitura da palavra de Deus se faz através da leitura diária da Bíblia na Santa Missa, continuada na *lectio divina*, na cela. Este momento é, digamos, especialíssimo, da edição da Palavra de Deus em nosso coração. As palavras difíceis de entender e de realizar vão encontrar em seu coração um jeito de se tornar realidade. Sabemos que esse trabalho é do Espírito Santo em nós e é o que Ele está querendo. Nem sempre O compreendemos, mas Ele pode insistir durante anos, para que O compreendamos. Eu digo a você que se eu fosse escrever a minha biografia poderia fazê-lo em paralelo com muitas passagens da Bíblia. E aqui no mosteiro eu descobri isso, o que me levou a uma caminhada... Uma vez eu comentei isso com um pregador do nosso retiro. Ele me disse que as palavras que eu mencionava seriam as palavras próprias para o anúncio do mistério de Cristo. Isso me mostrou os marcos que o Espírito Santo estava fazendo em minha vida, o que me deu muita segurança para continuar a crescer (informação verbal).

Irmã Agostinha é muito espirituosa, representa o ideal beneditino de humildade, obediência e paciência. Ao ser questionada sobre o seu “chamado” vocacional, ela revela um amor muito grande em relação à vida monástica beneditina.

Atualmente, Irmã Agostinha trabalha no ateliê de desenho e pintura, na cerâmica, e auxilia Madre Estefânia na formação do noviciado, onde é zeladora e auxiliar da mestra, responsável pelos estudos.



Fotografia 11 - Irmã Agostinha.

3.4 Irmã Agnes

Irmã Agnes não teve o nome religioso escolhido somente pela Abadessa nem foi aleatório: seu nome civil é Inês, e como já havia duas irmãs com esse mesmo nome, e ela já demonstrando que gostaria de manter o nome da padroeira, resolveu-se que se chamaria *Agnes*, que significa “Inês” em latim. O nome civil Inês Alves Garcia Santos Silva (1967-) foi dado pela mãe em homenagem à santa jovem mártir e, por isso, significava muito para a Irmã Agnes.

Nasceu em Anápolis, Goiás, mas a família é oriunda de Minas Gerais, de onde os pais saíram após alguns anos de casamento. Em uma das férias escolares, participou de uma missa na paróquia de São Francisco, em Belo Horizonte, e lá conheceu uma oblata beneditina, com sua irmã, e esta vestia hábito de carmelita. Irmã Agnes lhe perguntou o que uma carmelita estava fazendo fora do mosteiro. Após a explicação, tornaram-se amigas, e em um domingo foi convidada pela oblata para conhecer o Mosteiro beneditino. Mesmo sem ter familiaridade com a oblata, acompanhou-a exatamente no dia 20 de janeiro, véspera do dia de Santa Inês, o que muito significou para ela. Destarte, não foi uma escolha ser monja beneditina, ela se sente uma “escolhida” após Deus lhe dar uma vocação.

Em Goiás, não havia oportunidade de ser monja beneditina, assim, aos 19 anos, entrou para o Mosteiro de Belo Horizonte como postulante, fez acompanhamento e uma experiência de dois meses, depois voltou para casa, ficou um ano, retornou e, sete anos depois, fez a consagração.

Os pais não aceitaram facilmente, mas assumiram o desejo da filha.

A mãe sentia profundamente a ausência e a distância, já o pai respeitou a escolha. Os irmãos, que são sete, fizeram uma oposição ferrenha até três anos depois que ela estava no Mosteiro, porém, todos foram assistir à cerimônia da profissão e constataram que a irmã havia se encontrado.

O mundo laico, como se sabe, apresenta muitas seduções. Ao perguntar como uma mulher jovem e bonita, como ela, consegue sublimar o desejo por coisas materiais que o mundo não religioso oferece, Irmã Agnes respondeu:

Sempre quis ser religiosa, mas nunca me dei conta de que poderia ser contemplativa, pois era muito ativa, dinâmica, afeita a passeios e diversões sadias. No entanto, esse ser profundo de Deus me falava muito. As coisas da Igreja sempre me chamavam muito a atenção e estava sempre envolvida com a paróquia, movimentos, aquilo que era de Deus na Igreja. Isto me fez desejar uma vida consagrada. Foi um processo longo porque desde os 12 anos pensava servir a Deus e tinha convicção de que aos 18 anos saberia onde realizar minha vocação, o que de fato aconteceu, mas de um modo muito diferente do que esperava ou vislumbrava, pois pensava ingressar na Ordem Franciscana em Anápolis, as Irmãs ativas. Realmente não escolhi vir para cá, simplesmente assumi o que Deus me apresentou. Ele serve à mesa e a gente serve o que considera mais apropriado. E assim foi comigo (informação verbal).

Também lhe foi inquirido sobre o sentimento de arrependimento que arrebatava as religiosas no primeiro momento de clausura, enquanto os amigos e familiares estavam em praias, festas, bares:

Tive sempre a sensação de estar no meu lugar, o que não quer dizer que tenha sido tranquilo, tudo para mim era um grande desafio, pois vida em comunidade supõe modelar-se e isso para uma jovem independente é um tanto complexo. No entanto, assumi o desafio de estar em comunidade, de me realizar como comunidade e não sozinha. Isso me sustenta porque sei que não foi escolha minha, aceitei de bom grado o que Deus me ofereceu. Esse estado de vida responde perfeitamente à sede de Deus que tenho, e isto faz com que essas alegrias menores fiquem bem longe daquilo que é meu presente (informação verbal).

Irmã Agnes tem uma vida muito ativa, embora muitas pessoas acreditem que as monjas só tenham um afazer na vida: orar. Ela trabalha na computação e auxilia no ateliê de pintura, ao mesmo tempo em que é responsável pelos folhetos, pelas encomendas que chegam e por responder aos *e-mails* enviados.

Cuidar do pavilhão é papel das monjas. O local funciona em duas modalidades: uma, em convênio com a Prefeitura, que é o posto de saúde; a outra ala é de assistência, de responsabilidade das monjas e de voluntários, onde são oferecidos, à comunidade carente, cursos de alfabetização de adultos, reforço

escolar, catequese, crisma, assistência religiosa, batismo, distribuição de cesta básica, roupas e donativos diversos, e na portaria são distribuídos remédios.

A vida contemplativa não impede que as monjas tenham acesso ao mundo globalizado e pós-moderno. Elas utilizam a Internet para assuntos restritos ao interesse monástico. Muitas vezes sentem-se agredidas com o recebimento de mensagens pornográficas, o que faz com que bloqueiem os endereços indevidos; não acessam *sites* e, quando a Internet foi instalada, imediatamente foram feitos pedidos de reserva por causa da facilidade de acessar ambientes que não interessam à comunidade. Por muitos anos, só foi utilizada apenas para *e-mail*, com o passar dos anos, foram ousando a navegação dentro daquilo que iria responder diretamente aos anseios sacros de forma positiva.

O mesmo ocorre com a televisão: elas têm noção do que ocorre fora dos muros do Mosteiro, algumas monjas preferem o jornal televisivo; outras leem jornal impresso; outras ficam sabendo das notícias porque, quando um acontecimento é relevante, comenta-se no recreio (como é conhecida a hora de descanso após o almoço). Entretanto, novelas nunca são permitidas. Só assistem a filmes aos domingos à noite, e dependem de empréstimos ou aluguel, e apenas de assuntos que lhes digam respeito.

Irmã Agnes estudou e formou-se em Magistério no segundo grau. Aos 19 anos, sem nunca ter namorado, interessou-se pela vida monástica e não ingressou na faculdade. No mês de agosto de 2007, foi estudar Formação Monástica em Roma, Itália, em um curso intensivo, do ramo dos beneditinos cistercienses, de duração de três anos, e lá permanece um mês a cada ano.



Fotografia 12 - Irmã Agnes.

4 *Mosteiro Nossa Senhora do Monte - as monjas de Olinda*

O Mosteiro das Irmãs de Olinda tem o nome oficial de Mosteiro Nossa Senhora do Monte. O terreno era composto somente por uma antiga ermida, construída por Duarte Coelho, donatário português que, em 12 de março de 1537, elevou a povoação à categoria de Vila de Olinda. Essa ermida foi a primeira Igreja brasileira dedicada a Nossa Senhora. Porém, somente em 1586, ela foi doada aos monges beneditinos, que ali construíram o Mosteiro.

O Mosteiro de Nossa Senhora do Monte nasceu como dependência do Mosteiro de Nossa Senhora das Graças, de Belo Horizonte. A Fundação do Mosteiro foi planejada pelo Revmo. Dom Basílio Penido, Abade do Mosteiro de Olinda, e pela Reverenda Madre Abadessa Luzia Ribeiro de Oliveira, do Mosteiro de Nossa Senhora da Graças.

Em 5 de fevereiro de 1963, foram anunciados os nomes das sete fundadoras – Madre Priora Mectildes; Subpriora Eustóquia Vidigal; Irmã Cristina Pena de Andrade; Irmã Miriam Resende; Irmã Maura Maria; Irmã Hildegardes Azevedo Soares; e Irmã Ana Ferreira dos Santos. Com elas, foi escolhido o lema do Mosteiro – *Quasi Signum* (Como um sinal). No dia 15 de agosto, chegou a Olinda o grupo fundador. Inicialmente, as monjas ficariam em Prazeres, porém, por ser distante de Olinda, optou-se pela Cidade e elas se instalaram na Casa São Bento das Oblatas Beneditinas. E em 8 de setembro, já se encontravam no Mosteiro do Monte.

Quatro anos depois, em 15 de agosto de 1967, o Mosteiro se tornou autônomo, isto é, um Priorado Conventual, e Madre Mectildes, que era Priora Claustal, foi eleita pela comunidade como Priora Conventual.

Foi elevado à Abadia em 1974 pelo Papa Paulo VI. A primeira Abadessa do Mosteiro do Monte foi Madre Mectildes (1924-), que recebeu a bênção de Dom Helder Câmara, Arcebispo de Olinda e Recife. Foram nomeadas, como Priora, Irmã Eustóquia Vidigal; como Subpriora e Secretária, Irmã Josefina Gonzaga; como Celeireira, Irmã Dorotéia Brás; e, como Conselheira, Irmã Bonifácia Diniz.

Em 1994, Madre Mectildes escreveu sua carta de renúncia ao cargo (por já ter completado 70 anos de vida), entretanto, só voltou ao seu Mosteiro de origem – Nossa Senhora das Graças – em 1997. A segunda Abadessa eleita

pela comunidade foi Madre Gertrudes de Oliveira Araújo, em 30 de maio de 1997. Seis anos depois, em 2003, foi eleita a terceira Abadessa, Madre Verônica de Sousa Silva.

Para manutenção das monjas que haviam chegado a Olinda, um grupo de benfeitores as ajudou; logo depois, uma instituição da Suíça as auxiliou com o envio de máquinas alemãs de encadernação e outra máquina suíça de produzir os biscoitos chamados *bricellets*.

Hoje, o Mosteiro de Nossa Senhora do Monte tem 23 monjas beneditinas em regime de clausura. A vida das monjas beneditinas de Olinda segue a mesma *Regra* ditada por São Bento: uma vida de clausura, de silêncio e de orações.



Fotografia 13 - Área externa da Abadia.

O Mosteiro compõe-se de uma Abadia, refeitório, cozinha, celas, uma hospedaria, uma biblioteca, um arquivo, um centro de encadernação e várias oficinas. A hospedaria é composta de uma recepção, nove quartos, um refeitório, uma sala de conferências e um jardim de oração, o Jardim Betel, mesmo nome dado à hospedaria. A biblioteca possui, aproximadamente, um acervo de 2.000 obras, incluindo o manuscrito da carta de doação da ermida por Duarte Coelho. O arquivo é composto por um *Dietário* – documento que relata a história de cada monja que passou pelo Mosteiro – e por objetos

peçoais, cartas e diários. Por ter a preocupação com a manutenção e visando à preservação de livros e manuscritos não apenas do acervo da Instituição, mas também de todo o país, o Mosteiro possui uma oficina de encadernação.

Financeiramente elas se mantêm da hospedaria, da fabricação dos biscoitos suíços *bricellets*, da produção caseira de licores, velas, de sírios, cartões decorativos, da oficina de encadernação, e parte das aposentadorias das monjas mais velhas. Eventualmente também podem contar com doações da comunidade externa ao Mosteiro.

Existe uma escola no terreno do Mosteiro, Escola do Monte, fundada pelo monge beneditino Dom Crisóstomo, em 1947, cuja manutenção estava sob a responsabilidade dos amigos empresários e lojistas. Após seu falecimento, os monges ainda a mantiveram durante algum tempo, porém, depois de enfrentar algumas dificuldades financeiras, o prédio foi entregue aos cuidados da Prefeitura de Olinda que a mantém nos dias atuais. Nenhuma monja ministra aula lá e o catecismo e a crisma são realizados na Abadia.

As missas são abertas ao público de segunda-feira a sábado às 6h30min e aos domingos às 7h30min, e são ministradas por um padre do Mosteiro de São Bento, todavia, se houver algum padre hospedado, este ele celebrar.



Fotografia 14 - Área externa da Clausura.



Fotografia 15 - Cemitério das monjas beneditinas.



Fotografia 16 - Entrada da Hospedaria Betel.



Fotografia 17 - Refeitório da Hospedaria.



Fotografia 18 - Centro de Restauro e Encadernação – Irmã Maura, Irmã Bernadete e Irmã Eustáquia.



Fotografia 19 - Irmã Cecília e Irmã Clara na fabricação dos biscoitos *Bricellets*.

Quanto às vestimentas do cotidiano, as tonalidades deste Mosteiro variam entre as tonalidades do cinza, umas mais claras e outras mais escuras. A roupa preta é usada somente nas solenidades, e o que diferencia uma monja de uma Abadessa é a cruz que esta carrega no pescoço; aquela a utiliza amarrada por uma corda na cintura.



Fotografia 20 - Irmã Maria Regina (Priora) e Madre Verônica (Abadessa).



Fotografia 21 - As monjas no Jardim Paraíso – em destaque Irmã Bernadete, responsável pelos círios.

4.1 Abadessa Madre Verônica de Sousa

As monjas beneditinas de Olinda têm como Abadessa a Madre Verônica, 41 anos, natural de Chá de Alegria, Pernambuco. O cargo de Priora é exercido pela Irmã Maria Regina Menezes.

Madre Verônica é filha de uma família numerosa, um total de seis filhos (três homens e três mulheres), de pai comerciante e de uma dona de casa bastante religiosa e que, mesmo com saúde frágil, costumava levar a filha à Igreja.

Quando criança, Madre Verônica frequentava missas, procissões, entretanto, faltou às duas primeiras aulas de crisma para brincar na casa das amigas. Somente no terceiro encontro resolveu comparecer e ouviu do seminarista a história bíblica sobre a sabedoria de Salomão, na passagem da disputa entre duas mães por uma criança. Ao chegar em casa, ainda tocada pela narrativa, comunicou à mãe que gostaria de ir morar em um convento, e aquela a incentivou. Decidiu, então, procurar uma amiga, Ester, e solicitou-lhe uma lista com todas as Congregações e Ordens que existiam, conhecendo, dessa forma, a vida missionária.

Aos 16 anos (1983), foi levada pelo pai ao Mosteiro do Monte, mas a Abadessa na época, Madre Mectildes, achou-a muito jovem, sugerindo que procurasse ou-

tras Congregações. E assim fez. Entrou para a vida missionária no Sagrado Coração de Jesus, contudo a vida peregrina não a agradou e nem a seduziu. Ao ser marcada a data do noviciado, ela desistiu e escreveu uma carta comunicando sua decisão. Após uma espera de três anos, aos 19 (1986), entrou no Mosteiro do Monte, aos 23 anos (1990), fez a primeira profissão e, em 1993, fez a profissão solene.

Madre Verônica foi enviada pela Abadessa anterior, Madre Gertrudes, em 27 de dezembro de 1997, para a Alemanha, na cidade de Colônia, estudar tecidos antigos para ter uma profissão. Ficou no país por três anos, onde, além de se dedicar aos estudos têxteis e à língua alemã, também fez muitos amigos.

Como toda Abadessa, foi escolhida por voto da própria comunidade monástica, as chamadas monjas capitulares, na presença do Abade-Presidente (Dom Emanuel D’Able), que presidiu a votação no capítulo. Foi eleita Abadessa no dia 27 de junho de 2003 e, segundo as monjas, a característica que definiu a escolha foi a coragem dela.

Segundo Madre Verônica, o papel da Abadessa é de muita responsabilidade por ter que exercer várias funções: cuidar das finanças do Mosteiro; da manutenção da casa visando à preservação do prédio tombado; além de preparar o alimento espiritual das monjas, proferindo conferências:

O Abade tem que ser o pai espiritual, prover o necessário para a vida do monge ou da monja, seja material ou espiritual. Por exemplo, se a monja precisa ir ao médico, se está doente, se aquela é mais idosa, eu tenho que estar ali, cuidar. Está na *Regra*: “Cuidar o Abade dos velhos e das crianças”, tudo prover, estar sempre atento, como também com o progresso da comunidade, o bem-estar, reconhecer os talentos, os dons de cada uma das Irmãs para colocá-la em um afazer que ela progrida porque se sente feliz, [...] também cuidar da manutenção da casa, se quebra uma bomba [...], a pintura; a comunidade é idosa, precisa de cuidados maiores [...](informação verbal).

Por obediência, entende a proibição da Igreja no que se refere à celebração dos atos litúrgicos, alegando que se fosse para a mulher exercer esses ministérios o próprio Cristo teria dado à mãe dele, Maria, e, no entanto, ela sempre foi mais de escutar o filho do que de falar.

Por outro lado, exercendo o maior cargo da Congregação, Madre Verônica mostra-se orgulhosa e ao mesmo tempo também bastante preocupada com os caminhos trilhados pelas mulheres desde o século XX – a busca pela igualdade de gênero:

Eu acho que a mulher, assim como o homem, tem seu papel na sociedade. Por exemplo, eu acho bonito uma mulher que não se sinta submissa, ela tem também o direito de querer a independência. Deus não criou o homem para exercer o poder sobre a mulher, mas a criou para ser companheira. É como se fosse o complemento um do outro, e não para um ou outro (informação verbal).

Sabe-se que a vida monástica exige muita dedicação e disciplina, mas como esperar comportamentos e comprometimentos de alguém que vem do mundo laico, nutrido de seduções no que diz respeito à vida material? E como renegar, evitar, esses valores já tão arraigados no homem do século XXI? Segundo Madre Verônica, a primeira coisa é nunca achar que jamais haverá momentos de fraqueza, quando o arrependimento poderá ser questionado, pois são esses momentos que levarão ao caminho da certeza da vida monástica:

[...] durante o período de preparação houve momentos em que fui tentada a questionar, senti arrependimento, pensei em ir embora e achei que não tinha vocação [...], acho que isso é normal, muito normal. [...] eu sempre levei isto muito a sério, quando houver outra superiora eu vou também dizer a ela. Eu gosto muito, é uma vida muito tranquila, e gosto das coisas ordenadas para fazer (informação verbal).

Compreende que este sentimento de dúvida pode ocorrer, e talvez seja a grande dificuldade dela ao exercer o cargo – cuidar do estado psicológico das postulantes e das rebeldias advindas pela estada em um local completamente diferente, o mundo anterior de onde elas provêm:

[...] hoje eu já sinto essas dificuldades das vocações que estão chegando. Geralmente as pessoas têm problemas com o pai ou com a mãe quando chegam ao Mosteiro, e devem cuidar da vocação, mas também pobre da Abadessa porque elas transferem o sentimento.

[...] A rebeldia depende de como ela foi tratada em casa. Se ela foi tratada com uma mãe muito severa, se batiam muito nela, ela não vai querer obedecer porque acha que a Madre vai fazer a mesma coisa. Há também as carências.

[...] eu confesso que uma das dificuldades que eu sinto aqui é que eu ainda não consigo, acho que é pelo fato de eu ser jovem ainda, suprir e talvez acredito que nunca vou conseguir porque a maternidade da Abadessa é diferente da maternidade genética, não é? A maternidade da Abadessa é uma maternidade espiritual, então, por mais que eu me esforce para ser mãe, mãe eu nunca vou conseguir ser, porque jamais eu vou conseguir ocupar o lugar da mãe biológica, e isto é um esforço terrível (informação verbal).

Quanto à vocação, a Madre revela o que a levou à busca de uma vida religiosa:

Eu escolhi essa vida mais próxima de Deus buscando a santidade, não como uma santa de altar, mas alguém melhor do que eu era antes. É um processo contínuo a busca pela iluminação porque existem pessoas no mundo que talvez sejam mais santas do que nós, que vivemos a santidade, agora, nós temos maior responsabilidade porque nós fizemos uma opção de vida, uma doação total a Deus, seguir essa doação diariamente.

[...] a vocação é um chamado, mas é um chamado para eu vir buscar o

Mosteiro, e tudo que me aconteceu durante essa caminhada foi consequência de tudo que eu vivi, pois as pessoas não vêm ao Mosteiro para se promover nem para ser professora, nem para ser musicista, cantora, Abadessa, Mestre, Noviça, ora, é claro que a necessidade do Abade vê. Mas não exigir que vai ser isso ou aquilo, se chegar, graças a Deus, porque Deus te deu esse dom, mas como servente (informação verbal).

Questionada sobre o que diria a Jesus e a São Bento ao se encontrar diante deles, respondeu:

Para Ele?! Eu não faria nada, porque, segundo dizem, diante dele, você não precisa fazer perguntas.

– Diante de São Bento? Sei lá... Eu diria: “Senhor, estou aqui, será que eu consegui atingir meu objetivo”? Agora, isso é contínuo, vocação é um processo contínuo de santidade (informação verbal).

E sobre como a Igreja dos séculos XX e XXI explica a existência do céu e do inferno, uma vez que se vive uma era de ceticismos religiosos e se está mais preocupado com o misticismo, ela respondeu:

[...] dizem que há o inferno e o céu, mas, segundo o que eu entendo e o que já li, não existe essa condenação. Deus não vai lhe condenar, *você* é que, diante Dele, vai se sentir desnudo, então vai se perguntar: “o que foi que eu fiz?”, então cada um é quem se condena (informação verbal).

A Abadessa tem como nome civil Gilvanilda e, como toda monja beneditina, teve que fazer uma lista tríplice, sendo escolhido pela Madre Mectildes o nome Verônica:

[...] não perde a identidade não [...]. Eu recebi o nome religioso de Verônica. No meu tempo, quando eu estava no noviciado, a Madre Mectildes sempre perguntava qual seria o nome que eu gostaria de servir, mas ela muito sábia sempre deu o nome às noviças conforme a identificação de cada uma. Então, ela achou que parecia com o nome Irmã Verônica. Eu pergunto primeiro, peço que elas escrevam três nomes, e na última vez coincidiu que um dos nomes que a religiosa escolheu era o nome que eu estava pensando em colocar. Tive uma que já tinha puxado o papelzinho, escreveu, quando saiu, veio Úrsula, mas ela quem quis.

[...] na vida religiosa, dá-se o nome de sinais. Se eu tivesse o nome de Verônica, com certeza a Madre teria deixado permanecer com esse nome. Mas a finalidade é de ter um santo protetor, um mártir, um exemplo. Meu nome de batismo é Gilvanilda (informação verbal).

A Abadessa Madre Verônica vê a contemporaneidade como um momento de muita iluminação e de dedicação a tudo em que se acredita: “A vida monástica é muito bonita. Na clausura quando a gente tem realmente vocação, se sente realizada, muito feliz, é como encontrar o céu na terra”.



Fotografia 22 - Madre Verônica no jardim da Clausura.



Fotografia 23 - Madre Verônica e Irmã Maura.



Fotografia 24 - Madre Verônica em sua sala de atendimento.

4.2 Irmã Maria Regina – Priorosa

Irmã Maria Regina é a Priorosa, hierarquicamente o segundo cargo mais alto da Congregação Beneditina. Ela nasceu em 11 de julho de 1953 na cidade de São Bento do Norte, Rio Grande do Norte, e civilmente é chamada Severina Menezes de Oliveira e tem dois irmãos. Chegou ao Mosteiro do Monte em 1981 e foi seu primeiro Mosteiro enquanto monja.

A Priorosa não tinha uma vida de religiosa, mas sim, uma vida dedicada à cristandade: frequentemente ia à missa e rezava o terço. Em sua cidade natal, só havia a Ordem dos Carmelos de Santa Teresinha, entretanto, não se identificou e aguardou outra Congregação. Um primo foi a Olinda fazer uma experiência religiosa no Mosteiro de São Bento e lhe indicou o do Monte. Irmã Maria Regina não conhecia as beneditinas, mas se dispôs a conhecê-las em setembro de 1981, e no mês de dezembro já entrou no noviciado.

Sua história não difere muito da de outras monjas: a escolha pela Congregação Beneditina deu-se por desejo de uma vida contemplativa percebida desde a adolescência. Para testar a vocação religiosa, chegou a ter namorado, porém chegou à conclusão de que a vontade de ser religiosa era maior que a de uma vida social laica.

A Irmã tem uma visão extremamente espiritualizada da vida e, ao ser

instigada sobre o que fazer diante dos criadores da Igreja e da congregação em que acredita, diz:

Estar com Ele é o máximo que a gente deseja, então diante disso é só contemplar. [...] Diante de São Bento, eu iria agradecer pela inspiração que Deus deu a ele para escrever a *Regra*, tão sábia, que ao longo dos séculos ela é tão clara, que ele não teve pretensão nenhuma de fundar uma Ordem ou Congregação, no entanto ao longo desses séculos ela está tão útil à humanidade, não só aos mosteiros beneditinos, mas é uma *Regra* muito sábia que ela é útil para qualquer estilo de vida. O programa de vida do texto de São Bento levado a sério, com certeza, levará qualquer pessoa à santidade (informação verbal).

Ao nos depararmos com mulheres tão crentes, tão obedientes e aparentemente tão passivas, é inevitável perguntar sobre a visão delas acerca das conquistas femininas desde o século XVII (data em que as monjas lisboetas solicitam a versão feminina da *Regra* e criam um precedente na história da Congregação): é possível percebê-las dentro da Congregação? Irmã Maria Regina responde que sim, inclusive na vestimenta, no poder que é dado à Abadessa, na votação no Capítulo Geral, no convívio com a sociedade:

[...] na época de Santa Escolástica tinha a comila, porque na Europa o clima é frio; e depois a icogula, que é uma vestimenta que se usa por cima do hábito, e nas grandes solenidades aos domingos se usava essa icogula. É mais prático e mais por causa do clima em algumas regiões, na nossa, por exemplo, seria impossível usar. O tipo de gola que tem é tipo uma pala que cobre tudo aqui. Em Santa Maria e em Campos de Jordão é usada. No início da fundação deste Mosteiro, usava-se essa pala, mas o clima é muito quente e não houve adaptações. Então aconteceu o bom-senso, a Abadessa de lá, a fundadora, disse que elas podiam mudar para um tipo diferente, então surgiu esse modelo que a gente usa.

O avanço é que não somos tão dependentes quanto éramos antes, porque antes éramos meras participantes, só assistíamos. Por exemplo, no Capítulo Geral, não tínhamos direito ao voto na escolha do Abade-Presidente, agora já temos. Isso é considerado uma conquista, porque submissas não podiam indicar. Uma Abadia leva dois representantes, a Abadessa e a representante escolhida pela comunidade, uma monja, e as duas têm direito a votar na escolha para o presidente. Se for um Priorado, apenas a Priorosa. Se uma monja precisa passar um tempo fora da clausura por uma necessidade, se não for um motivo que a Santa Sé ache que justifique a saída dela, então a Abadessa já pode dar licença, ela só comunica ao Abade-Presidente, mas ela dá autorização para isso, e antes a monja para sair tinha que receber a ordem dele.

[...] quando as Irmãs chegaram aqui ainda tinha grade e ninguém ficava frente a frente conversando. Receber as visitas só no Parlatório, mas atrás de uma grade. [...] depois da Abertura do Vaticano II, houve muita mudança, e elas chegaram exatamente neste período, e, a partir de 63, a Priora teve muito discernimento para saber até que ponto ela podia avançar (informação verbal).

Parece que as conquistas são poucas, entretanto, quando nos referimos a uma tradição religiosa secular e com poucas mudanças em mais de 1.500 anos, é possível reconhecer que é um grande avanço, pois as modificações ocorreram desde o tipo de tecido até a representatividade de votos e escolhas políticas.

Ao contrário do que pensamos, a clausura não é um assunto tabu, discute-se enquanto mecanismo de clara importância no isolamento para a formação da religiosa:

A clausura nos protege e nos preserva de muita coisa. [...] Cada uma tem sua cela. Nós temos um horário todos os dias para recreio, nós nos reunimos durante 45 minutos, e há dias que é uma hora, para conversarmos. Aos domingos e dias de solenidade, são duas vezes ao dia, após o almoço e à noite, depois do jantar (informação verbal).

A busca pela iluminação e santidade é precedida pela humildade e pelo desprendimento do desejo de alcançar algo; essa combinação, à primeira vista, poderia parecer um paradoxo à luz de qualquer filosofia, uma vez que estaria implícito o posicionamento do ego nesta procura, no entanto, segundo a Irmã, quando ocorre o desapego desse desejo a busca acontece no momento exato em que deveria ser, e a clausura é importante neste processo:

[...] a Santidade não é só para nós, como diz São Paulo, todo ser humano deve buscar a santidade porque Jesus redimiu toda a humanidade. Ele veio para todos, sem exceção. Nós, religiosas, procuramos uma maneira que nós somos tocadas por Deus, é um chamado especial para a vida religiosa. Se exige mais porque a vida é mais exigente mesmo. Nada mais do que isso, é você viver como cristão o tempo todo. E não é só na clausura que se consegue a santidade não, em qualquer estilo de vida que se busque a Deus, Ele estará sempre presente. Quantas mães de famílias que vão se santificar, com a vida sacrificada que têm, sobretudo na época de hoje? Eu me questiono muito porque nós temos, de uma certa maneira, muitos privilégios em relação a pessoas que vivem lá fora. Por exemplo, aqui nós acordamos cedo, às 4h20min, nós temos uma vida toda organizada. Depois do último Ofício, que se chama Completas, às 19h30min, a Irmã é livre, ela pode ir para a cela dela, pode dormir tarde, pode ficar lendo, rezando, o que ela quiser. O horário de dormir é de acordo com a necessidade e resistência de cada monja. Eu não sei dormir cedo, meu organismo está habituado, eu

fico na minha cela e não durmo antes das 21h30min. A leitura espiritual é tão boa. Nós precisamos disso, segundo São Bento, um religioso não fica sem uma leitura espiritual. Há a Bíblia, que é a palavra de Deus, é uma necessidade. Um religioso tem que se alimentar dessas coisas. Não se consegue entender um religioso que perde tempo desperdiçando sua vida em uma televisão. Qual o alimento da televisão? Se essa é a opção, então ela escolheu a vocação errada. Aqui assistimos ao noticiário e nem todos os dias, sobretudo agora no horário de verão. Eu mesmo não desperdiço meu tempo porque a vida é muito curta (informação verbal).

A reencarnação, pregada pelos espíritas, é contestada pela ressurreição, um dogma católico bastante discutido na contemporaneidade, principalmente pelas últimas pesquisas na busca dos restos mortais de Jesus Cristo, mas, dentro da Igreja Católica, ainda não há possibilidade de aceitação, considera-se até mesmo heresia:

A gente ressuscita. O nosso tempo nesta terra é para a gente dar continuidade à vida eterna do lado de Deus. Mas voltar, não, você estaria negando a ressurreição. Impossível nascer outra pessoa. Deus criou o mundo, criou o universo e criou o ser humano, então Ele dá liberdade. Quem constrói a nossa vida futura, se vai ser boa ou má, somos nós, por causa da tal liberdade que Deus nos deu. Então Ele nos ama tanto que nos deu a liberdade que criou. Existem dois caminhos: o do bem e do mal, e compete a cada pessoa seguir o seu. Deus deseja o bem, que todos atinjam a vida eterna, viver ao lado Dele, uma Jerusalém celeste, que é como se chama, no gozo eterno. Mas se esse se desvia, ele respeita a liberdade. Não deseja, mas respeita a liberdade. A pessoa que vai sofrer e segue o caminho errado, com certeza, ela já escolheu aqui a vida que ela vai levar lá. E o que buscar a santidade também, vai ter a recompensa do que ele teve: as renúncias, os sacrifícios que ele fez, do estilo de vida que ele levou. [...] Todos nós vamos ressuscitar, não significa que todos vão para o mesmo local, mas ressuscitar, sim, para bons e maus, mas as moradas serão diferentes. A própria pessoa sente que ali não é o ambiente dela (informação verbal).

Em relação à *Regra* de São Bento vertida para o feminino, Irmã Maria Regina desconhece, diz que nunca ouviu falar e que, no Brasil, ela não é utilizada, mas não soube dizer se nos Mosteiros europeus é aceita e utilizada.

Outro assunto que pode ser discutido com elas é a postura da Igreja em diversas situações de constrangimento: a exemplo de Lutero, que foi excomungado, e do holocausto, sobre o qual o Papa João Paulo II pediu desculpas à sociedade, principalmente aos judeus, pela omissão da Igreja. Em relação à abordagem, respondeu:

[...] o problema de Lutero: ele não foi obediente à mãe Igreja, ele era membro e ele se voltou contra [...]. O Papa não contribuiu para o ho-

locausto, a Igreja silenciou porque era a mentalidade da época, ele pede desculpas pela omissão. A Igreja pediu perdão porque lamentavelmente cometeu determinados erros, o que não justifica a atitude de Lutero. Lutero foi um rebelde, revoltado. [...] a pessoa sente atração pela vida monástica, sente o chamado de Deus, vem para o Mosteiro, onde tudo lhe é explicado, ela entra livremente, ninguém é forçado, tudo é espontâneo. Agora, depois que eu entro, quero mudar, transformar tudo, a minha maneira? Não, de jeito nenhum. Aí é que está o grande problema de Lutero, ele não foi obediente.

[...] Lutero esqueceu que o nosso modelo é Jesus Cristo, então a Igreja Católica nunca vai abolir, abrir mão do celibato, porque nosso modelo é Jesus Cristo e Jesus foi celibatário. E na Igreja o consagrado nunca vai poder abdicar do celibato. É a liberdade, o religioso sabe a escolha que fez e tem que ser coerente com a escolha que fez (informação verbal).

O celibato constitui-se em um dos dogmas mais respeitado pelo catolicismo, e dentro da visão beneditina permanecem os mesmos princípios: dizer que Jesus não foi celibatário ainda é heresia. Esta possibilidade ainda é descartada, mesmo com especulações em torno de Maria Madalena enquanto companheira dele:

Nunca, isto é uma heresia. Jesus é filho de Deus e faz parte da Trindade. Ele só não tinha certeza que era filho de Deus, mas os acontecimentos foram fazendo entender que era realmente filho de Deus. Você fala por causa desses filmes doidos que passam por aí? Os Concílios existiram exatamente para confirmar aquilo que diziam contra a Igreja.

[...] Tudo isso que está aí tem como objetivo enfraquecer a Igreja fundada por Cristo. Alguns membros que não têm consistência na fé saem da Igreja e a enfraquecem. Muita gente alega que saiu da religião católica porque tal padre cometeu um escândalo. Na verdade, isto não é motivo, pois a minha fé deve ser Jesus Cristo, meu modelo é Ele. Então, um padre pode levar uma vida reta, coerente ou não com a vocação que ele escolheu. Existem pessoas muito frágeis, mas Jesus não. Por mais que tentem destruir a Igreja fundada por Cristo, nunca vão conseguir. Jesus não veio para se apresentar, ele veio para salvar a humanidade. Ele não ficou dando *show*, espetáculo, não veio para isso, ficou no anonimato ao longo de 30 anos. Os evangelistas narram do nascimento aos 12 anos no Templo, e depois, dessa fase até os 30, não falam nada porque ele está convivendo com os pais em Jerusalém. É uma pena que eles não tenham narrado isso porque Jesus deve ter feito tanta coisa interessante nesse período, atraído tantas pessoas, que eles não comentam, depois disso só os três anos da vida curta dele, e só esses anos foram suficientes para ele cumprir a missão. Nenhum tipo de abordagem abala a imagem de Cristo (informação verbal).

A possibilidade de Jesus Cristo ter casado com Maria Madalena não faria

qualquer diferença, não teria tanta importância, a não ser pelo princípio do celibato, porque Ele também foi humano: “[...] Ele não só foi humano, ele foi humano e divino ao mesmo tempo. Jesus foi igual ao ser humano em tudo, exceto no pecado porque ele era Deus e nunca pecou. A vida inteira ele nunca pecou”.

A patronesse das monjas beneditinas é Santa Escolástica, por ela ter sido exemplo de crença no poder da oração, que, como visto, é de muita importância para elas:

[...] a nossa existência aqui neste mosteiro, somente com pessoas consagradas, rezando o dia inteiro para a humanidade, você quer atuação maior? Estamos presentes, atuando. Não é preciso sair, o testemunho de vida é muito importante, fala mais do que as palavras em determinados momentos. É disso que o mundo está precisando: de oração e testemunho de vida de pessoas santas (informação verbal).



Fotografia 25 - Irmã Maria Regina e Madre Verônica.

4.3 Irmã Eustóquia

Irmã Eustóquia (Elisa Martins Vidigal) foi para o Mosteiro do Monte com o grupo fundador em 1963. Segundo depoimento, embora não tenha

escolhido ir para Olinda, foi um pedido da Abadessa do Mosteiro Nossa Senhora da Graças, Madre Luzia, para compor as sete monjas fundadoras do Mosteiro do Monte, junto à Priora Irmã Mectildes. Ela acatou e foi decidido que seria a SubPriora.

A monja nasceu em Itabira, Minas Gerais, tem 90 anos, é prima em terceiro grau do poeta Carlos Drummond de Andrade. Já são 63 anos dedicados à Congregação Beneditina.

A infância foi passada em São José da Lagoa, hoje Nova Era (MG), e depois a família mudou-se para Belo Horizonte. Sua vocação não foi descoberta na adolescência, ao contrário, quando menina, não se sentia atraída por ir à Igreja, nunca foi anjo em procissão (muito comum na época), era rebelde – embora tivesse estudado em colégio católico como o Salesiano e o Sacré-Coeur de Marie, em Belo Horizonte –, gostava de festas, bailes, música; namorava, era muito ciumenta; gostava de organizar festas carnavalescas no Automóvel Clube, ganhou prêmio de melhor fantasia, encontrava-se com amigas na Praça da Liberdade.

A vocação religiosa surgiu no momento em que aprofundou seus conhecimentos sobre Jesus Cristo através de um movimento da década de 1930: A Ação Católica, um gigantesco movimento de renovação litúrgica, que atuou em diversas áreas e a cada uma deu-se um nome diferente: JAC – Juventude Agrária Católica; JEC – Juventude Estudantil Católica; JIC – Juventude Independente Católica; JOC – Juventude Operária Católica; e JUC – Juventude Universitária Católica. Esse movimento já existia na Europa há mais de 30 anos, e trouxe mudança quanto à posição dos padres, que, obedecendo aos princípios da Idade Média, ficavam de costas para o púlpito.

Irmã Eustóquia formou-se em magistério, mas como não gostava de ensinar, e a outra opção para a mulher na década de 40 era casar, ela retornou para completar o segundo grau, uma vez que ainda não existia o ensino universitário, e fez dois anos de Aplicação. A volta aos bancos escolares propiciou-lhe conhecimento acerca dos monges beneditinos e sobre liturgia católica em uma época em que imperava em Hitler, Mussolini e Vargas. Um período de extrema intolerância a qualquer modificação do paradigma vigente.

Aos 27 anos, entrou no Mosteiro de Santa Maria, São Paulo, juntamente com três outras jovens. Era o ano de 1947. A Irmã entrou como postulante, seis meses depois, recebeu o hábito de noviça, dois anos depois fez a profissão simples, e depois de três anos tornou-se monja. Em 1952, logo após a Consagração¹, foi enviada para o Mosteiro Nossa Senhora das Graças. Depois de onze

¹ Consagração corresponde ao momento em que a monja recebe a aliança de compromisso com Cristo e faz seus votos perpétuos.

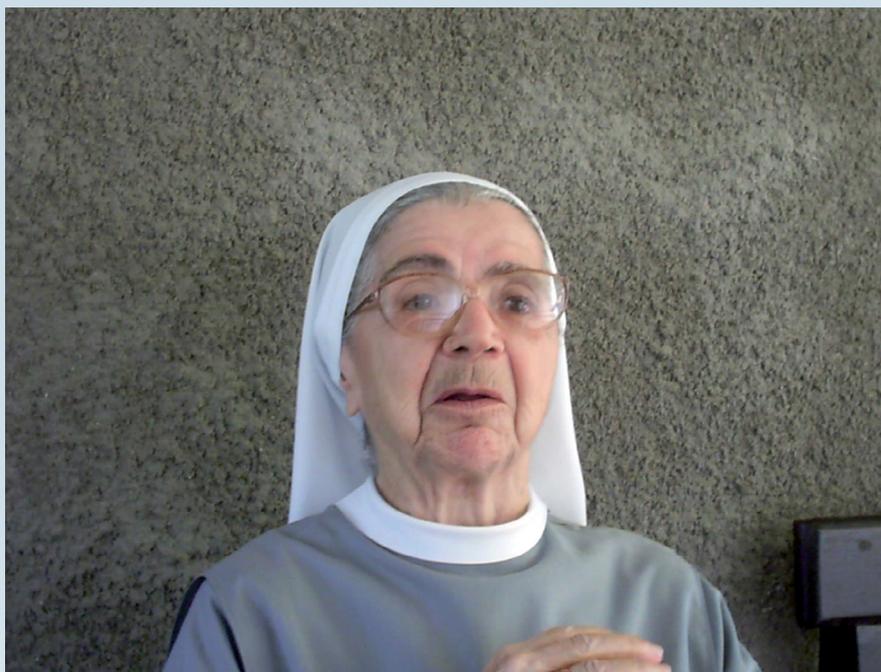
anos, mudou-se para o Mosteiro do Monte, onde permanece nos dias atuais.

Em relação às mudanças ocorridas da sua formação até hoje, a Irmã responde sobre a evolução das roupas:

Antigamente usávamos uma touca com laço. Eu usei a touca e há pouco tempo encontrei um retrato com a touca e com um vestido preto, podia fazer o feitiço que quisesse, contanto que tivesse o decote e as mangas adequadas. E o comprimento era diferente, não ia até ao pé, era comprimento normal (informação verbal).

Como uma menina tão rebelde se encantou com uma Congregação rígida como a de São Bento? Irmã Eustóquia explica: “[...] sempre fui obediente à *Regra*. [...] nunca perdi o entusiasmo com a liturgia e com o canto gregoriano. Eu já tinha brigado demais na minha juventude, não queria brigar mais com Deus”.

Atualmente, Irmã Eustóquia trabalha no setor de encadernação juntamente com Irmã Maura.



Fotografias 26 - Irmã Eustóquia.



Fotografias 27 - Irmã Eustóquia.

4.4 Irmã Maria José

Irmã Maria José tem o nome civil de Ester Fernandes e foi a primeira pessoa fora do âmbito familiar que a Madre Verônica procurou para aconselhar-se sobre os locais que poderia procurar para testar sua vocação.

A escolha pela vida religiosa foi natural: fora criada no Orfanato das Freiras de São Vicente de Paula por ter perdido os pais muito cedo, assim, sentia-se muito à vontade no meio eclesial. A escolha pela Congregação Beneditina foi pelo tipo de vida que as monjas levavam: são seis anos de convivência até fazer os votos perpétuos; acordam todos os dias, às 4 horas da manhã; fazem refeições, passeios, retiros, orações, trabalho doméstico, sempre em conjunto. Ficam sozinhas apenas no recolhimento, quando, por volta das 20h, cada uma segue para sua cela.

É possível, depois de seis anos de convivência, solicitar o desligamento sem haver complicação alguma por causa desta decisão, mas Irmã Maria José acredita que se alguém depois desse tempo desiste é porque ela não sabe o que quer da vida.

Pensa-se que, na convivência no monastério, não há desavenças, no entanto, a Irmã diz que, por serem humanas, portanto, passíveis de erros, acontecem discussões, brigas, e, nesse momento, uma Irmã mais velha é chamada para

resolver a inconveniência e as envolvidas devem obedecer e parar a discussão.

O lema de São Bento (“Ora e labora”) é seguido rigidamente – como as monjas beneditinas vivem em regime de clausura, elas são responsáveis por todo o trabalho doméstico do Mosteiro: da limpeza à alimentação, intercalado com as orações diurnas e noturnas (a primeira é às 4h20min; depois a de 6 h, junto com a missa; 11 h tem outra oração; às 17 h e, por último, a de 19h40min – chamada de Membrana –, que antes era rezada em duas partes: sendo a primeira às 19 h, mas isto atrapalhava o trabalho delas, destarte, a Abadessa conseguiu juntar as duas: Terça e Sexta).

Essas orações são abertas ao público e ocorrem na Abadia. A melodia é gregoriana, mas o canto gregoriano nas missas somente é utilizado na Páscoa, Natal, Ano Novo ou dia santificado.

Irmã Maria José é responsável pela portaria do Mosteiro, porém, as funções não são perpétuas, ao contrário, as monjas exercem a democracia – há reuniões anuais, quando é feito um rodízio de cargos a fim de que cada uma possa executar tarefas diferentes e não se sentir desprezada por executar determinado trabalho.

Segundo a Irmã, o Mosteiro do Monte é uma instituição religiosa simples, uma comunidade idosa, e muitos trabalhos elas não têm condições de executar, sequer fazem paramentos, que são muito comuns nesta comunidade religiosa.



Fotografia 28 - Irmã Maria José na portaria do Mosteiro.

Em 1977, a convite do cardeal Dom Avelar Brandão Vilela (1912-1986), as monjas beneditinas saíram do Mosteiro Nossa Senhora das Graças, Belo Horizonte, e vieram a Salvador para fundar um mosteiro na capital baiana. Ao chegarem à Cidade, ficaram hospedadas no Carmelo da Bahia, localizado no bairro de Brotas, por três anos e meio, porque elas não tinham um terreno nem mesmo residência própria para se instalar. Esse fato demonstra o entusiasmo das monjas e a crença na fundação da Ordem feminina em um lugar onde teriam que, praticamente, recomeçar a vida religiosa, pois no Mosteiro de origem moravam juntamente com outras sessenta Irmãs e já era uma Abadia, o que significa que elas não precisavam se preocupar com a sobrevivência naquele lugar imenso e de comunidade bastante estruturada.

Para fundar o Mosteiro do Salvador foram convidadas as monjas Madre Joana, Irmã Vera Lúcia, Irmã Marta Beatrice, Irmã Pia e Irmã Yvone, esta pertencente à comunidade do Mosteiro do Encontro, em Curitiba. Mais tarde chegou Irmã Raquel. Desde Belo Horizonte, elas haviam decidido que o mosteiro seria na periferia da cidade e não no centro. Madre Joana, que era baiana, contou com ajuda dos familiares e amigos para conseguir um terreno adequado. Primeiramente foi-lhes sugerido um terreno nas proximidades do aeroporto, porém as Irmãs acharam muito inconveniente por causa do barulho dos aviões.

Ivete Ribeiro de Oliveira – antiga colega de Madre Joana na Escola de Enfermagem e, à época, Secretária do Trabalho e Bem-Estar Social do governo de Roberto Santos – soube de um terreno desapropriado pertencente a uma fazenda, a Fazenda Coutos, no subúrbio de Coutos, e perguntou à Madre Joana se não gostaria de visitá-lo. Aceito o convite, a religiosa se encantou com o local por ser extenso, aprazível e com vista para o mar. Feita a doação e decidido o local da construção, contaram, também, com a ajuda do arquiteto Itamar Batista, autor da planta, da EMPREND, uma firma construtora dirigida por Dr. Álvaro Conde Lemos. Os recursos financeiros vieram de empresas particulares católicas, doações de pessoas amigas, de instituições europeias, em especial de instituições católicas, inclusive de outros mosteiros.

Em 1981, mudaram-se para o local onde hoje se encontram. Dessa forma, Madre Joana (Maria Julieta Calmon Villas-Boas, 1920-2005), que che-

gou como fundadora e primeira Priora Conventual, teve grande participação na construção do Mosteiro. Ela não chegou a ser Abadessa porque, em sua época, só havia dez monjas e o Mosteiro estava impossibilitado, pelas regras, a se tornar uma Abadia. Em 1995, aos 75 anos, solicitou sua renúncia ao cargo (embora a tradição fosse solicitar aos 70 anos), mas, a pedido das monjas, foi concedida a licença para que ela se mantivesse por mais cinco anos.

No dia 10 de fevereiro, na solenidade de Santa Escolástica, foi assinado o documento que erigia o Mosteiro em Abadia e, no dia 2 de abril, Irmã Vera Lúcia, já eleita superiora desde 1995, e que chegou como Subpriora da Madre Joana, foi eleita Abadessa. No dia 11 de maio, recebeu a bênção abacial conferida pelo Sr. Cardeal Dom Lucas Moreira Neves, OP, tornando-se a primeira Abadessa do Mosteiro do Salvador, passando a ser chamada Madre Vera Lúcia, cargo que ocupa até hoje. Atualmente, há 17 monjas professoras solenes, duas professoras trienais e um grupo de novas vocações em diferentes estágios de formação no Mosteiro.

As Irmãs fundaram, juntamente com a comunidade vizinha local e os oblatos, uma sociedade civil, a Associação São Francisco de Assis, a fim de atender, enquanto serviço social, as necessidades do bairro. Assim, no terreno do Mosteiro, existe um Centro de Educação Infantil Zeza Calmon de Sá, em homenagem à mãe de Ângelo Calmon de Sá e tia de Madre Joana. A construção, feita pelo então Banco Econômico dentro de um programa do governo de construção de creches pela cidade do Salvador, data de 1894. O Banco Econômico construiu e montou a creche, tendo sido dada a primeira orientação profissional pelas Voluntárias Sociais do Estado. Hoje, o Centro conta com muitas parcerias. Além do Município, conforme recente legislação, há empresas particulares da cidade, indivíduos e ONGs do exterior que sustentam o trabalho. O Centro acolhe 200 crianças em tempo integral; as atividades sociais do Mosteiro, desenvolvidas pela Associação, incluem uma escola de *ballet*, o Ballet Arte, que conta com 200 alunos; um trabalho com mulheres, hoje mais voltado para o artesanato, além de aulas de inglês, de informática, e reforço escolar para crianças e adolescentes do bairro. Há ainda o projeto do primeiro trabalho, em parceria com o Banco do Brasil, onde estão 46 adolescentes durante dois anos, encaminhados e acompanhados pelo serviço social. É interessante esclarecer que, embora a comunidade se localize em zona praieira, não existe uma associação ou um projeto de alguma comunidade pesqueira, elas somente se interessam pela educação infantil e, segundo Irmã Marta, essa preocupação específica surgiu em função de existirem muitas crianças nas ruas, abandonadas, e todo esse esforço foi objetivando retirar as crianças das ruas.

O Mosteiro sobrevive da hospedaria, fabricação de *bricellets*, venda de

CDs (elas gravam cantos gregorianos), da produção de vestes sacras (paramentos, casulas, túnicas, estolas, estandartes) e de doações.

A hospedaria, Casa Getsêmani, dispõe de 22 suítes duplas, duas salas de conferência, refeitório e capela privativa. Os hóspedes podem frequentar a igreja do Mosteiro, inclusive para participar das orações monásticas. É possível utilizar a hospedaria para retiros, seja individual ou em grupo. As monjas dão assessoria aos grupos a pedido, atendendo, também individualmente, à direção espiritual.

O Ateliê das Vestes Sacras, além de contar com o trabalho das monjas, funciona em forma de “terceirização”, com pessoas que se dedicam ao trabalho e aprendem com as monjas o princípio do bordado e da tecelagem e, ao aprenderem, levam o trabalho para terminar de fazer em casa, a fim de que não atrapalhe outros serviços – principalmente os domésticos, no caso das mulheres, pois também há homens. Elas podem, mediante um preço acertado antecipadamente pelo trabalho, entregar em um prazo de aproximadamente quinze dias. Elas têm apenas uma funcionária com carteira assinada no ateliê, que faz serviço de costura que não possa ser feito fora do Mosteiro.

Embora existam funcionários para determinadas tarefas no Mosteiro, as Irmãs trabalham igualmente nestes setores e são responsáveis pela aquisição do material necessário ao seu departamento. Por exemplo, quem cuida da cozinha deve comprar alimentos; quem cuida dos bordados deve comprar linhas, agulhas etc.

Quanto aos problemas da contemporaneidade, como a violência, as monjas resolveram como qualquer outra cidadã deste País: de início, a ação dos ladrões visava à provisão de alimentos mensal delas. Resultado: gradearam as janelas do Mosteiro, colocaram cães e segurança eletrônica. E isto parece ter funcionado, pois os roubos já diminuíram bastante em relação ao passado, e também elas acreditam que a própria conscientização do papel social que elas desempenham no local tenha ajudado.

Hoje não é mais permitida a entrada de postulantes sem elas terem, no mínimo, o segundo grau e serem maior de idade. Quando há interesse de ambas as partes, ou seja, das Irmãs e da Abadessa, é possível até mesmo sair do país visando ao aprofundamento em uma área em que a monja mostrou-se tendenciada. Assim, quatro monjas estudaram dois anos seguidos no Colégio Santo Anselmo, em Roma; outra monja seguiu um programa intensivo em Roma e na Inglaterra e, mais recentemente, uma das monjas fez um ano de estudos de música na Alemanha, enquanto outra se encontra na França, cursando Teologia.



Fotografia 29 - Entrada do Mosteiro do Salvador.



Fotografia 30 - Irmã Marta na lojinha do Ateliê.



Fotografia 31 - Casulas e estolas feitas no ateliê.



Fotografia 32 - Casulas e estolas feitas no ateliê.



Fotografia 33 - Detalhe da Hospedaria.



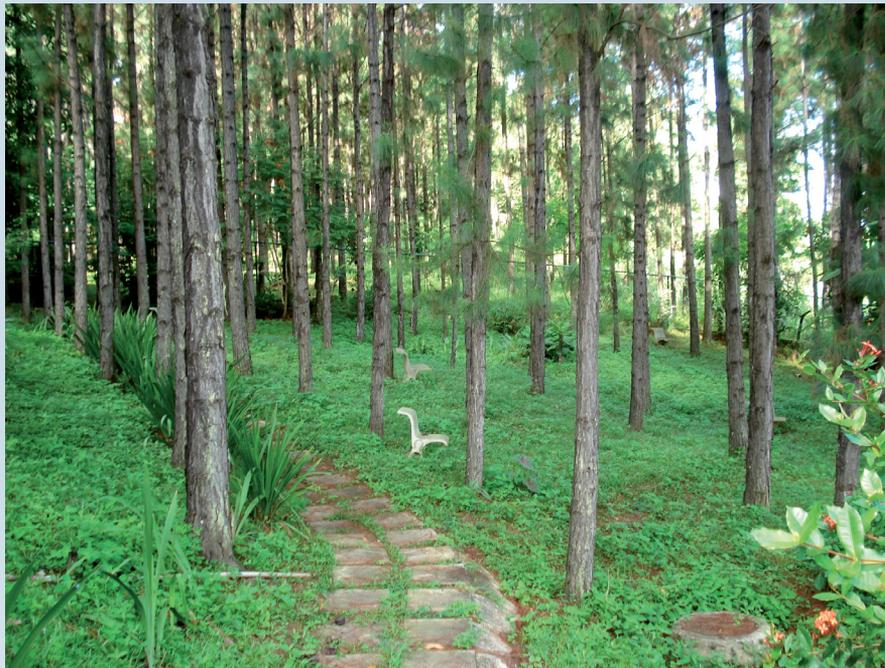
Fotografia 34 - Refeitório da Hospedaria.



Fotografia 35 - Área interna da Igreja.



Fotografia 36 - Entrada da Igreja.



Fotografia 37 - Jardim do Mosteiro do Salvador.



Fotografia 38 - Área externa da Hospedaria.



Fotografia 39 - Vista panorâmica do Mosteiro.

5.1 Abadessa Madre Vera Lúcia

O nome civil de Madre Vera Lúcia é Vera Lúcia Parreiras Horta, é filha de uma professora de dança e de um aviador, e nasceu no Rio de Janeiro, em 1944. A família, pertencente à classe média alta, transferiu-se para Salvador porque o pai foi enviado pela Pan Air do Brasil para fundar uma companhia aérea no governo de Juracy Magalhães. Após cinco anos, a família voltou para o Rio. Logo depois, retornou a Salvador, ele, o pai, não mais como aviador, agora como Relações Públicas, representante da Vasp, chegando a ser Superintendente da empresa em São Paulo.

Madre Vera teve uma vida de fé ativa desde pequena, sem qualquer interrupção: ia à Igreja para assistir aos sacramentos e missa, e enquanto morou em Salvador frequentou a Abadia do Mosteiro de São Bento, e estudou com as Ursulinas no Convento das Mercês. Embora tivesse a vida direcionada para o lado artístico (estudou dança e música na Universidade Federal da Bahia), aos 21 anos tomou consciência dos primeiros sinais da vocação religiosa através do Abade Dom Timóteo, que a incentivou a conhecer o Mosteiro beneditino feminino de Belo Horizonte.

Foi visitar a instituição e na volta decidiu ir, aos poucos, desligando-se das atividades em Salvador: primeiro, terminou o noivado; depois contou aos pais, que a enviaram para a Europa a fim de avaliar melhor a decisão. Madre Vera resolveu aproveitar a oportunidade e visitou alguns mosteiros. Ao retornar ao Brasil, passou um mês em Belo Horizonte para discernimento final, desligou-se da Escola de Dança e do emprego de quatro anos como professora, pois ainda lecionava no curso primário no Colégio das Mercês após ter terminado o Pedagógico, o que gerou um desconforto entre as alunas, que fizeram um abaixo-assinado. Mas ela se negou a reassumir as turmas e continuou o caminho para a entrada na vida monástica em julho de 1967. Ao contar para a família, inicialmente teve apoio somente da mãe, depois do pai e dos irmãos. Em julho de 1967, aos 22 anos, entrou no Mosteiro de Belo Horizonte.

Não sentiu muita diferença entre a vida religiosa e a vida anterior porque, na vida monástica, cultivava-se a arte. Ao chegar ao Mosteiro Nossa Senhora das Graças, descobriu que ali era seu lugar, pois tinha a oportunidade de desenvolver-se na música, e teve chance de mostrar o talento artístico nas missas, especialmente na parte do canto gregoriano e nas composições, e também ao apresentar expressão corporal, dança sacra, coreografias com as noviças, representação de autos, de poesias de Carlos Drummond de Andrade com gestos e textos do Evangelho. Por esses motivos, não houve oportunidade para arrependimentos na escolha pela vida religiosa.

Em 1977, foi convidada pela Madre Luzia, Abadessa do Mosteiro Nossa Senhora das Graças, a ir para Salvador fundar um Mosteiro Beneditino feminino, mas, por ironia do destino, os pais tinham acabado de voltar para o Rio de Janeiro por estarem aposentados; um dos irmãos era diplomata e estava em Israel e o mais novo estava nos Estados Unidos.

Para a Madre, foi providencial a volta dos pais para o Rio de Janeiro, uma vez que uma fundação exigia muito das monjas beneditinas, dessa forma, não ia poder dar assistência a eles, porque ou cuidava do Mosteiro ou cuidava dos pais, e como a família era oriunda do Rio, eles estavam cercados de parentes e bem amparados. Tornar-se Abadessa do Mosteiro do Salvador foi uma consequência natural porque havia sido uma das fundadoras do Mosteiro, foi Mestra de Noviças por muitos anos, exercendo sempre cargos de responsabilidade.

Em 1987, surgiu a oportunidade de estudar em Roma, porém Madre Joana, que era a Priora fundadora, só a enviou no ano seguinte. Madre Vera foi a primeira monja brasileira a ir estudar fora, no Colégio Internacional dos Beneditinos, hospedando-se em uma comunidade estudantil internacional com cerca de 10 estudantes.

Não foi nada fácil porque existia a clausura e a Santa Sé estava atenta a

todos os movimentos, entretanto, Dom Basílio Penido, OSB, que na época era Presidente da Congregação, disse que assumia totalmente a ida da monja, mas alertou para que ela tomasse alguns cuidados e fosse reservada porque a Santa Sé estava com “mil olhos” no comportamento dela.

Nas primeiras férias, que foram em 89, foi para Israel, conhecer a Terra Santa, depois passou um mês na Bélgica, e seguiu para o Mosteiro de Stanbrook, Inglaterra. Lá, resolveu que mudaria o tema de tese que deveria escrever objetivando finalizar o curso em Roma: de um tema litúrgico, decidiu escrever sobre as origens da fundação do primeiro mosteiro beneditino feminino no Brasil.

Na época, o orientador a incentivou quanto à mudança do tema, não sem antes lhe dizer que deveria trocar o moderador porque ele não tinha conhecimentos na área e, dessa forma, estava impossibilitado de orientá-la. Nas férias seguintes, voltou a Stanbrook e lá permaneceu por mais tempo a fim de pesquisar e fotocopiar o material. A intenção era dividir a pesquisa em duas partes: a parte histórica e a parte da espiritualidade. Até que encontrou, nos arquivos, uma caixa de número 37, e se surpreendeu, pois se deparou com toda a documentação referente à comunidade monástica inglesa e brasileira, gerando a tese final.

Após a entrega da tese na Itália, voltou mais uma vez a Stanbrook e retornou ao Brasil em 1990.

Em 1995, integrou a Comissão Internacional das Beneditinas e, em 2006, tornou-se Vice-presidente, onde permaneceu até setembro de 2007 renunciando ao cargo porque estava incompatível com a função de Abadessa pelas inúmeras viagens internacionais.

Em 2007, a Abadessa Madre Vera Lúcia P. Horta foi a única representante feminina na V Conferência de Aparecida com o Papa Bento XVI. Sobre a experiência de ter participado de um evento tão importante, comentou:

Eu fui a única representante, mas eu senti que, em nível de vida contemplativa, deveria haver um Organismo mais representativo para que, em uma ocasião dessas, houvesse um grupo de representantes e não uma única pessoa. As outras contemplativas não sabiam que eu estava ali em nome delas, pois minha presença partiu de uma indicação, não de uma eleição. Fui nomeada graças à delicadeza de Dom Geraldo Magella. Acho que seria preciso uma organização das contemplativas nível latino-americano que apontasse suas representantes para um encontro desses, como os outros religiosos presentes estavam ali apontados por suas bases. Havia horas em que eu gostaria de trocar ideias com alguém do mesmo ramo e não havia (informação verbal).

Questionada se realmente sentiu o “peso” da responsabilidade em estar no evento, a Abadessa respondeu:

Senti, e o que me passaram é que quando eles fecharam a lista dos participantes, eles se deram conta de duas coisas: primeiro, que não havia nenhum beneditino; e, segundo, que não havia nenhuma contemplativa. Viram no meu nome as três qualidades que estavam procurando, e como Dom Geraldo era o Presidente da CNBB e estava perto de mim aqui em Salvador, ele me “pegou” [...]. Não foi muito confortável, pois pediria uma preparação prévia para o mesmo, mas foi uma experiência rica, um privilégio inspirador. Para nossa comunidade, foi difícil por significar quase um mês fora daqui (informação verbal).

E não houve nenhum tipo de pressão para que se sentisse obrigada a fazer um relatório ou algo parecido para a comunidade contemplativa:

Eu participei do evento como religiosa e a vice-presidente da CLAR falou como representante de todas. Dei minha contribuição sobre as contemplativas para esta fala. Aqui em Salvador, já me convidaram diversas vezes para falar sobre o CELAM, sempre para partilhar o que dizia respeito às religiosas (informação verbal).

Madre Vera exerce várias outras funções além da de Abadessa: é delegada da Comunidade Internacional do Brasil, e convocou eleição para o ano de 2008, pois já está no cargo há 13 anos.

Madre Vera Horta não se exime de falar sobre qualquer assunto. Assim, lhe foram perguntas sobre vários temas, entre eles a dificuldade de se pesquisar sobre as religiosas no século XVIII, e se ela concordava com o fato de que a Revolução Francesa ajudou com seus ideais racionalistas a dificultar a vida das religiosas:

Com certeza. A comunidade de Stanbrook começou no exílio por causa da perseguição religiosa na Inglaterra de Henrique VIII. Foram presas em Cabrai, hoje Bélgica. Com a Revolução Francesa, tiveram o mosteiro invadido e foram levadas para a prisão em Paris e encaminhadas para a prisão. Ocuparam a cela diante da cela em que ficaram as carmelitas, mais tarde encaminhadas à guilhotina. As beneditinas só não foram degoladas na Revolução Francesa por serem inglesas. As carmelitas foram para a guilhotina com hábito religioso e deram as vestes seculares para as inglesas, que assim vestidas foram levadas de barco e deixadas em uma praia da Inglaterra. Aí recomeçaram tudo de novo, ainda sem poder manifestar a identidade religiosa porque havia perseguição aos católicos. Elas começaram com uma pequena escola, mudaram-se três vezes até o lugar chamado Stanbrook, perto de Worcester. Neste momento, prepararam-se para nova mudança para local mais adaptado à

situação da atual comunidade. Então, o século XVIII foi um século de supressão em várias partes do mundo, e forçou muitas comunidades a assumirem um outro tipo de identidade para sobreviver. Na Áustria, coincidiu também com a perseguição religiosa. Para que uma comunidade monástica sobrevivesse, era necessário uma atividade pastoral ou educativa. Muitas comunidades monásticas abriram, assim, colégios, o que não é da nossa tradição mais antiga (informação verbal).

Questionou-se acerca da tendência que os monges têm de abrir faculdades e escolas, enquanto que as monjas não têm essa tradição:

Na Áustria a Ordem feminina também tinha colégios por causa da lei, e nós acentuamos mais a nossa origem de não haver atividades pedagógicas privilegiando a atividade claustral. Os monges tiveram colégio como forma pastoral. Primeiro foram pequenos colégios. Stanbrook também teve uma escola claustral, um grupinho de alunato. Você sabe que hoje em dia ter um colégio é algo muito exigente. Os monges têm colégio ao lado do Mosteiro, já as monjas, talvez por causa da clausura, que agora é mais flexível, continuam sua linha claustral, desenvolvendo a hospitalidade nas hospedarias monásticas ou atendimento nas portarias (informação verbal).

Sobre as clausuras, cuja existência é polêmica até hoje, Madre Vera comentou:

O conceito de clausura deve ser bem compreendido. Clausura em si, qualquer família ou ambiente de trabalho tem: é o local reservado para um determinado grupo exercer uma atividade precisa. Os monges do deserto viviam a clausura com afastamento do mundo com muito rigor. Hoje as normas de clausura diferem para monges e monjas, de acordo com as atividades de cada mosteiro. A clausura das monjas, como foi conhecida por muito tempo, foi decretada pelo Papa Benedito XV. Os sinais externos da clausura, tais com grades e cortinas, divisórias, são mais da tradição carmelita e clarissa, não tanto da nossa primitiva tradição. [...] Há alguns fatores que influenciam: um, é o conceito de mulher na época e o atual, quando a mulher passa a ser sujeito de sua história e não age através de protetores; o outro é o conceito da proteção verdadeira, devido às invasões mouras. Hoje poderíamos lembrar que vemos grades de proteção por todo lado! [...] Aqui no Brasil trouxeram essa tradição, que não é muito nossa essa forma da clausura. As monjas beneditinas da Congregação Beneditina do Brasil adotam a clausura constitucional. Isto significa que vivem no interior do mosteiro, aí trabalham, acolhem os que as visitam e não assumem trabalhos fora. No mundo, em números atuais, nós somos cerca de 14.100 beneditinas e 8 mil de vida claustral, as chamadas contemplativas (informação verbal).

As monjas de vida ativa, segundo a Madre, não têm vida intraclaustral,

elas são missionárias, vivendo a clausura de outra forma. Elas excedem em número as contemplativas, embora esses apontadores nos próximos 10 ou 15 anos possam mudar significativamente porque as maiores comunidades estão nos Estados Unidos, Austrália, Itália, comunidades na maioria idosas, e quase não há vocações nesses locais.

Muito atenta aos acontecimentos da contemporaneidade, foi-lhe questionado sobre o tema da pesquisa sobre as monjas, e ela declarou:

É interessante porque sou Presidente da Comissão Financeira da Congregação Beneditina do Brasil no momento [...]. Eu promovi para outubro de 2007 um curso para superiores e tesoueiros, serão 45 participantes. [...] Agora estamos fazendo um trabalho na *Communio Internationalis Benedictinare* (CÍB) para os próximos quatro anos com quatro finalidades, uma delas é justamente qual o perfil da beneditina no século XXI. Estamos trabalhando este tema com a participação das bases. Várias comunidades responderam às perguntas “quem somos nós” e “o que dizem de nós?”, e isso vai ser debatido em Manilla com a Conferência das Delegadas. A Conferência consta de representantes dos cinco continentes, cerca de vinte delegadas. Sempre há um encontro com as beneditinas do local que se realiza a conferência. Em 2007, o encontro é nas Filipinas e eu estou levando a contribuição do Brasil. Como se pode perceber, é algo muito importante, pois nós somos autônomas, e cada Mosteiro enraíza-se em seu local e incultura o fenômeno da vida monástica em seu contexto (informação verbal).

Em relação às atrações do mundo laico e à dificuldade de encontrar vocacionadas contemplativas, e sobre o fato de procurarem a religião como forma de fugir das agruras da vida, Madre Vera, demonstrando uma grande preocupação e cuidado na aceitação delas, a fim de que o monaquismo não se torne uma “válvula” de escape para as mulheres em dificuldades de se manter, respondeu:

Essa motivação pode existir, mas ela é muito cedo desmascarada, pois a vida no Mosteiro é muito exigente. Quem vem para se acomodar vai se confrontar logo com muitos desafios, e não fica. No mundo masculino, a rotatividade das vocações masculinas é alta, mais acentuada. A vocação feminina no Brasil no momento é em menor número do que a dos homens, porque a mulher no país despertou para uma consciência de gênero, para uma independência em relação ao machismo, há relativamente pouco tempo. O ideal de entrar no Mosteiro, viver em uma clausura, não atrai tanto. As vocações populares são mais numerosas, e pedem igualmente um bom trabalho de discernimento vocacional para perceber falsas motivações. A explosão de vocações que existe hoje na África responde um pouco mais a essa pergunta, porque na sociedade da América Latina brasileira, a mulher, apesar de todos os pesares, já tem outro espaço. As que chegam vêm com a consciência de uma verdadeira opção (informação verbal).

Já se sabe que os Mosteiros são autônomos e esse fato, na visão da Abadessa, é de muita importância para a Ordem:

Os valores são os mesmos, mas eles se contextualizam de forma diferente, conforme o local social em que se encontram. O Mosteiro de Santa Maria, em São Paulo, por exemplo, primeiro no Brasil em nossa Congregação, é diferente do Mosteiro do Salvador nas formas externas. Não fomos nós que resolvemos, “isso vai ser assim”. Trata-se de uma resposta gradativa aos apelos que são feitos. Madre Luzia Ribeiro de Oliveira, uma das pessoas mais iluminadas que conheci, abadessa do Mosteiro de N. Sra. das Graças, antecedeu em muito o Concílio Vaticano II. Deu novo aspecto ao trabalho da monja, trabalho necessário ao sustento da comunidade e ao enraizamento local. Agora, depois de Puebla, outros Mosteiros deram também novo aspecto ao modo de ser das comunidades. Nós somos um deles, o Mosteiro Salvador. Vivemos na periferia, próximas à população. É, como toda periferia, violenta, mal afamada. Mas o risco que enfrentamos é o mesmo enfrentado em toda parte. Ao chegarmos aqui criamos a Associação São Francisco de Assis, responsável por nosso serviço social, que surgiu pouco a pouco como resposta aos apelos da vizinhança. Boa parte da diretoria e pessoas que trabalham neste serviço é composta por oblatos de nosso mosteiro. Eles estendem a presença da comunidade monástica para além dos muros e chegam onde as monjas, elas mesmas, não podem chegar (informação verbal).

O Concílio Vaticano II aconteceu há 22 anos, assim, de 1965 a 2007 ocorreram inúmeras transformações no mundo. Foi-lhe questionado: Estaria no momento de ocorrer o Vaticano III? Madre Vera responde:

Eu não saberia responder, e nem ousaria responder, já que muitos acham que precisaria primeiro ser bem assimilado o próprio Vaticano II. Depois dele, houve uma volta atrás por parte da comunidade eclesial e ainda há muita coisa no Vaticano II que teria que ser retomada, bem compreendida. Tenho esperança que Aparecida traga uma grande luz para a Igreja da América Latina. Houve erros na interpretação e atualização do Vaticano II. Eu acho que Aparecida foi muito feliz em colocar fundamentos que uniram ao elemento central, que é a fé em Cristo, o anúncio do Evangelho e as suas consequências práticas na vida, isto é, o compromisso social. Esses três elementos não foram tão bem conjugados depois do Vaticano II. A espiritualidade foi descuidada e nós pagamos sérias consequências por isso. As seitas, por exemplo, entraram muito por essas lacunas (informação verbal).

Até o momento, a Igreja católica, para nenhuma Ordem ou Congregação, permite o ministério sacerdotal feminino. Sobre o tema, se seria possível pensar em uma autorização em um futuro próximo, embora não aspire às realizações para si, foi dito:

Acredito que chegará. Antes disso deveria ser o ministério do homem casado, os chamados *virii probati*. Que a Igreja possa abrir-se a ele, já que o celibato é uma questão disciplinar. Que possa haver, como nas igrejas orientais, a possibilidade de optar ou não pelo celibato. Nas igrejas cristãs não católicas, já existe a opção (informação verbal).

Em alguns temas polêmicos, o Concílio Vaticano II não abriu espaço para discutir, como o celibato, o aborto e o casamento entre divorciados. A Madre mostrou-se bastante preocupada com o direito das mulheres, mas reconhece que a responsabilidade sobre as conquistas não é somente delas:

O aborto para mim é uma questão inegociável. A ciência já provou que o ser humano está totalmente contido no ser desde a concepção, no embrião. Se você o aborta, você o mata. Não tem como ser diferente. No entanto, a questão não se reduz à gestação, como ficou claro no Documento de Aparecida. A vida tem que ser vista em todas as suas etapas, em todos os aspectos. Eu não posso ser contra o aborto e não prestar atenção nenhuma em problemas como a fome, educação, violência, ou seja, todas as questões relacionadas à vida. Deve ser vista no seu desenvolvimento integral, o que não diminui o fato de ser o aborto incompatível com os princípios cristãos. Quanto ao segundo casamento, trata-se de um tema difícil, espinhoso. Sabemos que muitos casamentos realizaram-se sem a devida consciência ou maturidade dos cônjuges. É um problema pastoral ainda em questão. Lembro-me de um marido que se separava e que dizia: “casar é até fácil, descasar, é muito difícil...” É sempre uma ruptura, uma ferida emocional profunda (informação verbal).

Acerca do cargo que ocupa e de suas responsabilidades, a Abadessa respondeu:

Ser uma líder não é uma coisa tranquila nunca. Coordenar um grupo humano traz desafios em qualquer grupo humano. A pessoa é complexa. São Bento fala do cargo de Abade, como de tarefa difícil e árdua, reger almas e temperamentos de muitos. É como costurar e re-costurar sempre de novo. Trabalho de paciência e determinação. Pede equilíbrio, amadurecimento, autoconhecimento, humildade (informação verbal).

Foi-lhe questionado, também, se desejaria que Santa Escolástica tivesse escrito uma *Regra* somente para as mulheres, como fez o irmão, São Bento, e ela disse:

Não sinto falta nenhuma, pois, quando se estuda o monaquismo primitivo, vê-se que a Santa Regra, como nós chamamos, é um receptáculo de toda tradição monástica anterior oriental e ocidental. São Bento

teve o dom do discernimento. [...] Não vejo necessidade de ter uma regra em “feminino” porque a que temos é síntese do monaquismo até o seu tempo, o que de melhor existiu. E com o capítulo 73, o Epílogo da *Regra*, Bento abre o horizonte de monges e monjas para uma literatura místico-ascética posterior sempre mais ampla (informação verbal).

Nessa mesma perspectiva perguntou-se: já que existe autonomia para os mosteiros ou congregações, haveria, de fato, uma *Regra* para cada um?

Não existia Congregação. O conceito de congregação é muito moderno, é de nosso mundo. A *Regra* que São Bento escreveu servia para seu mosteiro e para outros mosteiros que a adotaram. Os antigos utilizavam textos uns dos outros. Basílio, Agostinho, Pacômio, Cassiano, todos bebiam uns dos outros. Cada um falava a sua família monástica. Foi no século VIII, no Império de Carlos Magno, que outro Bento, Bento de Aniane, na Gália (França), com o poder de Carlos Magno, impôs a Regra de São Bento a todos os mosteiros. Nós somos chamadas “beneditinas” muito mais por causa de Bento de Aniane do que por Bento de Núrcia, que não impôs sua regra a não ser a sua comunidade. Essa Regra permaneceu pelo valor próprio, porque, se fosse apenas pela imposição externa, teria acabado, e ela é viva até hoje. É muito sábia. Naturalmente, tem de ser aplicada ao momento presente.

Na *Regra*, encontram-se vários modelos de ação. Pode-se fazer uma leitura fundamentalista, ao pé da letra, ou uma leitura hermenêutica, que é a compreensão crítica do texto, mas aplicada à época. Este princípio, que vale para a Escritura Sagrada, a Bíblia, aplica-se também à Regra de S. Bento ou a qualquer texto antigo (informação verbal).

Embora seja uma religiosa contemplativa, Madre Vera Parreiras Horta está atenta à vida ativa: é intelectual, acumula vários cargos na Ordem, fala vários idiomas, cultiva o hábito da leitura. O Mosteiro que dirige é reconhecido internacionalmente pela Escola de Ballet que mantém, pois uma das alunas foi selecionada para o Ballet Bolshoi. E, por incrível que pareça, ainda que tivesse sido bailarina, a escola não foi uma escolha pessoal. Inicialmente ia ter um grupo de teatro e o professor selecionado para ministrar as aulas para os adolescentes, no primeiro dia de aula, não compareceu, e a assistente social, decepcionada e frustrada, foi conversar com a Madre, e ela lembrou-se de algumas amigas da época em que dançava, contactou-as e uma apareceu, porém os meninos desistiram e ficaram somente as meninas. Por uma dessas providências divinas, foi surgir uma escola de *ballet* justamente ali, o que hoje a alegra muito, é claro.



Fotografia 40 - Abadesa Madre Vera Hortas.



Fotografia 41 - Abadesa Madre Vera Hortas.

5.2 Irmã Maria Benita e Irmã Fátima

Irmã Benita (Doralice Fernandes Sodré) é do interior da Bahia, nasceu na cidade de Brotas, e desde cedo se mostrou inclinada para a vida religiosa. Aos 16 anos, demonstrou tal inclinação, não encontrando dificuldades na aceitação da família porque os pais eram católicos praticantes. No início, o pai ficou preocupado com o ingresso dela na Ordem porque acreditava que ainda se dava dote para a filha entrar para a vida religiosa. Sanado o “problema”, não houve mais dúvidas quanto à entrada no Mosteiro. Irmã Benita exerce os cargos de Subpriora e de mestra de noviças.

Irmã Fátima (Maria de Fátima Sena Silva) nasceu em Simões Filho, Bahia, é formada em Geografia, foi professora, e também vem de uma família de católicos fervorosos e não encontrou empecilho para tornar-se monja, embora seus pais ainda tenham aguardado dez anos na esperança de que ela voltasse para casa.

A monja decidiu ser religiosa já adulta, depois de formada. Ainda na faculdade, percebia que tinha um comportamento diferente do das colegas e elas notavam a diferença, e, sempre que podiam, solicitavam-na para conversas de caráter pessoal, opiniões sobre a família, namorado, educação dos filhos.

Tanto Irmã Benita quanto Irmã Fátima foram compelidas a se tornar monjas após o chamado para a vida contemplativa.



Fotografia 42 - Irmã Benita.



Fotografia 43 - Irmã Fátima.

5.3 Irmã Marta Beatrice

Irmã Marta Beatrice, civilmente chamada Maria Estela da Silveira, nasceu no norte de Minas Gerais, na cidade de Francisco Sá, próxima a Montes Claros.

A família de Irmã Marta educou-a dentro da filosofia cristã, dessa forma, desde cedo, acostumou-se a frequentar missa aos domingos. Aos 12 anos, foi estudar em um colégio de religiosas em Montes Claros porque, na sua cidade, não havia educação além do ensino fundamental. Embora gostasse muito do colégio, em momento algum pensou que seria uma Irmã da congregação educadora, apesar da grande amizade pelas irmãs. Ao contrário, acreditou que um dom herdado de família seria levado para toda sua vida: trabalhos manuais, seja na culinária ou no artesanato, herdados da avó e da mãe. Na verdade, todos diziam que ela seria “uma excelente dona de casa”.

Já estava no colégio das freiras, quando, aos 13 anos, estranhava dois comportamentos das colegas: um, o estado de alvoroço em que as colegas ficavam quando viam rapazes; e outro, quando as mesmas colegas se escondiam da missa. Primeiro, porque desde menina convivia com os amigos dos irmãos e com os primos, portanto, estar na presença de rapazes era uma situação

comum; e segundo, porque vinha de uma família religiosa e a ida à missa também era normal, e não a constrangia.

Aos 17 anos, ficou na dúvida do que seguir, pois era muito jovem, mas foi na época em que recebeu o “chamado de Deus” para a vida religiosa. Contra sua vontade, terminou o curso de Magistério, mesmo sabendo que não queria ser professora. Teve muitos admiradores, mas não chegou a namorar, pois sabia que algo diferente dentro dela falava mais alto.

Iniciou uma troca de correspondência com vários espaços religiosos, mas se interessou pela carta do Mosteiro Nossa Senhora das Graças, em Belo Horizonte. Decidida a entrar para a vida religiosa, foi visitar o Mosteiro a convite de Irmã Regina. Na volta para casa, contou aos pais sua decisão. O pai apoiou o desejo da filha, mas a mãe se opôs ferrenhamente, o que custou à Irmã Marta um afastamento da casa materna por quase 22 anos, sendo seu nome e presença proibidos.

Hoje em dia, após tantos anos de silêncio, ambas mantêm um relacionamento mais íntimo, de aceitação: Irmã Marta, por reconhecer que houve dois problemas: um, o que aconteceu foi fruto de a mãe não saber trabalhar as perdas, uma vez que desde menina não foi preparada para aceitar as derrotas: a perda do pai, do *status* da família, da filha e do marido; o outro foi por parte de a mãe não ter aceitado a escolha da filha. Os problemas foram resolvidos, são grandes amigas e não há mais qualquer tipo de conflito entre elas.

Irmã Marta entrou como postulante no dia 31 de julho de 1966 no Mosteiro Nossa Senhora das Graças, e logo após os votos perpétuos foi convidada para fundar um mosteiro em Salvador, a pedido de Dom Avelar Brandão Vilela. Aceito o convite, seguiu para a nova fundação juntamente com Madre Joana e Madre Vera.

Perguntada por que aceitou vir para uma comunidade tão distante daquela que vivia, a Irmã respondeu: “Realmente era longe, mas eu entendi como um novo apelo de Deus e se eu já havia dito o primeiro sim para ser monja, então estava dentro desse outro caminho, desse outro sim, sabendo que ia ser um pouco difícil”.

Sobre o futuro das abadias femininas, diante do mundo hodierno, respondeu:

— Não é mais aquele entusiasmo dos anos 30, 40, que foi realmente uma explosão muito grande devido aos monges do Rio, principalmente Dom Martinho Micheler, que dava semanas de estudo da Ação Católica a uma grande quantidade de jovens [...] que foram para os Mosteiros: Dom Marcos Barbosa, Dom Inácio Aciolly, Dom Basílio Penido. Em Belo Horizonte e em São Paulo ainda há monjas desse tempo. Não é mais isso, pois hoje em dia tem tanta coisa para a juventude se engajar que essa parte fica um pouco adormecida, sem interesse. Naquele tempo não havia

tanta coisa, tanta possibilidade, eu acho que ainda continua, só que de uma forma mais modesta, mas com mais qualidade, mais seletivo. Todos os nossos mosteiros femininos possuem noviciados, não como na época em que entrei, que éramos em 28. Não existem mais noviciados com 28 pessoas, talvez daqui a 100 anos voltem a ter, mas todos têm, variando de 4 a 5 até 8 ou 9, 10 formandas (informação verbal).

Ou seja, o número de mulheres que entra no Mosteiro diminuiu, mas levam em consideração que hoje elas vão mais por vocação, e antes eram muito influenciadas pela família.

Os monges, ao saírem dos mosteiros, podem usar roupas chamadas “civis”, no entanto, as monjas, por opção e não por exigência da Ordem, preferem sair com os hábitos, mesmo sabendo o quanto eles podem chamar a atenção dos pedestres comuns e pedintes:

Eles podem sair, mas nós é que decidimos, e que eu saiba no Brasil todas saem de hábito religioso. Mas na Europa é diferente, pois há comunidades que podem ser agressivas com a vida religiosa e podem criar problemas. Para mim, o problema é a quantidade de pessoas dementes, bêbados, drogados, atrás da gente. A roupa atrai muito, pedem dinheiro, merendas, e a gente tem o costume de não dar esmola na rua, primeiro, porque voltaríamos sem nada; segundo, porque não educa ninguém e temos um serviço social aqui, assim, o que a gente tem que contribuir, contribui aqui (informação verbal).

No Capítulo II da *Regra de São Bento*, discute-se o castigo físico como forma de controlar a desobediência entre os monges. Pensava-se que essa punição ainda perdurava nos dias atuais, e isto era muito criticado pelos leigos, no entanto, a Irmã Marta esclareceu:

[...] isso era uma coisa normal até pouco tempo nas escolas, em casa, era assim que se castigavam as crianças e até os jovens. Existem civilizações, inclusive na Tailândia, qual é o castigo dos infratores? Uma surra de bambu em praça pública. Em Cingapura, no outro dia, um americano que pichou um carro recebeu uma surra de varada em praça pública. Muita gente disse que foi um horror, e muitas disseram que se fosse assim em todos os lugares, esse pessoal ia se consertar. É evidente que hoje, na nossa civilização, não existe mais, existem outras formas de correção. Mas também para nós [...] a pessoa já cresceu muito na consciência humana. Eu penso que se você não está querendo ou não está conseguindo levar avante este tipo de vida, é sinal que você não é chamada para aquilo, não está preparada, não vai ficar aqui. A gente ajuda a pessoa a ver que aqui não é o lugar dela, a gente proporciona um acompanhamento psicológico para ajudá-la a fazer o discernimento. O caminho hoje é este (informação verbal).

Debate-se sobre a perda de adeptos na Igreja católica ao longo das últimas décadas para seitas e outras congregações religiosas, e o Papa Bento XVI alega que é preferível ter um católico consciente a 10 inconscientes de seus papéis enquanto cristãos. Ao ser questionada se a Ordem Beneditina também tinha esse cuidado em não manter o afastamento da comunidade, Irmã Marta também não demonstra preocupação com o fato:

A gente não faz captação de adeptos porque não fazemos lavagem cerebral, que muitas seitas fazem, promessas evasivas, chantagens. Se você não tem emprego, família, não tem saúde, vem para cá que encontrará tudo! É evidente que vai encher lá. Compre seu lugar no céu ou então pare de sofrer e venha para cá, a igreja católica não vai fazer isso nunca e espero em Deus que nunca faça (informação verbal).

A *Regra de São Bento*, embora seja rígida, permite aos Abades e Abadesas decidirem acerca das adaptações das normas em decorrência da necessidade específica de cada mosteiro. Assim, perguntou-se à Irmã Marta se ela pudesse retirar ou acrescentar algo da *Regra*, o que ela faria? Para ela, não é preciso fazer nada, uma vez que o texto permite as constituições específicas, demonstrando, com isso, que os mosteiros estão atentos à evolução das necessidades humanas, e a negação disso poderia significar um recrudescimento em relação ao número decrescente de postulantes:

Na *Regra*, a gente não faz nada, pois, ao lado da *Regra*, a gente faz as constituições, explicando que, na *Regra*, algumas coisas existiram em função do tempo. Então a gente faz um discernimento do que é perene e o que é cultural, uma vez que São Bento, como qualquer um de nós, é filho de uma época. O discernimento mostra o que vamos viver, o que é perene, o que não muda; e o que é puramente cultural e tem que mudar. Ou seja, ao lado a gente se reúne sempre e faz as constituições para saber como vamos fazer as coisas. Portanto, isto muda sempre (informação verbal).

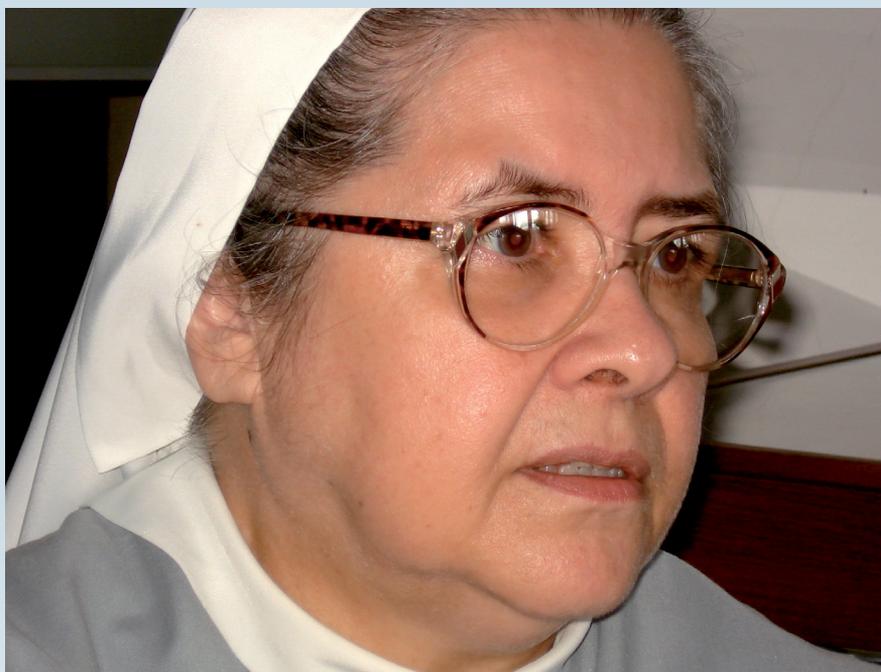
Sobre as mudanças dentro da Ordem Beneditina no que se refere às conquistas feministas, na evolução interna acerca do comportamento, das vestimentas, e da liberdade, Irmã Marta entende que não é uma evolução feminina, e sim do próprio ser, como se pudesse ocorrer sem haver discussões e lutas internas em busca de uma revisão de direitos:

Isso também vale para os homens, para mim é uma evolução da humanidade: a pessoa poder decidir mais livremente sua vida, suas responsabilidades, isto caminha junto. Na parte feminina, também eu vejo isso, por exemplo, na época de Santa Terezinha, os pais colocavam as filhas

lá e era bastante usual, inclusive na Bahia e em qualquer convento antigo, as moças casavam com quem os pais escolhiam, era comum, e isso valia para os homens também, muitas vezes casavam com quem os pais queriam, desde a família real até a gente. A pessoa tem liberdade, tem que ser responsável. A clausura, por exemplo, nada impede que a pessoa saia. As grades existem por outros motivos. A gente chama muito mais, na formação, a atenção das formandas sobre como ela vai organizar a vida. Ela terá que ser responsável por sua própria vida. Ela vai decidir, ela é quem vai construir e não nós.

Não é tanto uma conquista das monjas, mas o grupo todo chegou a essa maturidade, a essa ideia. As monjas não foram atrás, brigando para conquistar uma coisa. A palavra não é feliz. Há assuntos que tratam do grupo feminino sozinho. São discutidos pelo grupo. Outros são refletidos por todos. É tudo muito fraterno. Não há marca de competição sexista. Há congregações que são centralizadas e que o ramo masculino é que tutela o ramo feminino, que resolve tudo, dá as leis. Mas conosco não tem isso. O Abade-Presidente, na verdade, só atua quando há necessidade máxima de intervenção no mosteiro ou nas visitas canônicas (informação verbal).

Irmã Marta completou 42 anos de vida monástica. E é responsável pelo setor de bordado e tecelagem, o Ateliê de Vestes Sacras, um dos setores de produção mais importantes do Mosteiro.



Fotografia 44 - Irmã Marta Beatrice.

As monjas beneditinas cultuam o *silêncio* (falam simplesmente o necessário, não por ser proibido falar com outrem, mas porque elas seguem a regra maior do texto de São Bento: *Ora et labora*), são delicadas, educadas, pacientes e disciplinadas.

A vida contemplativa não as eximiu de serem intelectualizadas, preservam a leitura, estão preocupadas com tudo que ocorre fora dos muros dos Mosteiros. A vida é igual à de qualquer mulher que tenha responsabilidades domésticas, pois cada monja tem uma função específica no Mosteiro, e a Abadessa é a “mãe” das outras monjas, deve cuidar delas e estar atenta às necessidades pessoais de cada uma.

Muitas pessoas acreditam que é possível a contemplação e o recolhimento para as orações fora do mosteiro, entretanto, o cumprimento do estilo de vida monástico fica impossibilitado porque a vida no mundo exterior não é somente de ação, mas também de agitação e expectativas criadas por desejos que, muitas vezes, por não serem atingidos geram *stress* e angústias, dificultando a tão necessária meditação que visa à concentração nos objetivos que elas escolheram.

Nos últimos dois séculos, houve um grande avanço no que diz respeito aos direitos femininos e às conquistas, mas também trouxeram às mulheres algumas dificuldades, entre elas, comprovar competência profissional, uma vez que a competência doméstica já era esperada pela sociedade machista.

Poderia ser pensado, então, que o espaço monástico ainda traz uma característica de séculos atrás: servir de solução ou fuga para as mulheres que não conseguiram se realizar profissionalmente ou pessoalmente, e, assim, se decepcionaram ou se frustraram, porém, as monjas estão muito atentas a esse problema, e quando as postulantes chegam aos mosteiros e é percebida a incerteza religiosa ou uma busca de segurança social, muitas vezes há o auxílio de psicólogos na percepção (ou a falta) da vocação que cada uma demonstra, o que não deixa de ser uma preocupação constante com a vida religiosa.

Não pensei em momento algum trilhar o caminho da visão crítica mais contundente em relação à Igreja ou ao monaquismo, apenas entender, conhecer e mostrar a Ordem em todas as suas vertentes.

Agradeço às monjas beneditinas por terem sido protagonistas destas histórias de vida tão envolventes e contagiantes, através dos depoimentos despretensiosos, muitas vezes emocionados. E, acima de tudo, por terem acreditado na intenção do meu trabalho.

Referências

A CIDADE de São Paulo e sua história. Disponível em: <<http://www.prodam.sp.gov.br/dph/historia>>. Acesso em: 7 jul. 2007.

AZZI, Riolando (Org.). **A vida religiosa no Brasil**: enfoques históricos. São Paulo: Edições Paulinas, 1983.

BAUER, Carlos. **Breve história da mulher no mundo ocidental**. São Paulo: Xamã: Edições Pulsar, 2001.

BUCKER, Bárbara Pataro. **O feminino da Igreja e o conflito**. Petrópolis: Vozes, 1995.

BREVE história de Olinda. Disponível em: <<http://www.olinda.pe.gov.br/portal/historia.php>>. Acesso em: 3 fev. 2007.

CASTRO, Dinorah d'Araújo Berbert de. **A mulher submissa**: teses da Faculdade de Medicina da Bahia no século XIX. Salvador: Press Color, 1996.

CAVALLARI, Marcelo Musa. Como decifrar Bento XVI. **Revista Época**, São Paulo, n. 467, p. 96-106, 30 abr. 2007.

CHITTISTER, Joan (OSB). **Fogo sob cinzas**: uma espiritualidade da vida religiosa contemporânea. Tradução Ricardo Tescarolo. São Paulo: Paulinas, 1998.

FALBEL, Nachman. São Bento e a ordo-monachorum de Joaquim de Fiore (1136-1202). **Revista USP**, São Paulo, n. 30, p. 273-276, jun.-ago. 1996.

FARGE, Arlette; DAVIS, Natalie Zemon. Introdução. In: DUBY, Georges; PERROT Michelle (Org.). **História das mulheres no Ocidente**. Tradução Maria Carvalho Torres. Porto: Afrontamento, 1991. p. 9-17. (v. 3 – Do Renascimento à Idade Moderna).

FRÖHLICH, Roland. **Curso básico de história da igreja**. Tradução e adaptação Alberto Antoniazzi. 3. ed. São Paulo: Paulus, 1987.

GAMA, Albertina Ribeiro. A biblioteca do Mosteiro de São Bento da Bahia: a propósito do acervo. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE PESQUISADORES DO MANUSCRITO LITERÁRIO: MEMÓRIA E EDIÇÕES, 5., 1996, Salvador. **Encontro...** (Texto digitado).

GÖSSMANN, Elisabeth et al. (Org.) **Dicionário de teologia feminista**. Tradução Carlos Almeida Pereira. Vozes: Petrópolis, 1997.

HISTÓRIA de Belo Horizonte. Disponível em: <<http://www.bhservico.com.br/belo-horizonte.htm>>. Acesso em: 30 maio 2007.

HORTA, Madre Vera Lúcia Parreiras. **Pré-história das monjas da Congregação Beneditina do Brasil**: de Stanbrook, Inglaterra, a Santa Maria, Brasil. 1990. 228 p. Monografia (Especialização Monástica) – Faculdade de Teologia, Pontifício Ateneu Santo Anselmo, Roma, 1990.

HUFTON, Olwen. Mulheres, trabalho e família. In: DUBY, Georges; PERROT Michelle (Org.). **História das mulheres no Ocidente**. Tradução João Barrote. Porto: Afrontamento, 1991. p. 23-69. (v. 3 – Do Renascimento à Idade Moderna).

KESSEL, Elísa Schulte van. Virgens e mães entre o céu e a terra: as cristãs no início da Idade Moderna. In: DUBY, Georges; PERROT Michelle (Org.). **História das mulheres no Ocidente**. Tradução Maria Clarinda Moreira. Porto: Afrontamento, 1991. p. 181-223. v. 3 (Do Renascimento à Idade Moderna).

LIBÂNIO, J. B. **As grandes rupturas sócio-culturais e eclesiais**: sua incidência sobre a vida religiosa. Petrópolis: Vozes, 1980. Coleção Vida Religiosa: Temas Atuais, v. 10.

McGINNIS, Mark W. **A sabedoria dos beneditinos**: trinta monges e freiras compartilham as maiores lições de suas vidas. Tradução Cláudia Pinho. Rio de Janeiro: Nova Era, 2007.

MERTON, Thomas. **A vida silenciosa**. Tradução Companhia das Virgens. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MONTES, Maria Lucia. As figuras do sagrado: entre o público e o privado. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **História da vida privada no Brasil**: contraste da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 4, p. 63-171.

PADILLA, Ivan. Mais perto dos católicos. **Revista Época**, São Paulo, n. 469, p. 37-41, 14 maio 2007.

PAIXÃO, Dom Gregório. **São Bento**: um mestre para o nosso tempo. 4. ed. Salvador: Edições São Bento, 1996.

PAPA João Paulo II. **Carta do Papa João Paulo II às mulheres**. São Paulo: Paulinas, 1995. Coleção A voz do Papa. v. 144.

PRIMEIROS passos na direção do intercâmbio entre as Mulheres Beneditinas após o Vaticano II (1968 – 1988). Disponível em: < http://www.benedictines-cib.com/html/historia_1.html.

SABINO, Mario. Bento XVI: a verdade, nada mais que a verdade. **Revista Veja**, São Paulo, ano 40, n. 19, p. 71-81, 16 maio 2007.

SILVA, D. Abade Filipe da.; CAVALCANTE, D. Prior-Adm Hugo da Silva. (Org.) **Diretório litúrgico**: para a celebração da liturgia das horas e do santo sacrifício da missa nos mosteiros, igrejas e capelas da Congregação Beneditina do Brasil da Ordem de São Bento, 2006-2007. Rio de Janeiro: Lumen Christi, 2007.

SONNET, Martine. Uma filha para educar. In: DUBY, Georges; PERROT Michelle (Org.). **História das mulheres no Ocidente**. Tradução Maria Carvalho Torres. Porto: Afrontamento, 1991. p. 141-179. v. 3 (Do Renascimento à Idade Moderna).

TEIXEIRA, Irmã Eugênia (OSB) et al. **Falam as contemplativas**. Rio de Janeiro: Publicações CRB, 1986.

TIERNY, Irmã Jeanne Marie (OSU). As mulheres na Igreja. In: TIERNY, Irmã Jeanne Marie et al. (Org.). **A mulher na Igreja**: presença e ação hoje. Petrópolis: Vozes, 1975. p. 11-29. (Coleção Vida Religiosa: Temas atuais).

Catálogo de endereços dos Mosteiros Benedictinos femininos brasileiros

MOSTEIRO	ENDEREÇO	CONTATOS
Abadia de Santa Maria	Av. Coronel Sezeffredo Fagundes, 4650, Jardim Tremembé, Tucuruvi, São Paulo (SP), 02306-005.	(11) 6203.5648 / 6203.8946
Mosteiro Nossa Senhora das Graças	Rua do Mosteiro, 138. Belo Horizonte (MG), 30380-780.	(31) 3344-4344
Mosteiro de Nossa Senhora da Glória	Rua Visconde do Rio Branco, 380, Uberaba (MG), 38020-200.	(34) 3338.2566
Mosteiro de Nossa Senhora do Monte	Praça Nossa Senhora do Monte, s/nº, Bultrins, Olinda (PE), 53240-760.	(81) 3429.0317 / 3429.5549
Fraternidade Deus Conosco	Rua Monte Castelo, 270, Mandacaru, João Pessoa (PB), 58027-530.	(83) 3225-3635
Mosteiro da Santa Cruz	Rua Prof. Coelho e Souza, 95, Juiz de Fora (MG), 36016-110.	(32) 3216.2814
Mosteiro da Virgem	Av. Ipiranga, 555, Petrópolis (RJ), 25610-150.	(24) 2242. 2394
Mosteiro de São João	Av. Dr. Adhemar de Barros, 330, Abernêssia, Campos de Jordão (SP), 12460-000.	(12) 3662.4277 / 3664. 2416
Mosteiro Nossa Senhora da Paz	Estrada Mosteiro Nossa Senhora da Paz, 1400, Potuverá, Itapeçerica da Serra (SP), 06888-150.	(11) 4667.1674 / 4667. 8953
Mosteiro do Salvador	Av. Afrânio Peixoto, s/n, Coutos, Salvador (BA), 40750-090.	(71) 3521. 1802 / 3521. 3785
Mosteiro de Maria Mãe do Cristo	Estrada da Volta Grande, s/n, Caxambu (MG), 37440-000.	(35) 3341.1741
Mosteiro de Nossa Senhora da Vitória	Rua do Mosteiro, 100, Tiradentes, Juazeiro do Norte (CE), 63031-350.	(88) 3572. 0272
Mosteiro Mãe de Deus Conquistadora	Rua Guaíra, 1100, Esperança, Santa Rosa (RS), 98900-000.	(55) 3512. 1792
Mosteiro Santa Maria da Esperança	Estrada do Calafate, 2766, km 3, Rio Branco (AC), 69905-801.	(68) 3225.0845
Mosteiro da Virgem de Guadalupe	Rodovia BR 101, km 67.5, São Mateus (ES), 29936-450.	(27) 3763.2525
Mosteiro da Visitação	Rua Boaventura, 945, Dias Macedo, Fortaleza (CE), 60860-440.	(85) 3295.5863 / 3295.6873
Mosteiro Nossa Senhora do Seringueiro	Avenida Presidente Dutra, 571, Guajará-Mirim (RO), 78957-000.	(69) 3541.2296



IMPrensa UNIVERSITÁRIA

COORDENAÇÃO GRÁFICA: Luiz Henrique Farias
DESIGNER GRÁFICO: Cristovaldo C. da Silva
IMPRESSÃO: Davi Macêdo e André Andrade
FOTOMECÂNICA: Antônio Vitor
ACABAMENTO: Nivaldo Lisboa

IMPRESSO NA GRÁFICA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ - ILHÉUS-BA



“ A vida monástica feminina é igual ao cotidiano de qualquer mulher que tenha responsabilidades domésticas, pois cada monja tem uma função específica no Mosteiro, e a Abadessa é a “mãe” das outras monjas, deve cuidar delas e estar atenta às necessidades pessoais de cada uma ”

ISBN: 978-85-7455-185-2



9 788574 551852